

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA

JOSÉ REINALDO MIRANDA DE SOUSA

**TERRAS DE PRETO NO VALE DO RIO MUNIM: NINA RODRIGUES,
HISTORICIDADES E TERRITORIALIDADES (1988-2008)**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÃO PAULO

2009

JOSÉ REINALDO MIRANDA DE SOUSA

**TERRAS DE PRETO NO VALE DO RIO MUNIM: NINA RODRIGUES,
HISTORICIDADES E TERRITORIALIDADES (1988-2008)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação da Prof^a Dr^a Olga Brites.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA**

SÃO PAULO

2009

Banca Examinadora

SABIÁ DA MATA

*No Meio Norte onde fica
O estado do Maranhão
Um estado muito rico
Com uma grande extensão
Há lugares onde a cerca
Parece o rabo do cão*

*Quanto mais o rabo cresce
Diminui a agricultura
Cresce o capim para o boi
Pro rico cresce a fartura
Mas pro lavrador só cresce
O rosário de amargura*

*A cerca que cerca o boi
É a mesma que cerca o home
De um lado tem um pasto
Que o outro não consome
Quanto mais aumenta a cerca
Muito mais aumenta a fome.*

(Peleja do povo contra o Homem que quer cercar o mundo. Comissão Pastoral da Terra, 1980)

Minha homenagem a todos os homens e a todas as mulheres das *terras de preto* do Maranhão, que lutam contra todas as cercas.

À população do Balaiada e do Amapá dos Catarinos

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram, de forma direta e indireta, para a realização dessa dissertação. Agradeço nominalmente aqui apenas a alguns poucos, ante a dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de mencionar a todos. Agradeço primeiramente a Profa. Dra. Olga Brites, minha orientadora, pelo acompanhamento nesse percurso acadêmico, fundamentais para a execução desse trabalho.

À PUC-SP e aos professores do Departamento de Estudos Pós-Graduados em História, em especial as professoras Yara Khoury, Estefânia, Maria do Rosário, Márcia D'Aléssio e Maria Odila.

Aos professores Laura Antunes Maciel e Amailton Magno Azevedo, que no exame de qualificação, fizeram sugestões e críticas que foram incorporadas ao texto final.

À minha companheira Maria Regina, aos meus filhos Aruã, Pedro Francisco e Gabriel que estiveram presentes com amor e carinho em todos os momentos dessa dissertação e participaram das alegrias, das angústias e maus-humores, inclusive souberam suportar minhas ausências, meu “enclausuramento” para estudos. Neste trabalho tem um pouco de cada um deles, agradeço especialmente ao Aruã pelo suporte técnico.

À minha mãe Maria das Neves, que morando em Nina Rodrigues, me proporcionou o despertar para esse estudo. À prima Mada pela força que me deu, sem a qual teria sido mais difícil.

Aos depoentes que constam dessa pesquisa, sem os quais efetivamente não seria possível a realização deste trabalho.

Aos meus companheiros de jornada pela alegria de tê-los encontrado e nos apoiado nesse processo, Mazé, Jonas, Luiz Cláudio, Eliana, Silvana, Elias, Eduardo Estevam, Tony, Zuleica.

À Selma Santos Borges, amiga-irmã sempre presente, acolhendo e incentivando nos momentos mais difíceis da batalha.

Aos amigos Rose, Aurélio, João, Denise, Onofre, Fátima, Manoel da Hora, Ana Lúcia, Laíde, Cida Maia, Terezinha, Selma.

No Maranhão agradeço à Créudia, prima querida, pelo acolhimento em minhas viagens de pesquisa, à Durvalina, pelas longas horas de conversas sobre as questões sociais do município, à Mundinha Araújo que tive o privilégio de conhecer durante o percurso do trabalho, à Célida o meu mais que especial agradecimento por tudo, ao Paulica grande conhecedor das histórias de Nina, à Socorro, à Lindalva, ao Chichico, à Cleusa, ao Wagner.

Agradeço o especial apoio dado pela Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues, na figura da prefeita Iara Quaresma, ao me proporcionar o deslocamento até aos povoados.

Às pessoas dos povoados das “terras de preto” em Nina Rodrigues por onde passei Amapá dos Catarinos, Balaiada, São Domingos, Ilha, Cachoeirinha e Santana.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida para a elaboração desse trabalho.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar as “*terras de preto*” no Maranhão, mais precisamente no município de Nina Rodrigues, região do vale do rio Munim, tendo como foco principal o Assentamento Balaiada e o povoado Amapá dos Catarinos e, com isso, trazer para o palco da História questões até então pouco visíveis, relacionadas aos sujeitos que habitam esses povoados, suas lutas por terras e melhores condições de sobrevivência e trabalho. Trata-se também das questões fundiárias no estado, para assim se compreender o contexto no qual está inserido o município objeto da pesquisa. O levantamento da literatura e demais documentos relacionados a esse segmento da população, assim como os depoimentos dos sujeitos desses povoados, foi significativo para se compreenderem suas histórias e lutas contemporâneas pela posse das terras que ocupam. Nesse estudo, nota-se a importância da construção de identidades como elemento fundamental para a constituição do território.

PALAVRAS-CHAVE: terras de preto; quilombos; território; identidades; Balaiada; Munim; Maranhão.

ABSTRACT

The objective of this is to analyze “*terras de preto*” within the state of Maranhão, more precisely within the municipal district of Nina Rodrigues region of Munim river’s valley, and its focus being the settlement Balaiada and the village Amapá dos Catarinos and, with that, bring to history’s stage questions until now hidden, related to these village’s inhabitants, their strive for land and better conditions of survival and work. Also dealt with questions related to the land possessions within the state, to comprehend the context in which the municipal district object of the research is inserted. The literature research and other documents related to this segment of population, also as the testimonials of people of those villages, were meaningful to comprehend their history and contemporaneous strives for the ownership of lands where they inhabit. In this study we can notice the importance of identities construction as a fundamental element for the constitution of the territory.

KEY WORDS: terras de preto; quilombo; territory; identities; balaiada; munim; maranhão.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
Capítulo I - TERRA E TERRITORIALIDADES.....	42
1.1 O Maranhão.....	42
1.2 Maranhão: uma Hidra.....	47
1.3 O Maranhão e a estrutura fundiária.....	53
1.4 Terras de preto, muito além do território.....	60
1.5 Territórios negros: terras de identidades e liberdade.....	64
Capítulo II - O VALE DO RIO MUNIM.....	70
2.1 A Região.....	70
2.2 Nina Rodrigues: terras de preto.....	81
2.3 Nina Rodrigues X Raimundo Nina Rodrigues: um paradoxo.....	88
2.4 Tecendo o balaio: histórias e experiências.....	96
2.4.1 Assentamento Balaiada: resistências e conquistas.....	100
2.4.2 Amapá dos Catarinos: quilombo do século XXI.....	115
Capítulo III - QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS.....	127
3.1 Em busca de significados.....	127
3.2 Assentamentos e quilombos: terras de preto, povoados híbridos.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	151
FONTES.....	151
Livros.....	151
Artigos.....	151
Documentos oficiais.....	152
Sites.....	152
Revistas.....	153
Leis, decretos, portarias.....	154
Depoimentos.....	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	156
ANEXO.....	161

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“uma paixão por conhecer os aspectos do presente que nos fazem lembrar um passado recente ou distante pode somente existir como parte da paixão para transformar o presente em realidade mais digna para os seres humanos”¹

Com este trabalho, nos propomos a estudar as “*terras de preto*”², no município de Nina Rodrigues, região do vale do rio Munim, no estado do Maranhão, tendo como foco principal o Assentamento Balaiada³ e o povoado Amapá dos Catarinos⁴.

Nosso interesse em pesquisar esses povoados nessa região do estado do Maranhão, é trazer para o palco da História questões até então pouco visíveis, ou seja, os sujeitos das chamadas terras de preto e que atualmente lutam por terra e melhores condições de sobrevivência e trabalho.

Nesse estudo levou-se em consideração a História do município de Nina Rodrigues, no contexto regional da bacia do rio Munim, com foco especial nas experiências atuais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, em torno da luta pela terra, contribuindo para tornar visíveis suas histórias e batalhas.

¹ DE MARTINO E. Etnologia e cultura nazionale negli ultimi dieci anni. In: Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997.

² Categoria adotada pelo PVN – Projeto Vida de Negro do CCN-MA – Centro de Cultura Negra do Maranhão, em função da autodenominação difundida no meio rural maranhense, onde existem centenas de povoados. Tendo por base o elemento étnico, definem uma territorialidade específica e uma modalidade intrínseca de relação com os recursos hídricos, florestais e do solo. É a combinação desses elementos que constitui a identidade desses grupos. *Terras de preto* têm um sentido de força social.

Diferencia-se de comunidade dos quilombolas por esta ser uma categoria restritiva, não abrangente, trata-se de uma classificação externa, relacionada aos aparatos do poder.

³ Trata-se de um Assentamento do MST, cujo nome faz menção à Guerra da Balaiada.

⁴ Comunidade remanescente de quilombo.

Ao se considerar que a luta pela posse da terra traz à tona tensões e conflitos sociais vividos, volta-se o olhar para os sujeitos daquelas comunidades que, por muito tempo, foram invisibilizados e quando adentraram as narrativas históricas aparecem sempre como vítimas e desprovidos de suas próprias histórias, frutos de uma historiografia que leva em consideração apenas o ponto de vista dos dominantes, desconsiderando as experiências dos trabalhadores.

Não se poderia deixar de citar que tais eventos fazem parte de um reencontro com uma parte da minha própria história, com minha infância, pois neste momento da minha vida sempre presenciei atitudes relacionadas às disputas por terra, tais como: hostilidades cometidas contra os caboclos⁵, como assim eram chamados os moradores, nas terras dos médios e grandes proprietários, e que se materializavam, muitas vezes, em expulsão da terra com posterior ateamento de fogo nas casas destes antigos moradores, como que se processando uma limpeza, o que, ao meu olhar de criança, causava estranheza e me trazia indagações e indignações, querendo compreender tantos episódios.

Conforme Martins, a instituição do *morador*, ou seja,

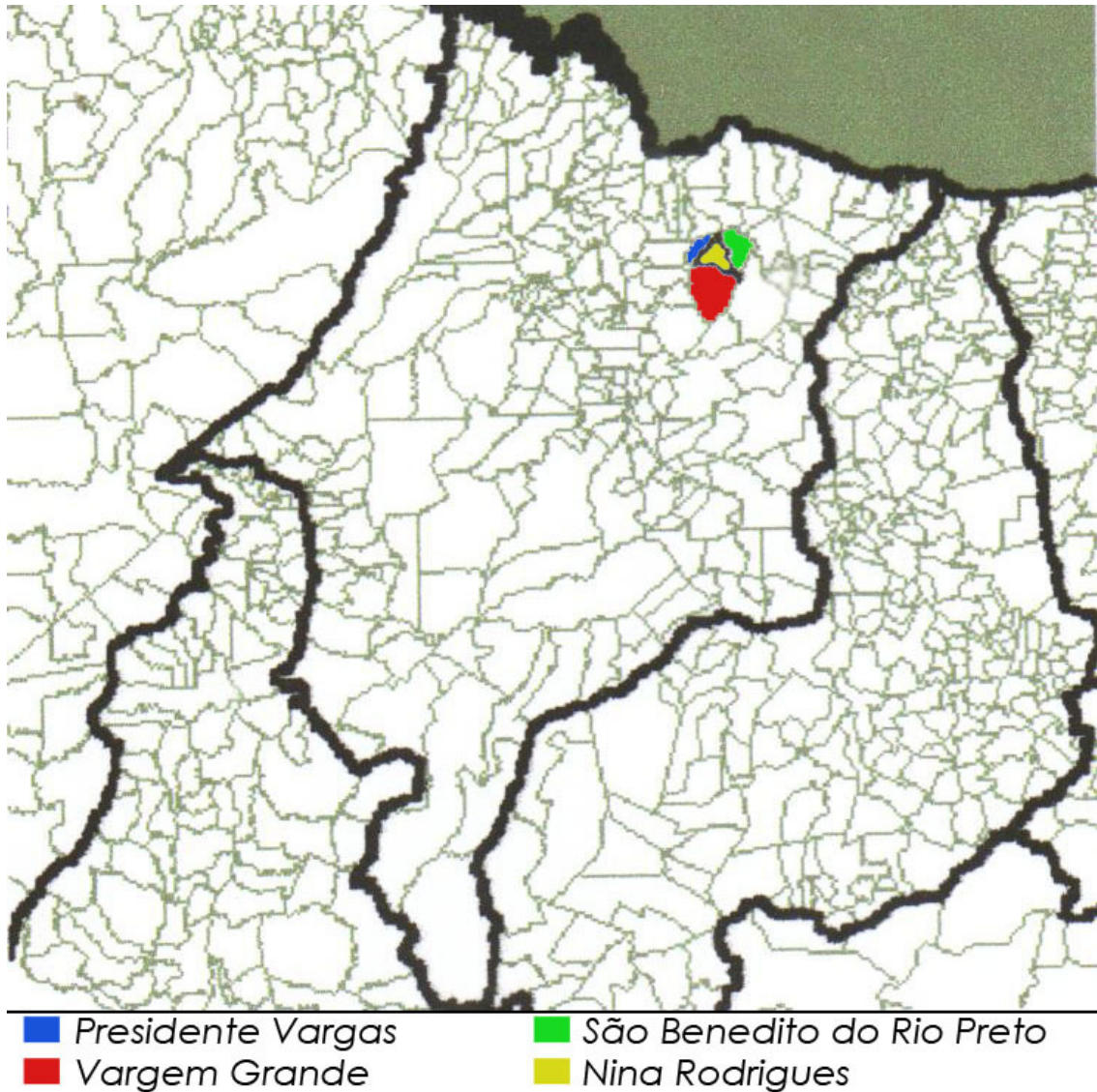
a mão-de-obra residente nas fazendas e sujeita a tributos em trabalho e espécie, ganhou nova vida e centralidade na substituição do negro cativo, não raro vendido e exportado para os florescentes cafezais do Rio de Janeiro e São Paulo.⁶

Nasci em São Benedito do Rio Preto, município a oeste de Nina Rodrigues, onde residi até 1977, quando então migrei para São Paulo.

Em destaque no mapa, a seguir, do estado do Maranhão, a localização de **Nina Rodrigues** e municípios com os quais estabelece fronteiras.

⁵ Trabalhador da roça, termo usado normalmente com uma conotação de inferioridade.

⁶ MARTINS, José de Souza. O Sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.



Manga, como era conhecido por todos naquela época, o atual Nina Rodrigues, era frequentemente citado em conversas, que sempre ouvia quando ainda criança, um lugar onde aconteciam boas festas e tinha um bom comércio, causando em mim a sensação de um lugar de muita importância.

Alguns anos se passaram, quando, em meados dos anos 80, minha mãe, viúva e até então moradora de São Benedito do Rio Preto, passou a residir em Nina Rodrigues, ao lado de meu irmão que aí fixara residência com sua família.

Foi nesse contexto que tive a oportunidade de conviver no município de Nina Rodrigues e conhecê-lo melhor. Tornou-se familiar para mim, o que me encheu ainda mais de curiosidade, agora como adulto e sabendo que lá tivera início um dos

mais importantes movimentos populares do Maranhão durante o império, a Guerra da Balaiada.⁷

A partir daí, comecei a tomar maior conhecimento das histórias daquele município, antiga Manga do Iguará, e contemporaneamente da existência de um movimento das comunidades rurais em torno da questão fundiária.

Percebi com isso que as memórias da Balaiada ainda estavam acesas e senti que ali havia elementos importantes a se conhecer, não apenas da história da Balaiada, no sentido de refletir um tempo passado, mas como o município, na atualidade tornou-se palco de muitas histórias e experiências dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, muitos deles descendentes de antigos escravos.

Vale ressaltar que além da proximidade, esses municípios mantinham estreitas relações entre si através do rio Preto, caminho natural de ligação entre ambos, portanto estabelecendo contatos comerciais, uma vez que toda a produção agrícola e extrativista de São Benedito do Rio Preto desaguava pelo rio Preto até o rio Munim, onde está localizado Nina Rodrigues e daí seguindo o curso do rio até Icatu onde se processava a travessia pela Baía de São José para a capital, São Luís.

Não poderia deixar de indicar que tanto São Benedito do Rio Preto quanto Nina Rodrigues, anteriormente foram distritos de Vargem Grande.

⁷ Foi o maior movimento popular acontecido na região do vale do Munim e que assumiu grandes proporções estendendo-se os combates às regiões do vale dos rios Itapecuru, Mearim e Parnaíba, tendo reflexos até na capital, São Luís. Há indícios de que envolveu mais de 10 mil pessoas.

Iniciada na Vila da Manga, atual Nina Rodrigues, próxima à cidade de Vargem Grande, este movimento surgiu em função da grave crise econômica desencadeada pela queda nas exportações de algodão no final do século XIX, (o que levou grandes lavouras a serem abandonadas), o frequente aumento dos gêneros alimentícios, o descaso das autoridades com os problemas da população e a questão da escravidão. Tudo isso contribuiu para que a situação se tornasse insuportável. A crise se acirrou, ainda mais, quando do recrutamento obrigatório, pelas tropas do império, que tinha como objetivo enfraquecer e perseguir os proprietários do interior, associados aos liberais. Quem se recusasse ao alistamento era preso.

Diante de tudo isso, no dia 13 de dezembro de 1838, um grupo de sertanejos liderados pelo vaqueiro Raimundo Gomes Vieira, ataca a prisão da Vila da Manga com o objetivo de libertar vários homens que ali se encontravam presos. Aproveita a oportunidade e dirige às autoridades uma proclama, reivindicando o fim das arbitrariedades. Esse movimento tem a adesão do vaqueiro Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, que já havia libertado seu próprio filho, preso pelas mesmas razões. Engrossam também as fileiras deste movimento, mais de 3000 homens liderados pelo Negro Cosme, líder maior do quilombo Lagoa Amarela, nas cabeceiras do rio Preto.

Ambos conquistaram sua autonomia em 21 de outubro de 1948 e 30 de dezembro de 1961, respectivamente.

A ligação entre os dois municípios não se restringia apenas ao aspecto econômico, fazia-se também através das relações sociais e culturais, como campeonatos de futebol entre ambos; participação em épocas de festas religiosas e eventos sociais. Há inclusive vários casos de namoros e até casamentos entre pessoas dos dois municípios. Foram essas relações que tornaram Nina Rodrigues muito presente em minha história.

Em função de sua localização às margens do rio Munim e na confluência dos rios Preto e Iguará, a vila da Manga (atual Nina Rodrigues) era um importante entreposto, tanto para São Benedito do Rio Preto, como para outros locais da região e também uma rota de ligação da região, localizada entre o rio Itapecuru e o rio Parnaíba, região de grande importância econômica até o século XIX, em função da produção de algodão, da cana-de-açúcar e da criação de gado.

Para uma melhor compreensão dessa região, observem-se as bacias hidrográficas do estado do Maranhão no mapa a seguir,

A construção da rodovia BR 222, que liga o Maranhão ao Piauí, passando por Vargem Grande, altera a configuração da região, transformando-se no novo corredor, que anteriormente era de influência do rio Munim. Com isso, Nina Rodrigues perde a importância que tinha naquele cenário e muitas histórias também ali desaparecem.

Como inspiração para o trato dessas questões desaparecidas, resgatou-se a lenda do Rei Sebastião, que é bastante conhecida no Maranhão e diz que o Rei desapareceu nas areias do Marrocos, na Batalha de Alcácer-Quibir, no século XVI, onde os portugueses sofreram uma grande derrota. No Maranhão, dizem que o Rei Sebastião ressurgiu na figura de um touro negro, percorrendo as areias da Ilha de Lençóis⁸; também como um santo na Casa das Minas⁹, em São Luís; ou ainda como uma força viva que engole homens do mar para a batalha final.

Assim sendo, a relação deste trabalho com a lenda se dá a partir do ressurgimento de algumas questões que saíram de cena na minha infância e adolescência e que agora emergem, depois de décadas, uma vez que nos anos 70 passei a residir em São Paulo, onde permaneço desde então, trabalhando e estudando.

Concluí em São Paulo, nos anos 80, o curso de graduação em História, o que, de certa forma, conduziu meu olhar ainda mais para as questões políticas e sociais praticadas naquela região e que, embora com outra roupagem, continuam muito presentes na vida dos povoados do município de Nina Rodrigues.

⁸ Normalmente confundida com o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a Ilha dos Lençóis, fica no outro extremo, a 180 km a oeste de São Luís. É famosa por seus mistérios e encantos, conhecida nacionalmente como “a Ilha dos Filhos da Lua”, pois lá viveu durante muitos anos, a maior colônia de albinos do mundo. In: Jornal O Imparcial. Encarte Viva, ano I nº 1, São Luís-MA, junho de 1996.

⁹ Importante casa do tambor de mina, localizada na região central, fundada por africanos no século XIX. “A Casa Grande das Minas, segundo se tem notícia, teria sido fundada na década de 1840”. FERRETTI, Sérgio. Andresa e Dudu – os Jeje e os Nagô: apogeu e declínio de duas casas fundadoras do tambor de mina maranhense. In: SILVA, Vagner Gonçalves. (org) Caminhos da Alma: memória afro-brasileira. São Paulo: Summus, 2002.

Ressalto que durante todo esse tempo que moro em São Paulo, nunca perdi o contato com o Maranhão, pois lá residem meus familiares e os visito frequentemente.

Foi nas minhas idas e vindas a Nina Rodrigues que ressurgiram algumas questões que anteriormente haviam ficado sem respostas. Essa situação foi criando em mim, cada vez mais, expectativas de me voltar para essas questões “desaparecidas”.

A minha formação em História, assim como as minhas experiências vividas como professor na cidade de São Paulo, foram decisivas para que retomasse a reflexão sobre essas questões, o que resultou no desenvolvimento de um projeto de pesquisa, apresentado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, trabalho que desenvolvi no curso de Mestrado.

Nesse sentido é que se dá a aproximação deste trabalho com a lenda do Rei Sebastião, pois a considero como uma força viva, não a que “engole homens do mar para a batalha final”, como acreditam alguns, mas a que se propõe a trazer à superfície do mar da história, questões relacionadas às terras de preto no município de Nina Rodrigues.

Para essa realidade está voltada minha pesquisa, tendo como um dos objetivos proporcionar visibilidade às experiências dos trabalhadores e trabalhadoras do Balaiada e do Amapá dos Catarinos, sujeitos do nosso tempo.

O Maranhão, no último quartel do século XX, ainda vive um modelo ímpar de mandonismo e resistência por parte das elites locais, o que tem dificultado mudanças estruturais no estado, como é em relação à questão da terra. Foi a partir dos anos 60, com o aval da ditadura militar, que tal modelo se fortaleceu, reforçado pela chamada “Lei Sarney de Terras”, que em seu Cap. I artigo 3º, considera como terras devolutas no parágrafo III: “as que não estiverem fundadas em título de legitimação ou revalidação”.¹⁰

¹⁰ Lei nº 2979 de 17/07/1969, publicada no D.O.E. em 30/07/1969.

Analisando o teor deste artigo, percebe-se um ataque frontal às comunidades quilombolas, pois as mesmas são possuidoras das terras, na maioria das vezes, por posse. São os territórios denominados “*terras de preto*”, aqui entendidas segundo o antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida como,

aqueles domínios doados, entregues, ocupados ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, às famílias de ex-escravos a partir da desagregação de grandes propriedades monocultoras. Os descendentes de tais famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha e sem delas se apoderarem individualmente.¹¹

Mais adiante o autor diz ainda que *terras de preto* não se restringem apenas aos domínios acima citados.

A expressão alcança também aqueles domínios ou extensões correspondentes a antigos quilombos e áreas de alforriados nas cercanias de antigos núcleos de mineração, que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de uma concepção de direito, que orientavam uma apropriação comum dos recursos. Há ainda aquelas que foram conquistadas por prestação de serviços guerreiros ao Estado, notadamente na guerra da Balaiada (1838-1841).¹²

Conforme explicitado acima por Almeida, a categoria terras de preto é o que melhor define a realidade dos povoados de Nina Rodrigues, em função de suas formas de apropriação das terras, notadamente o Assentamento Balaiada e Amapá dos Catarinos.

Nota-se com base nos estudos de Almeida, que o acesso à terra por essas comunidades deu-se em grande parte através da posse, sendo, dessa forma, essas

¹¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Carajás: A guerra dos mapas. Belém, Falangola, 1994.

¹² *ibid.*

comunidades o grande alvo desta Lei Sarney de Terras, por tratar-se do número expressivo dessas comunidades em todas as regiões do estado.

O modelo pautado na lei de terras, reeditou a exclusão de grande parte da população daquele estado ao direito à terra e ao trabalho, pois as comunidades rurais maranhenses sobrevivem da agricultura de subsistência. Dados atuais comprovam os resultados do modelo: o Maranhão figura como um dos estados brasileiros com as maiores desigualdades sociais, segundo pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 25 de setembro de 2003, ao revelar que,

O Maranhão é o Estado com maior número de pessoas vivendo na miséria. Segundo a pesquisa, 68,42% dos maranhenses ganham menos de R\$ 80 por mês, isto é, estão abaixo da linha da pobreza. Em outra pesquisa divulgada em meados de 2001, também pela FGV, o Maranhão também estava em último. A pesquisa divulgada no ano passado expôs um quadro dramático, mostrando que a situação social piorou no final dos anos 90, período em que o Maranhão foi governado por Roseana Sarney.

De acordo com a FGV, dos 47 municípios mais pobres do Brasil, 23 estão no Maranhão. Dos dez que se encontram em pior situação, seis são maranhenses e, dos cinco piores, três estão no Estado comandado há 38 anos pelo esquema de José Sarney. O município brasileiro com maior número de pessoas vivendo na miséria é Centro do Guilherme, no Maranhão. Lá, segundo o mapa da fome da FGV, 95,32% da população estão em situação de penúria. Para se ter idéia, o projeto Fome Zero, do governo Lula, foi lançado no município de Guaribas, o mais pobre do Piauí. No Maranhão, existem três municípios em situação pior que a de Guaribas.¹³

O Maranhão é também o estado onde ainda prevalecem práticas políticas inaceitáveis como é o caso do abuso de poder nas instâncias superiores ocorrido

¹³ Artigo: Família Sarney mantém pobreza do Maranhão. Jornal Brasil de Fato, 27 de outubro de 2004.

recentemente com a cassação do mandato do governador do estado, beneficiando a velha oligarquia, assumindo o governo Roseana Sarney, filha de José Sarney, atual presidente do senado, envolvido em diversos escândalos e nepotismo, tanto na esfera federal, quanto na estadual.

Essa situação é mantida graças ao poder avassalador exercido localmente, muitas vezes não permitindo qualquer manifestação da oposição, pelos “senhores do barão e cutelo”, no dizer de Euclides da Cunha, como bem menciona Marco Antonio Vila em artigo recente.¹⁴

Este trabalho trata das questões fundiárias do estado do Maranhão, apenas no sentido de proporcionar uma maior compreensão do contexto no qual está inserido o município objeto da pesquisa.

É a partir daí que se propõe o estudo sobre as experiências dos trabalhadores rurais do município de Nina Rodrigues, notadamente os povoados de Assentamento Balaiada e Amapá dos Catarinos, que, embora com realidades bem distintas, por o Balaiada tratar-se de um assentamento do INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária, formalizado nos anos 90 do século XX, a partir de uma ocupação dos próprios moradores da região e o Amapá dos Catarinos ser um povoado de ocupação mais antiga, tendo sua origem ainda durante a escravidão e composta em sua maioria por pessoas praticamente da mesma família, ambos têm em comum a luta pela terra e por melhores condições de vida e trabalho; são territórios fronteiriços; a terra é de uso comum e sua população é baseada num forte grau de parentesco.

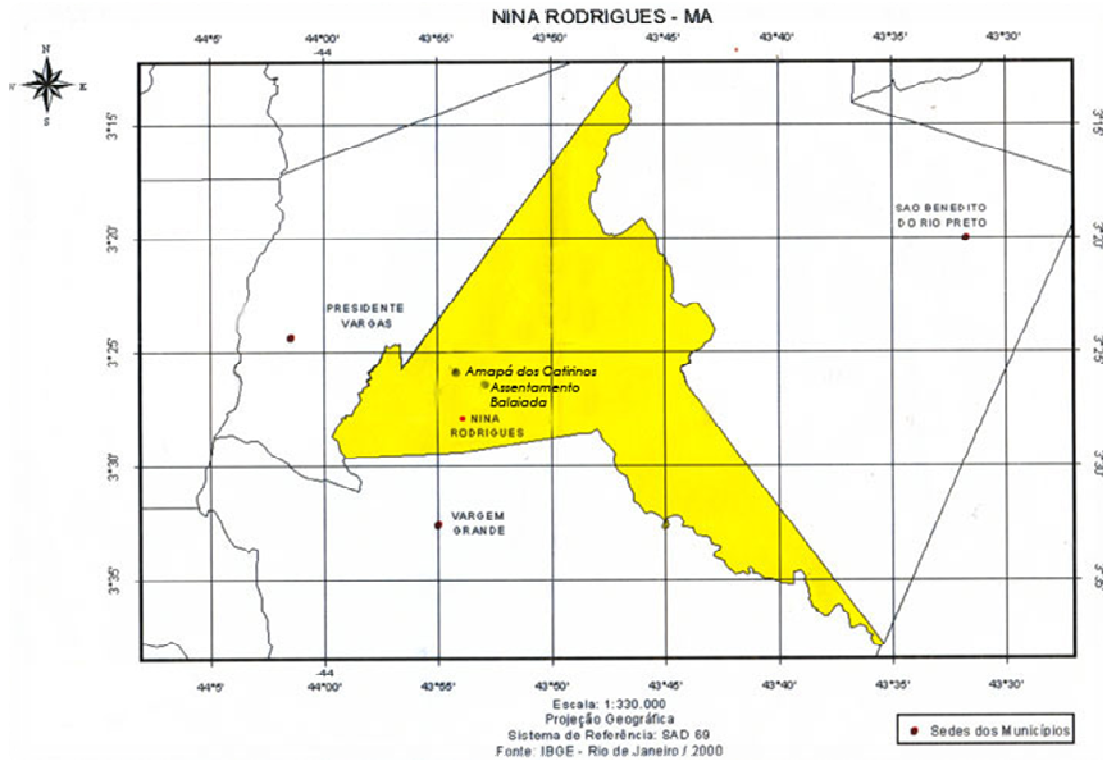
Em função das características acima, os dois povoados se enquadram na categoria *terras de preto* para fins de estudo.

O mapa a seguir mostra a proximidade dos dois povoados, sendo que o Assentamento Balaiada está inserido na área que antigamente era de abrangência das terras do Amapá dos Catarinos.¹⁵ Tal fato se confirma, pois, segundo José

¹⁴ Artigo: A crise política e o coronelismo. Folha de São Paulo, 04 de outubro de 2005. Caderno A3.

¹⁵ Antigamente era uma área de 3000 hectares nos quais estavam situados os povoados de São José dos Pretos, Ilha, Troncos, Pirinã e Morro da Filó, sendo que este deixou de existir. Com a ocupação da área do atual Assentamento Balaiada todos seus moradores passaram a residir lá.

Marques,¹⁶ “essas terras pertenciam a D. Ambrosina, que era dona de uma banda do mundo”.



Ressalta-se que os dois povoados são considerados como remanescentes dos quilombos, conforme Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues.¹⁷

No curso do estudo, procurou-se compreender, através do levantamento da literatura e dos demais documentos relativos ao objeto da pesquisa, inclusive através dos depoimentos dos sujeitos daqueles povoados como testemunhos vivos de uma história que ainda não foi contada, suas histórias e lutas contemporâneas em relação às terras que ocupam, à posse e à regulamentação, suas conquistas, os principais entraves encontrados e quais alternativas têm sido viabilizadas no caso de

¹⁶ Um dos mais antigos moradores do Amapá dos Catarinos, da família dos Catarinos.

¹⁷ Plano de Inclusão Social das Comunidades Quilombolas 2005-2008. Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues-MA, 2005.

Amapá dos Catarinos, para a efetiva identificação (abertura de processo), reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação do território.

Para tal seguem-se dois caminhos: o primeiro, através de um breve mergulho na literatura antropológica e historiográfica e demais documentos relativos a essas comunidades; o segundo pela busca da compreensão, através dos depoimentos desses sujeitos, da complexidade de suas experiências históricas e de suas realidades contemporâneas.

As questões acima apresentadas servem como referenciais, na busca de compreensão das problemáticas que envolvem as *terras de preto* objeto desse estudo.

Ainda neste sentido acrescentem-se as seguintes indagações.

O que são terras de preto?

Como se deu o acesso às terras que pertencem a esses grupos e a construção de suas identidades em Nina Rodrigues?

Quem são esses grupos na atualidade e quais as tensões vividas por eles na luta pelo território, assim como suas experiências nesse processo?

São essas questões que nos revelarão o significado de quilombos contemporâneos.

Elegeu-se, como ponto de partida para as investigações, o ano de 1988, um marco significativo, por tratar-se do ano em que completa 100 anos a Abolição da Escravidão, ano também da promulgação da Constituição Federal, que traz em seu corpo uma importante conquista do movimento negro, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelecendo que:

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Delimitou-se como ponto de chegada o ano de 2008, também muito significativo, em virtude de culminar com os 120 anos da Abolição, 20 anos de promulgação da Constituição Federal de 1988, 170 anos da eclosão da Guerra da Balaiada, no atual município de Nina Rodrigues, movimento que envolveu vários trabalhadores e trabalhadoras rurais, evidenciando-se traços em comum com as questões vividas contemporaneamente por esses segmentos da população naquela região do estado.

Ano de grande significado também por enquadrar-se no segundo mandato do governo do presidente Lula, que se constituiu como de esquerda, trazendo como proposta representar os interesses dos segmentos até então pouco ou quase nunca contemplados pelos governos, como é o caso das comunidades negras remanescentes de quilombos.

Nesse sentido, o período de abrangência da pesquisa, que se inicia em 1988, torna-se significativo por principiar com o momento da promulgação da chamada “constituição cidadã”, primeiro passo dado pela sociedade civil na conquista de direitos e deveres, sociedade marcada pelo autoritarismo da ditadura militar instaurada a partir de 1964.

Sabe-se que as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por fortes mobilizações da sociedade civil brasileira, se constituindo em lutas contra a ditadura militar e pela democratização do país.

Embora poucos estudos tenham dado ênfase à organização do movimento negro maranhense *“pois naquele momento várias comunidades negras do Maranhão estavam sendo expulsas dos seus territórios seculares”*¹⁸, sabe-se que esses sujeitos também estão em luta por direitos, finalmente inseridos na Constituição Federal, sob o Artigo 68 do ADCT.

Ao se estender até o ano de 2008, a pesquisa levou em consideração as principais políticas governamentais voltadas aos remanescentes das comunidades dos quilombos, - o Decreto Federal 4887/2003; a Instrução Normativa 20/2005 INCRA substituída pela Instrução Normativa 49/2008, assim como as legislações

¹⁸ PROJETO VIDA DE NEGRO. Vida de Negro no Maranhão: Uma Experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas. Coleção Negro Cosme Vol. IV, São Luís-MA: SMDH/CCN-MA/PVN 2005

pertinentes e seus desdobramentos em nível estadual, dentre os quais o Artigo 229 da Constituição Estadual do Maranhão de 1989, o Decreto 15.849 de 1997 e, em nível municipal, a Lei Orgânica do Município de Nina Rodrigues de 1990, o Plano de Inclusão Social das Comunidades Quilombolas (2005-2008), o Projeto Técnico do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS das Comunidades Remanescentes de Quilombos – 2007 e como essas políticas têm se refletido na realidade desses sujeitos.

Embora o Maranhão seja o estado brasileiro que possui o maior número de comunidades quilombolas identificadas, até o momento apenas 30 comunidades conquistaram em definitivo o título de posse das terras sendo: 07 tituladas pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e 23 tituladas pelo ITERMA - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão. Esse número não representa 5% do total das comunidades identificadas, dados que evidenciam morosidade no processo de titulação, principalmente por parte do INCRA, uma vez que as últimas titulações concedidas por este órgão, no estado, ocorreram em 1999. Em relação ao ITERMA, as mais recentes titulações ocorreram em 2008.¹⁹

É de se notar que as prerrogativas legais acima citadas representam um grande avanço, ao se tratar da agenda quilombola, à exceção da Instrução Normativa 49/2008, que oficializou novos procedimentos para a identificação e titulação das terras quilombolas, constituindo-se em grande retrocesso, pois desrespeita o direito à auto-identificação, garantido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT da qual o Brasil é signatário e ao Decreto 4887/2003, considerado uma grande conquista, pois regulamentou o Artigo 68 do ADCT, poucos efeitos produziram em relação às comunidades identificadas no estado do Maranhão, como mostra o baixo índice de comunidades tituladas.

Ressalte-se que a conquista na Constituição Federal foi resultado da luta ativa, travada pelo movimento negro de norte a sul do Brasil, em especial a partir da década de 1970, em que se destacou o Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN-MA fundado em 19 de setembro de 1979, como referência no tocante à

¹⁹ Centro de Cultura Negra do Maranhão CCN/MA – Projeto Vida de Negro – PVN – 20 anos. São Luís-MA, 2008.
ITERMA- Relação das comunidades quilombolas que receberam títulos de reconhecimento de domínio.

mobilização e organização da comunidade negra maranhense e de articulação com outras entidades em vários estados brasileiros, como o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), O Movimento Negro do Rio de Janeiro e a Associação Cultural Afro-Brasileira, também do Rio de Janeiro e que juntos encaminharam à então deputada federal constituinte Benedita da Silva, a proposta de garantia das terras das comunidades negras rurais, sendo apresentada e aprovada no Congresso Nacional Constituinte, e dando origem o Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal.

Outra conquista do Movimento Negro do Maranhão foi a garantia, na Constituição Estadual do Maranhão de 1989, em seu Artigo 229, do direito à legalização das terras às comunidades quilombolas como segue:

o Estado reconhecerá e legalizará, na forma da lei, as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Outra conquista também importante do movimento negro maranhense é o Decreto nº 15.849 de 01 de outubro de 1997, que

Declara como prioritárias para fins de legalização, desapropriação e outras formas de acautelamento terras ocupadas por remanescentes das comunidades de Quilombos e comunidades negras tradicionais.

Embora as conquistas legais signifiquem grandes avanços, não têm se refletido em resultados concretos para as comunidades, no que se refere às titulações de suas terras.

Desde a sua fundação, o CCN-MA vem desenvolvendo várias ações que têm possibilitado a visibilidade e a valorização da cultura afro-maranhense. Dentre essas ações destaca-se o PVN - Projeto Vida de Negro, que tem como objetivo desenvolver ações relacionadas à questão das terras de quilombolas no Maranhão.

Este projeto foi pioneiro no Brasil, sobre esta questão, servindo como referência a outros estados, permitindo a emergência de um movimento nacional que reivindicasse o cumprimento do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, relativo à Titulação das Terras de Quilombo. A partir desse processo, foi criado em 1997 a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ) e em 1996 o CCN/PVN, incentivou com o apoio de outras organizações do movimento negro brasileiro e comunidades quilombolas dos estados: MA, PI, GO, PE, RJ, SE, SP, MS, MT e BA, a criação da Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombos (CONAQ). 20

Não se pode deixar de mencionar que a fundação da ACONERUQ pelos quilombolas maranhenses foi mais um avanço dentro da luta e teve como objetivo principal ser o fórum de representação dos quilombolas do Maranhão, buscando fortalecer a organização do movimento quilombola e lutar em conjunto com as comunidades pela regulamentação das suas terras. Com isso, algumas ações, como a organização de cursos de capacitação, a criação de oportunidades para trocas de experiências sobre os problemas vividos pelas comunidades, visam a incentivar a participação política dos quilombolas.

Foram as lutas desses sujeitos que suscitaram esta investigação, uma vez que há um conjunto de prerrogativas legais, voltadas a atender essa demanda da população brasileira, principalmente em relação à terra.

É importante notar que essas lutas não se limitam às questões territoriais, são lutas que, historicamente, vêm se constituindo em torno da cidadania e tomam vulto a partir da década de 1980, no momento em que vários segmentos sociais, tanto urbanos, no caso os movimentos populares por moradia, quanto rurais, que lutam por terra e contra a violência no campo se mobilizam contra as profundas desigualdades sociais.

São esses sujeitos que constituem, conforme nos diz Sader,

²⁰ Centro de Cultura Negra do Maranhão CCN/MA – Projeto Vida de Negro – PVN – 20 anos. São Luís, 2008.

os movimentos sociais populares em cujo interior, indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas.²¹

É a partir daí que se mobilizam na luta por direitos sociais, econômicos, civis e políticos, como é o caso das comunidades foco de nossa pesquisa.

Não se trata aqui de se traçar uma oposição urbano/rural, campo/cidade, pois sabe-se que ambos fazem parte de um sistema mais amplo e conectado entre si, ou seja,

a vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões.²²

Entretanto, para demonstrar as diferentes perspectivas em que foram estudadas as comunidades negras rurais ou terras de preto, recorre-se de modo sucinto a alguns historiadores, antropólogos e demais estudiosos, dentre os quais destaca-se Flávio dos Santos Gomes, que, em seus artigos e livros sobre escravidão e pós-emancipação, nos insere em uma nova perspectiva acerca dos estudos sobre os quilombolas e suas lutas, abrindo novas possibilidades para uma melhor compreensão dessas comunidades.

²¹ SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

²² WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

Em seu trabalho *Ainda sobre quilombos* ²³, publicado em 1996, o texto apresenta problemática acerca da construção de símbolos da identidade étnica, o que, de certa forma aproxima-se da presente pesquisa, pois traz para reflexão questionamentos acerca das *terras de preto*, ou seja, a questão das identidades quilombolas.

Gomes recorre à literatura historiográfica e antropológica que se utilizou do tema dos quilombos no Brasil, desde a década de 1930, chamando a atenção para o fato de que esses estudos foram baseados em pressupostos polarizados, que indicavam ora a passividade, ora a rebeldia dos escravos e também a classificação dos quilombos, por alguns autores, como praticamente o único símbolo de luta escrava no Brasil.

Para isso, Gomes fez um estudo sobre os quilombos no Brasil, a partir da análise de vários autores, contribuindo definitivamente para uma melhor compreensão destas questões.

Assim como João José Reis, em seus estudos relativos às revoltas escravas na Bahia, Gomes também classifica os trabalhos sobre os quilombolas brasileiros em duas correntes: *culturalistas* e *materialistas*.

Segundo Gomes, os culturalistas influenciaram durante muito tempo os estudos afro-brasileiros e vários foram os autores que seguiram esta corrente encabeçada por Nina Rodrigues: Artur Ramos, Édison Carneiro e Roger Bastide.

Na visão dos culturalistas, a organização dos quilombos no Brasil representava um movimento “*contra-aculturativo*”, ou seja, uma resistência ao processo de aculturação e tinha como base de sua existência a “*persistência da cultura africana*”.

Um dos principais problemas nesses tipos de análises era a concepção de cultura apresentada, vista como algo estático e polarizado (cultura negra e africana *versus* cultura branca e

²³ GOMES, Flávio dos Santos. *Ainda sobre quilombos: repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil*. In: REIS, Elisa e et al (org) *Política e Cultura: Visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo, ANPOCS/HUCITEC, 1996.

européia) que desconsiderava quase que completamente os processos de reelaborações e transformações histórico-culturais dos povos.²⁴

Nota-se que, nos estudos relacionados a essa corrente interpretativa, não é levada em consideração a complexidade das relações existentes naquele momento histórico, não considerando os quilombos como forma de resistência ao sistema escravista. Essas comunidades aparecem em seus estudos apenas como “restauracionistas”.

Cabe ressaltar que na obra de Nina Rodrigues²⁵ o negro é visto como “em negativo” para a sociedade brasileira. Tal fato se faz presente quando narra os cultos religiosos e os rituais. A magia é para demonstrar quão incapaz o negro é de assimilar a religião católica. Ao tratar da arte africana, Rodrigues a julga primitiva, rústica, não levando em consideração as culturas destes povos.

Ainda no sentido de compreender a identidade étnica dos quilombos, Gomes revisita os anos 1960, quando uma nova visão sobre a rebeldia escrava passa a fazer parte do debate historiográfico, que é a corrente *materialista*.

Essa corrente tem como ponto de partida a contestação das concepções sobre as relações senhor/escravo e insere a rebeldia escrava na perspectiva da luta de classes. Os estudos dessa corrente têm como foco a rebeldia coletiva dos escravos: quilombos, revoltas e insurreições, tendo como conceito de resistência apenas a rebeldia, como forma de negação ao escravismo, o que, de certa forma, difunde uma idéia do escravo como “violento” e “rebelde”.

Os estudos sobre a rebeldia escrava adentram os anos 1970, é o caso do estudo de José Alípio Goulart, considerada a obra mais completa sobre o tema, pois apresenta uma análise panorâmica da rebeldia escrava no Brasil.

Décio Freitas, na década de 80, traz sua interpretação sob uma perspectiva marxista. Seus estudos se fundamentam no processo histórico, sob o prisma do aspecto base/superestrutura. Não considera os quilombos como capazes de

²⁴ *ibid*

²⁵ RODRIGUES, R.Nina. Os Africanos no Brasil. São Paulo: Nacional, 1988.

provocar transformações na sociedade, pois afirma que se desenvolviam à margem da sociedade escravista, tanto no aspecto geográfico, quanto no econômico e social, sendo categórico ao dizer que a pressão inglesa foi fator determinante para o fim da escravidão.

Percebe-se que, embora essa corrente tenha trazido grandes contribuições para os estudos sobre a escravidão brasileira, ainda assim não extrapolou a idéia da “coisificação”. De vitima e passivo o escravo torna-se guerreiro e rebelde e nunca sujeito de sua própria história.

Conclui-se que tanto os culturalistas quanto os materialistas vêem as lutas dos quilombolas como algo à margem do sistema escravista, sendo que, para os *culturalistas*, a fuga dos cativos para os quilombos visava somente a reconstruir as origens africanas de suas culturas e para os *materialistas*, que se opunham totalmente a tais explicações, a fuga significava uma forma coletiva de reação dos escravos aos horrores da escravidão.

Foi nesse universo escravista, marcado pelas mais variadas formas de violências que os “coisificava”, onde proliferaram os quilombos, um mundo fora da escravidão, onde os escravos resistiram (cultural e materialmente) à dominação, foi aí que eles se tornaram sujeitos de suas próprias histórias.

Diante dessa nova forma de pensar os quilombolas e suas maneiras de resistir é que tomam vulto os novos estudos relacionados a esses territórios constituídos durante e após a escravidão.

Foi a partir dessas perspectivas que Gomes desenvolveu seus estudos sobre algumas comunidades no estado do Rio de Janeiro, preocupado não apenas em registrar a incidência destas, mas em buscar a complexa interação que as constituía no mundo da escravidão e fora dela.

João José Reis, em seus estudos sobre os quilombos e as revoltas escravas, apresenta um novo olhar para essas categorias, contribuindo para uma nova abordagem sobre os diversos quilombos e movimentos de resistência ao escravismo, nos vários estados brasileiros, a partir da perspectiva da História Social.

Reis ressalta a importância das revoltas escravas, suas conquistas e formas de resistências, assim como dos quilombos, que na maioria das vezes, constituíam-se não só de escravos fugitivos, mas também de outros segmentos da população,

que para ali também convergiam, como soldados desertores, os perseguidos pela justiça secular e eclesiástica, ou simples aventureiros, vendedores, além de índios pressionados pelo avanço europeu, embora predominassem os africanos e seus descendentes.²⁶

Reis alerta também para a quase não fronteira entre as revoltas e os quilombos, pois muitos quilombos formaram-se da adesão de grupos fugitivos, enquanto outros resultaram de fugas iniciadas em revoltas. Reis considera importantes as redes de relações estabelecidas pelos quilombos que, muitas vezes, funcionavam como apoio contra a perseguição e também o uso das leis que os favoreciam:

No Brasil da segunda metade do século XIX eles identificaram rapidamente as brechas abertas pelo tímido liberalismo vigente e frequentemente levaram seus senhores aos tribunais em defesa de direitos garantidos em lei.²⁷

Reis traz em seus estudos as revoltas escravas e os quilombos maranhenses, suas relações com coiteiros e suas mesclas culturais, como reflexo de alianças sociais, portanto, contribuindo para as reflexões sobre a constituição dessas comunidades na contemporaneidade.

Matthias Röhrig Assunção, historiador e pesquisador alemão, profundo conhecedor da realidade maranhense, desenvolveu pesquisa de campo na região

²⁶ REIS, João José. Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil. Revista USP: São Paulo (28), dez/fev-1995/1996.

²⁷ *ibid*

das comunidades ora pesquisadas e, embora trate de outro momento histórico, traz grandes contribuições para a historiografia regional.

Em seus estudos, *Quilombos Maranhenses*²⁸ e *A Guerra dos Bem-te-vis*²⁹, Assunção apresenta as especificidades e formas variadas de quilombos que existiram no Maranhão: os que ficavam próximos das fazendas; os mais afastados; os que mesclavam agricultura e mineração e os “quilombos tardios”.

Grandes contribuições também trazem os estudos de Alfredo Wagner Berno de Almeida, antropólogo que tem se dedicado a compreender as realidades vividas pelas comunidades negras maranhenses ou “terras de preto”. Almeida mostra que o termo *terras de preto* surge a partir da própria adjetivação de várias comunidades, que usam em seu nome o “dos pretos”, como complemento. Suas reflexões também se pautam no uso comum da terra nesses povoados.

Levantamento feito pelo Projeto Vida de Negro – PVN e da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH constatou

pelo menos 33 (trinta e três) Terras de Preto, em todo o estado do Maranhão, expressão utilizada pelos próprios moradores para denominar o território onde habitam e cultivam.³⁰

Constata-se também, com isso, uma explicitação do pertencimento a essas territorialidades, o que sugere uma necessidade de afirmação de identidades.

Consideram-se todos esses estudos de fundamental importância, em virtude de trazerem elementos relacionados às comunidades negras rurais maranhenses, contribuindo para uma melhor compreensão dos seus significados e lutas contemporâneas.

²⁸ ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Quilombos Maranhenses* In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* (org.) REIS, João José, GOMES, Flavio dos Santos. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

²⁹ ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *A guerra dos Bem-te-vis. A Balaiada na memória oral*. São Luís: SIOGE, 1988.

³⁰ Projeto Vida de Negro (CCN-MA e SMDH) 1988 a 2007.

Ainda como referencial para reflexões, destaca-se Stuart Hall,³¹ que, em seus estudos culturais, promove a reflexão sobre o conceito da identidade historicamente constituído, portanto móvel, sendo o sujeito formado de várias identidades e não de uma única.

Ao tratar-se das identidades desses sujeitos, aproxima-se de Hall, por estas questões permearem as comunidades objeto deste estudo, uma vez que se trata de comunidades híbridas, formadas não somente, mas também por negros, onde convivem as mais diversas culturas.

Outra questão que se leva em consideração refere-se às territorialidades quilombolas. Para isso recorre-se a alguns autores, que servirão de base para as reflexões acerca das temáticas relacionadas a territórios e territorialidades em uma perspectiva contemporânea, como é o caso de Antonio Augusto Arantes³², que, em seus estudos, considera o espaço de fundamental importância, pois é nele que se configuram todas as tramas sociais. Seu trabalho leva à compreensão das novas territorialidades e suas dinâmicas. Sarita Albagli³³ faz uma reflexão sobre territorialidade, nos níveis do individual e do coletivo, portanto a partir das relações vividas. Raquel Rolnik³⁴ apresenta os territórios negros, nas cidades brasileiras, como constitutivos da própria estrutura que atravessa as relações sociais, reflexão que remete à constituição dos territórios negros rurais, como é o caso das comunidades estudadas.

Sabe-se que territórios não se restringem apenas em espaço físico, mas têm dimensão mais ampla, pois se constituem em espaços de identidades, configurando-se contemporaneamente também através de redes. E nesse sentido, compreendem-se os territórios negros rurais, onde os próprios sujeitos se articulam e se fortalecem, além das fronteiras físicas, o que se traduz em realidade, ao se observar como se

³¹ HALL, Stuart. A identidade na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaciara Lopes Louro – 10ª Ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

³² ARANTES, Antonio A. Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

³³ ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinicius (org.) Território em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. RJ: Relume Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

³⁴ ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade em São Paulo e Rio de Janeiro). In Estudos Afro-Asiáticos, n.17. Rio de Janeiro, 1989.

deu a constituição do Assentamento Balaiada, que tem sua população composta por moradores de vários povoados do entorno do território ocupado.

Este estudo tem como fonte principal os levantamentos e pesquisas realizadas pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) em parceria com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos-SMDH, em especial o Projeto Vida de Negro - PVN, que, desde a década de 1980, vem desenvolvendo ações voltadas a garantir os direitos fundamentais das chamadas comunidades remanescentes de quilombos.

Dentre as várias metas estabelecidas pelo CCN-MA, está o mapeamento das comunidades negras rurais, ou "*terras de preto*", no Maranhão, levantamento de extrema importância para este trabalho, uma vez que se trata dos documentos mais significativos até então feitos sobre as comunidades em questão.

Assim como Gomes, esta pesquisa também faz indagações sobre os atuais quilombos ou terras de preto em Nina Rodrigues:

Como são entendidas estas comunidades?

Como são construídas as identidades dos grupos, através dos próprios sujeitos que vivem nestas comunidades?

São as respostas dadas a estas indagações que podem levar à percepção das formas de construção das identidades dessas comunidades e suas lutas pela posse das terras que ocupam.

Partiu-se dessas múltiplas perspectivas, para se abordarem as questões relacionadas às terras de preto, sua resignificação na contemporaneidade, como remanescentes de quilombos. O trabalho busca compreender a realidade destas comunidades, na luta pela apropriação definitiva de seu território e pela construção de suas identidades.

Serão esses elementos que subsidiarão as reflexões a respeito das comunidades, foco desta pesquisa: como se organizam, seus modos de vida, suas experiências frente à perseguição dos governos e proprietários de terras, as várias estratégias de luta, suas conquistas e também as relações estabelecidas com outros

segmentos sociais, na busca de fortalecimentos, voltados a garantir o direito aos seus territórios.

Segundo Gomes, vários são os estudos que levam em consideração outras formas de resistência dos negros, além dos quilombos. Essas variadas formas de lutas contra a opressão do cativo constituem-se a partir das realidades vividas pelos negros nas várias regiões brasileiras e em contextos muito específicos. É aqui que se inserem as lutas das comunidades negras rurais contemporâneas, como é o caso do Balaiada e Amapá dos Catarinos, embora as mesmas apresentem singularidades, tanto do ponto de vista das territorialidades quanto de suas identidades.

Percebem-se inclusive as lutas e conquistas jurídicas desses grupos, ou seja, a abertura de brechas provocadas pela própria organização desses movimentos, como é o caso do SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, criado, em Nina Rodrigues, fruto de uma disputa política entre os segmentos dos trabalhadores rurais. Inicialmente, impedidos de fazer o registro no cartório local, sob a alegação de que não poderia haver dois sindicatos rurais no mesmo município. Diante disso, os trabalhadores não concordaram, recorreram à justiça e tiveram tal direito garantido, através de liminar: o registro e a fundação do novo sindicato, iniciando suas atividades em janeiro de 2009.

Esse trabalho pretende contribuir para uma maior visibilidade da região do Munim, a partir das experiências vividas por esses sujeitos, o que, de certa forma, representa um grande desafio.

Em virtude da inexistência de trabalhos voltados aos povoados de Nina Rodrigues, notadamente do Assentamento Balaiada e do Amapá dos Catarinos, é que nosso trabalho utiliza-se de depoimentos dos moradores desses povoados, na busca de conhecer e compreender a trajetória histórica e a condição social desses sujeitos.

A partir dessas narrativas, nos propomos a registrá-las e torná-las visíveis. Trata-se do registro das histórias dessas comunidades, histórias com S, no sentido plural, pois é assim que devem ser compreendidas.

Tal procedimento traz para a cena histórica agentes sociais antes relegados e valoriza-lhes o saber e a experiência de vida. Nesse sentido, fazer história é recuperar a ação dos grupos que nela atuam.³⁵

Revisitar essa história é proporcionar que novos personagens entrem em cena, ressignificando as lutas coletivas e dando-lhes ênfase, ou seja, constituindo o que Sader chama de “*noção de sujeito coletivo*”, expressão que indica

uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nestas lutas.³⁶

Trazer estas questões para discussão é também contribuir para uma revisão da historiografia relacionada ao negro maranhense que, a despeito de sua grande contribuição aos vários setores da sociedade, desde a musicalidade, dança, religiosidade, pouca visibilidade lhe tem sido atribuída, como se vê em propaganda turística recente de uma conceituada agência de viagens em parceria com o governo do estado do Maranhão, que assim o caracteriza:

São Luís foi fundada em 1612 por franceses, invadida por holandeses, mas totalmente construída por portugueses (...).³⁷

Este anúncio é revelador sobre o quanto as questões relacionadas ao negro no Maranhão ainda continuam colocadas no patamar da invisibilidade. Embora todas as suas culturas sejam elementos de atração turística na cidade de São Luís e também no interior do estado, entre tantas o *Tambor de Crioula*³⁸, não há menção

³⁵ VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. A Pesquisa em História. 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

³⁶ SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³⁷ O Estado de São Paulo, 07/09/2008 p. A9

³⁸ Em 18 de junho de 2007, foi anunciado o registro do Tambor de Crioula, como patrimônio cultural brasileiro pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. RAMASSOTE, Rodrigo

de que o estado do Maranhão também tenha sido construído pelos africanos. Há, nesse sentido, uma insistência no apagamento da presença destas populações no estado.

Na contramão desse apagamento, dessa tentativa insistente de invisibilidade, o estado do Maranhão configura-se como um dos estados brasileiros onde se encontra o maior número de remanescentes de quilombolas. Embora os dados sejam controversos, optou-se por apresentar os seguintes :

são 650 territórios identificados, 94 reconhecidos e 30 com posses de terra conquistadas em definitivo.³⁹

Esses dados revelam uma grandeza territorial ainda pouco conhecida, mas de uma riqueza cultural que se manifesta nas formas de sobrevivência que se baseiam na solidariedade, seja no preparo da roça para a plantação, na colheita, assim como na construção das casas, que depende da colaboração de todos, uma vez que não prevalece a relação econômica de mercado na maioria das atividades desenvolvidas.

Diante destes dados, pode-se dizer que se trata de uma “África maranhense”, não no sentido de uma transposição cultural africana anacrônica, ou seja, a “*persistência da cultura africana*” como pensavam os culturalistas, mas que institui sua memória no espaço, elemento suficiente para fazer refletir a grandeza física e cultural que permeia todo o estado do Maranhão.

Apesar do imenso número de territórios identificados, os dados também mostram o pequeno número de comunidades remanescentes de quilombos ou *terras de preto* beneficiados com as prerrogativas legais, instituídas a partir da Constituição de 1988. Tal fato se justifica pelos vários interesses em jogo, tanto por parte do governo como dos próprios setores privados.

Martins. Notas Sobre o Registro Do Tambor De Crioula: da pesquisa à salvaguarda. In: Revista Pós Ciências Sociais – São Luís, Vol. 4, nº 7, jan/junh. 2007.

³⁹ Números estimados: Coordenação Nacional dos Quilombolas (CONAQ), INCRA e Governos Estaduais. In: Quilombos do século 21. Aventuras na História, Edição 51 – Novembro 2007.

Reflexo disso pode-se constatar no município de Nina Rodrigues, que possui oito comunidades consideradas como remanescentes dos quilombos e até o momento, nenhuma delas foi titulada. Consta nos registros do INCRA a abertura de processo do Amapá dos Catarinos desde 2005 sob nº 54230.02551/06-27 ⁴⁰, embora nenhum outro encaminhamento tenha sido dado até o momento, o que justifica a presente investigação.

Este estudo pretende contribuir para tornar essa “África maranhense” visível a todos.

Sendo assim, optou-se por dividir este trabalho em três capítulos como segue:

O primeiro capítulo - *Terra e Territorialidades*- trata da terra e territorialidades relacionadas às comunidades negras rurais do Maranhão, levando em consideração as principais mudanças ocorridas na estrutura fundiária daquele estado a partir dos anos 60, com a promulgação da Lei nº 2979, de 17 de julho de 1969 gestada no governo de José Sarney (1966-1970) como chefe do executivo maranhense, daí essa lei ser conhecida como a “Lei Sarney de Terras”, que excluiu grande parte das comunidades rurais de suas terras privilegiando os grandes grupos econômicos e fazendeiros. Diante disso, focou-se o olhar para as *terras de preto*, categoria que engloba os remanescentes dos quilombos.

Levou-se em consideração também a questão das territorialidades negras como constitutivas de identidades.

Para isso, trabalhou-se com dados do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mapeamento do CCN-MA – Centro de Cultura Negra do Maranhão, bem como com livros, artigos de jornais e revistas voltados a essas questões.

O segundo capítulo – volta-se para o *Vale do rio Munim*, pelo qual se navega até o município de Nina Rodrigues, onde se aporta, para se voltar o olhar para as suas histórias e realidades contemporâneas, tendo como foco o Assentamento Balaiada e o povoado Amapá dos Catarinos, que, através de suas experiências, histórias e culturas, evidencia “as marcas quilombolas”.

⁴⁰ www.incra.gov.br

Através dos depoimentos dos vários sujeitos dos povoados, protagonistas dessa história e pelos documentos produzidos pela administração municipal de Nina Rodrigues, assim como pelas monografias escritas sobre o município foi possível uma maior compreensão do contexto social do vale do rio Munim e da inserção do negro e suas principais lutas e disputas em torno das terras que ocupam e as principais transformações fundiárias ocorridas no município a partir da década de 90.

O terceiro capítulo –*Quilombos contemporâneos* – tem como objetivo discutir os significados dos quilombos, suas formações e suas peculiaridades, na província do Maranhão, através da análise de vários autores. A partir desse diálogo procurou-se refletir sobre a realidade dessas comunidades na contemporaneidade, compreender os seus significados e como constituem suas identidades, tendo como contraponto a categoria *terras de preto*, que amplia e contempla de forma significativa esse segmento que o Artigo 68 do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 traz como “remanescentes dos quilombos”, que, de certa forma, restringe e desconsidera a própria historicidade desses sujeitos, uma vez que a palavra “remanescente” dá a idéia do que restou, o que ficou, o que permanece, portanto uma contradição com o sentido da história como bem lembra Walter Benjamin,

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras.⁴¹

Com isso, tem-se a preocupação de compreender, a partir dos próprios sujeitos dos povoados do Balaiada e Amapá dos Catarinos, o significado dessas categorias.

⁴¹ BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política. In: Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1993, vol. 1.

Em busca de compreender estas questões, a pesquisa apoiou-se nos estudos de Flávio dos Santos Gomes, João José Reis, Matthias Röhrig Assunção; nos levantamentos, pesquisas e publicações do CCN-MA – Centro de Cultura Negra do Maranhão especialmente o PVN-Projeto Vida de Negro e nos próprios sujeitos dos povoados com seus importantes depoimentos.

Capítulo I

TERRA E TERRITORIALIDADES

1.1 O Maranhão

O Maranhão está situado em uma região particularmente privilegiada e fértil, qual seja entre a floresta tropical e o semi-árido. Embora dentro de todo esse potencial, sua população vive submetida a uma extrema pobreza e a práticas políticas clientelistas. O resultado dessa prática mostra que 68% dos maranhenses vivem abaixo da linha de pobreza e o Maranhão destacando-se como um dos estados mais pobres do Brasil.

Localizado no litoral norte do Brasil, o Maranhão ocupa uma área de 333.365,6 km², que é a 8^a do país e a 2^a do Nordeste em extensão. Conforme dados do IBGE, Censo 2000, a população total do Estado é de 5.638.381, sendo: população rural 2.706.423 e população urbana 2.931.958. Vale ressaltar que desta população, 25,5% é composta de brancos, 63,9% de pardos, 9,5% de negros e 1,0% de amarelos e indígenas. Ao se levar em consideração os pardos e negros, ou seja, os afro-descendentes, tem-se, 73,4% da população, taxa que revela a significativa presença desses sujeitos na composição étnica do Maranhão.

Estes dados servem de elementos para uma melhor compreensão das atuais lutas por terras, em especial das comunidades negras rurais do Maranhão.

Em pleno século XXI, a população de descendência africana ainda luta pela permanência na terra de seus antepassados quilombolas em vários estados brasileiros. (...).

Há muitas comunidades quilombolas sequer reconhecidas pelo poder público. Mesmo aquelas que já o são não estão conseguindo com facilidade a titulação de suas terras e propriedades. Este processo está bastante moroso em função do jogo político e dos interesses econômicos presentes no campo, vinculados ao poder local e às artimanhas burocráticas

associadas ao não registro em cartório das áreas ocupadas há séculos pelos negros.⁴²

Será, a partir desse contexto do estado do Maranhão, que se buscará compreender as questões relacionadas às terras de preto no município de Nina Rodrigues. Embora o poder local considere oito comunidades como remanescentes dos quilombos, e entre elas estão os dois povoados de que trata a pesquisa, o Assentamento Balaiada e o Amapá dos Catarinos, apenas este último consta como identificado pelos órgãos competentes.

O povoado de Amapá dos Catarinos ilustra bem a situação apontada por Fonseca, embora seja de origem comprovada dos antigos escravos e já identificada conforme Sistematização Nacional das Comunidades Remanescentes de Quilombos⁴³, desde 2005, o processo de encaminhamento para titulação não apresentou nenhum avanço.⁴⁴

Diante disso, esses sujeitos resistem para permanecerem nas terras em que se encontram, ou seja, nas comunidades negras rurais quilombolas ou terras de preto, embora mergulhados em um mar de carências.

Sabe-se que os anos 1970 e 1980, foram marcados pela organização dos movimentos sociais, em cujo contexto o movimento negro se fortalece e encampa a luta jurídica pelo direito à posse das terras que ocupa desde os tempos da escravidão.

Resultado desta movimentação é a organização do movimento negro maranhense, que se concretiza com a fundação do Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN-MA em 1979, que se inicia a partir de um pequeno grupo, interessado em compreender as questões relacionadas aos negros no Maranhão. Constituiu-se inicialmente como um grupo de estudos e se consolidou na fundação do CCN-MA. A partir de então, essa organização tem voltado suas ações, no sentido

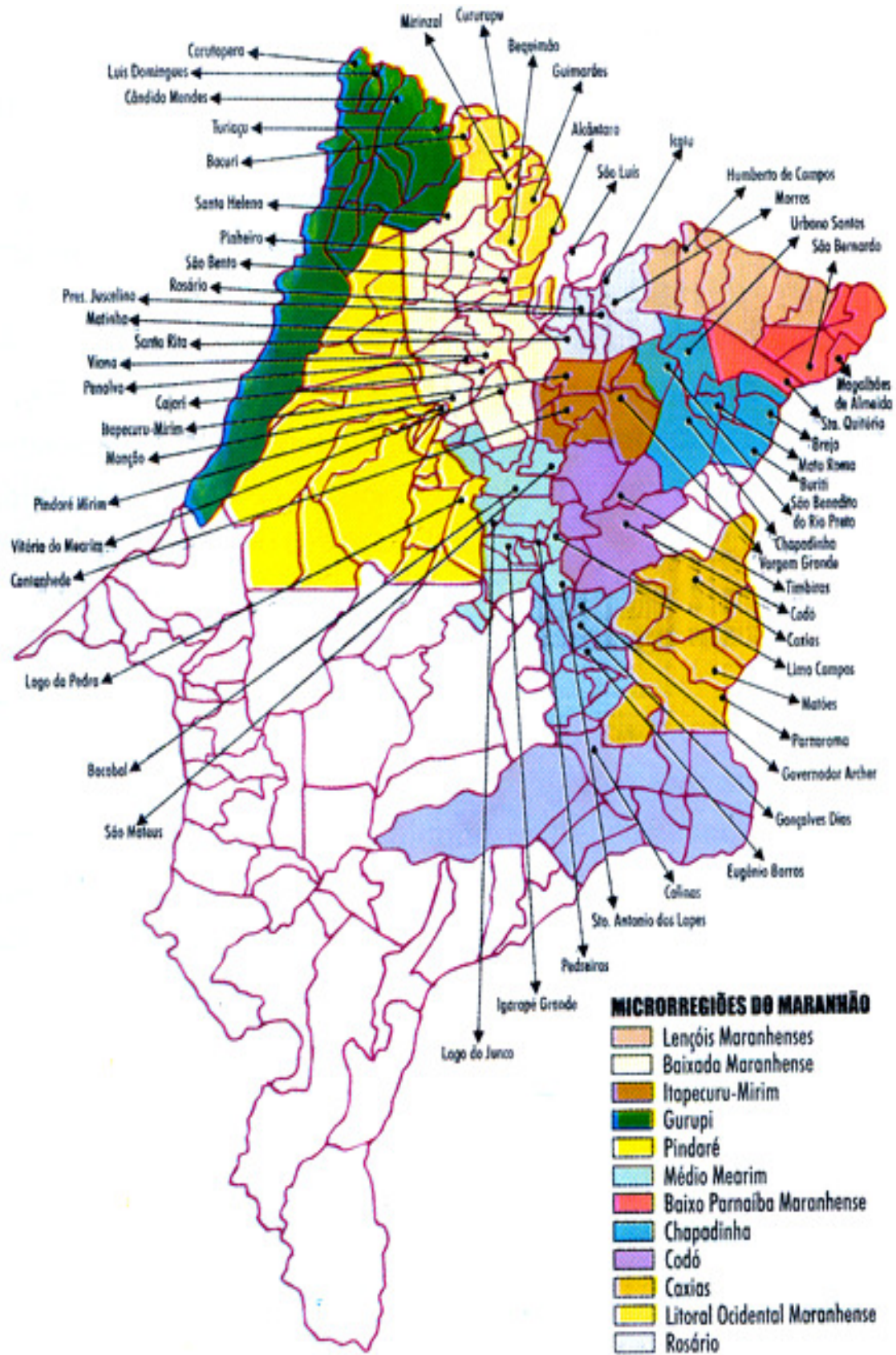
⁴² FONSECA, Dagoberto José. A terra e os desterrados: O negro em movimento. In: REVISTA PUC VIVA. O negro no Brasil. São Paulo: Apropuc, Ano 7, nº 28, 2006.

⁴³ Revista Palmares 5. Quilombos no Brasil. Fundação Cultural Palmares. Brasília, 2000.

⁴⁴ www.incra.gov.br

de contribuir para o fortalecimento desse segmento social - os afro-maranhenses-, na busca de transformar a realidade de opressão social em que vive a maioria, especialmente na zona rural.

Neste sentido, não se pode deixar de mencionar a grande contribuição do Projeto Vida de Negro, uma das ações do CCN-MA, pois, a partir dessa iniciativa, foram mapeadas as Comunidades Negras Rurais do Estado do Maranhão, conforme pode-se ver no mapa a seguir, considerado de fundamental importância para estes estudos, pois evidencia as comunidades por todo o estado.



Fonte: PVN - Vida de Negro no Maranhão: Uma Experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas. Coleção Negro Cosme Vol. IV, São Luís-MA: SMDH/CCN-MA/PVN 2005.

O resultado daquele trabalho, juntamente com a rede estabelecida com outros movimentos negros, em outros estados brasileiros, muito contribuiu para o fortalecimento do movimento negro nacional, e também para a introdução do Artigo 68 do ADCT, da Constituição Federal, que garante a terra aos remanescentes dos quilombos. Trata-se de uma grande conquista após 100 anos do advento da abolição.

Cabe ressaltar Davis, que diz:

os afro-brasileiros formam uma porcentagem substancial dos camponeses que lutam por terras, particularmente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, mas sua luta não se enquadra em termos raciais.⁴⁵

Nota-se que os vários estudos referentes à questão agrária não dão a devida importância ao fato de que a maior parte dos que lutam por terra no Brasil é de afro-descendentes, o que contribui, de certa forma, para que a luta dos negros pela posse da terra não tenha seu devido destaque.

Só para se ter uma idéia, no caso do Massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, em abril de 1996, em que, segundo dados oficiais, 19 pessoas morreram, 11 deles eram maranhenses e entre os feridos 3 morreram, 1 era maranhense. Essa tragédia coloca em evidencia a situação em que se encontra a população rural maranhense, sob os efeitos da Lei Sarney de Terras, que expulsou muitas famílias.

A partir dos anos 1980 e 1990, começam a aparecer estudos sobre os quilombolas e os conflitos de terras no Maranhão.

Estatísticas levantadas pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos dão conta que entre janeiro de 1990 e dezembro de 1991, ocorreram pelo menos 127 situações de conflito,

⁴⁵ DAVIS, Darien J. Afro-brasileiros hoje. São Paulo, Summus, 2000.

decorrentes de confronto entre pequenos proprietários, camponeses e grandes proprietários de terra, grileiros, pecuaristas e madeireiros no Estado. Incluindo-se aí o município de Vargem Grande próximo a Nina Rodrigues.⁴⁶

Seguramente, a luta contemporânea pela demarcação e regulamentação das terras dos remanescentes de quilombos ou “*terras de preto*” tem seu devido destaque, como parte da luta por uma sociedade mais justa, em especial no estado do Maranhão, onde 78% da população é afro-brasileira e, conforme o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano 2002 e o Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005, ambos do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e que ocupa o 121º no ranking mundial, equivalente à situação das Ilhas Salomão, na Oceania, superando apenas a população negra de Alagoas, que ocupa o último lugar, comparável à situação da Namíbia, na África.⁴⁷

1.2 Maranhão: uma Hidra

O Maranhão é considerado uma sociedade escravista tardia, pois, somente no último quartel do século XVIII, atinge seu apogeu agrícola, com base na mão-de-obra escravista. Às vésperas da independência, a província tinha a mais alta porcentagem de escravos do Império, ou seja, 55% deste contingente encontra-se naquela província.

⁴⁶ BOTELHO, Joan. Conhecendo e debatendo a história do Maranhão. São Luis: Fort Com. Gráfica e Editora, 2008.

⁴⁷ RETRATOS do país. Brasil negro x Brasil branco. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 de novembro de 2005. Cotidiano, p. C6.

Para melhor se compreender essa realidade, recorre-se à metáfora da Hidra de Lerna,⁴⁸ citada por Gomes, pois esta nos dá a dimensão da quantidade de quilombos que surgiam e praticamente não podiam ser destruídos, uma vez que, a cada quilombo destruído, outros renasciam.⁴⁹ Essa situação explica contemporaneamente a grande quantidade dos territórios negros rurais ou terras de preto por todo o estado do Maranhão.

É nesse cenário “pantanosos”, que são tratadas as “hidras contemporâneas”, intituladas como terras de preto, ou seja, aquelas inventariadas pelo CCN no estado do Maranhão, denotando um território maior, englobando vários povoados.

Povoado é um termo aqui utilizado para designar as diferentes unidades sociais⁵⁰, como assim são mais conhecidos o Balaiada e o Amapá dos Catarinos, em Nina Rodrigues, entre vários povoados que compõem o município e que são considerados de origem dos antigos quilombos.

Esse conceito de povoado leva a refletir sobre o surgimento das várias comunidades no município de Nina Rodrigues, uma vez que a localização privilegiada da então Vila da Manga na confluência dos rios Munim e Iguará, que por sua vez está entre as bacias do Itapecuru e Parnaíba, dois grandes corredores muito importantes de penetração para o interior, uma região de colonização antiga, ou seja, constituiu-se a partir da *frente litorânea*, colocada em prática pelos portugueses após a expulsão dos franceses, como forma de garantir o domínio e explorar a terra. Esta frente se deu a partir do litoral e penetrou através dos principais rios como Itapecuru, Munim, Pindaré e Mearim.⁵¹

⁴⁸ A Hidra não podia ser destruída, posto que, para cada uma de suas cabeças cortadas pelos seus oponentes, renasciam outras duas. Somente Hércules destrói a Hidra de Lerna. Astutamente, com a ajuda de Iolaus, ele colocou fogo no “pântano mefítico”, onde habitava a Hidra, impedindo-a de se proteger e de fazer renascer suas cabeças.

In: GOMES, Flávio dos Santos. A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (século XVII – XIX). São Paulo, Ed. UNESP/Ed. Polis, 2005.

⁴⁹ *ibid*

⁵⁰ SOUZA FILHO, Benedito. Os pretos de Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum. São Luís: Edufma, 2008.

⁵¹ CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SECMA, 1992.

Trata-se de uma região propícia ao estabelecimento destes territórios.

Conforme Gomes:

Apesar da pouca importância dada pela historiografia regional, as insurreições escravas e a formação de quilombos foram intensas no Maranhão, nos últimos anos da década de 1830, entrecruzando-se com o período da Balaiada. Uma das regiões de foco foi o vale do Itapecuru-Mirim, principalmente nas regiões de Igará e Brejo.⁵²

A partir desses fatos, busca-se compreender a diversidade histórica destes povoados, uma vez que territórios são espaços de referências identitárias capazes de fortalecer identidades coletivas, que são, ao mesmo tempo, identidades territoriais.

Nessa perspectiva se forjam as identidades das terras de preto, para além das identidades de quilombos, tão apregoadas pela historiografia, que traz sempre a idéia de algo do passado, apenas como refúgios de escravos fugitivos, à margem do sistema escravista.

Os territórios intitulados *terras de preto* não se trata apenas de espaços de fronteiras delimitadas como domínio de uma população, no caso, os afro-descendentes. Terras de preto é mais que isso, trata-se de territórios de identificação e recriação de um novo mundo, alimentado por referências contemporâneas. Aí são construídas as relações, a partir do grau de parentesco, da memória, do uso comum das terras, enfim a partir da cultura desses povos, aqui vista como modo de vida, pautada na experiência social. Esse fenômeno está muito presente no Balaiada e no Amapá dos Catarinos, pois, nesses povoados, o que os mantém fortes são as trocas simbólicas, que muito contribuem para fazer movimentar a economia.

⁵² Ibid, GOMES, Flávio dos Santos.

É de grande importância a relação com a sede do município, em que se compram os manufaturados e se vendem as produções agrícolas, como o arroz, milho, feijão, a farinha de mandioca. O extrativismo, em maior escala, o babaçu (*orbignya martiana*), palmeira típica da região, considerada “a árvore da vida” é de fundamental importância para essas comunidades, pois dela é extraída a palha para fabricar diversos utensílios de uso cotidiano das populações, como o *cofo*, um tipo de cesto confeccionado a partir da palha da palmeira e que serve para armazenar a farinha e também transportar os produtos da colheita; a *esteira*, uma espécie de tapete trançado também a partir da palha da palmeira, que é muito utilizada como portas e janelas das moradias; o *abano*, uma espécie de leque trançado a partir da palha, muito utilizado para fazer o fogo, abanar o fogo; os talos das palhas, que são utilizados para amarradios das paredes das casas de taipa e para fazer cerca; a palha, também utilizada para cobrir as casas e fazer as paredes. Do fruto, é extraída a amêndoa, que é comercializada e serve também para extrair o óleo e o leite, muito utilizados no preparo de pratos da culinária regional; o mesocarpo do fruto é também utilizado como suplemento alimentar; a casca do fruto serve para fazer carvão, que é utilizado para cozinhar alimentos. Mesmo depois de morta a palmeira, o seu caule ainda produz vida, pois, após sua decomposição, é utilizado como adubo nas hortas caseiras.

As relações familiares, os casamentos que acontecem geralmente entre os sujeitos da própria comunidade, as festividades, a religiosidade, as danças, a musicalidade, permeada atualmente pelo *reggae*, muito apreciada principalmente entre as gerações mais jovens, são elementos que contribuem para a coesão desses grupos.

Conforme Netão⁵³ diz:

e nós morava tudo perto, eu, eles, nós era 14 famílias ali, aí foi embora uma parte. Só que a comunidade do Pirinã, do São José dos Pretos... nós era muito ligado. Desde que tamo na terra nunca se afastamo.

⁵³ Morador e liderança no Assentamento Balaiada.

Segundo Netão, a terra pertencia a eles, pois era do seu avô, que “*possuía domínio legal*”, mas teve uma “*questão com um latifundiário, o Zé Macedo que ganhou a terra*”.

Entende-se que Netão, ao dizer que “*nunca se afastaram*”, estiveram sempre juntos, significa que eles eram os verdadeiros donos da terra e, por assim se sentirem, nunca se afastaram, nunca saíram da lá. Nota-se que, embora o Zé Macedo tenha ganhado a causa, mesmo assim, não se deram por vencidos e continuaram na terra. Sente-se aí o embrião de uma resistência da luta que mais tarde irá se forjar em torno da terra.

Consideram-se as terras de preto como territórios de lutas, onde os grupos fazem valer seus direitos, assim como buscam conquistar outros. Neste caso, a luta pela propriedade da terra é apenas um dos aspectos dessa luta, pois o território se constitui em elemento aglutinador de identidades compartilhadas e estabelece identidades, não apenas étnica, mas de luta contra os proprietários que historicamente se diziam donos das terras e praticavam as mais diversas formas de espoliação desses sujeitos. Situações praticadas até recentemente, nos anos de 1990, na região foco deste estudo, de certo modo também contribuíram para o fortalecimento da luta.

Em alguns depoimentos, esses sujeitos relataram algumas formas de exploração até recentemente praticadas. Essas situações são apropriadas pelos trabalhadores e trabalhadoras como bandeira para fortalecer a luta. As situações são as seguintes:

A – Obrigatoriedade do pagamento do foro – consistia em cada morador⁵⁴ da terra ter que pagar para o proprietário a sua estadia com uma parte da produção da sua roça, ou seja, arroz, feijão, milho, parte do coco de babaçu que extraíam, parte da farinha produzida e até uma parte dos animais que eram caçados. Vale ressaltar que, caso houvesse algum contratempo na produção agrícola da roça do morador, este era obrigado a pagar com sua mão-de-obra em tarefas para o proprietário.

⁵⁴ Termo regional para definir o agregado, aquele que reside na terra do grande proprietário.

B – A produção excedente dos moradores, assim como o babaçu extraído só podia ser vendido no comércio da propriedade, como também só podiam comprar em seu comércio. Quando algum morador ousava levar sua produção para vender, por um preço melhor, em outro estabelecimento comercial na sede do município, isto era prontamente reprimido, pois havia ali todo um sistema de controle, de que imediatamente o proprietário ficava sabendo. É corrente, entre todos, que o próprio comprador denunciava.

Essa “transgressão”, pode-se assim dizer, era punida, pois o sujeito da ação era obrigado a ir até o comércio em que vendeu o produto, desfazer a transação, trazendo o seu produto de volta e devolvendo o que havia comprado.

Percebe-se, nessa atitude do proprietário da terra, o castigo disciplinar, que tem como função reduzir os desvios. É, portanto, uma atitude corretiva.⁵⁵

É do conhecimento de todos os moradores que prevalecia ali uma prática chamada de “limpar o documento”, que consistia na ação dos médios e grandes proprietários da região de apropriar-se de algum documento comprobatório de propriedade dos moradores do entorno de suas terras, com a justificativa de que iria regularizá-las junto ao cartório. No entanto, os proprietários as incorporavam ao seu patrimônio. Trata-se de uma prática fraudulenta, o que reduziu a região a alguns proprietários, ou seja, a uns poucos latifúndios. Tal prática era feita em conluio com os cartórios locais.

Toda essa situação de opressão vivida pelos moradores forjou uma identidade que se constituiu a partir da questão da terra e não propriamente pela questão étnica. Esta situação é muito perceptível e presente no Balaiada, local que agrega moradores de vários outros povoados.

A identidade desse grupo se deu na luta contra a estrutura fundiária da região onde habitam, portanto uma luta que buscou romper com esta estrutura, um movimento que se deu em torno da terra, mas que tinha, em sua essência, um caráter transformador para esse estado de coisas, tão arraigado, desde o tempo da escravidão.

⁵⁵ FOUCAULT, Michel. Vigar e Punir: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1987.

1.3 O Maranhão e a estrutura fundiária

Faz-se aqui uma breve incursão sobre a questão da terra no Maranhão, pois sem essas observações seria difícil compreender as questões atuais que envolvem as lutas das comunidades negras rurais ou terras de preto, em torno da terra e pela terra.

Parte-se dos dados oficiais, uma vez que outros não são possíveis, dada a carência de estudos focados nessa realidade. Esses dados são reveladores do quadro atual da situação fundiária maranhense.

O estado do Maranhão, constitui uma população rural maior que as outras unidades da federação (conforme dados do IBGE, apenas em 1996 a população urbana contabilizou 51,92%, superando a população rural 48,08%) o que lhe confere características rurais ainda muito fortes.

É um estado com vocação para as atividades do campo, pois 52,6% de sua população sobrevivem da agricultura e da pecuária. Mesmo os que vivem nos perímetros urbanos, sobrevivem da atividade agrária.⁵⁶ No entanto se apresenta uma grande contradição, pois mesmo a maioria da população vivendo do campo, o maranhense é excluído do direito à propriedade. Vive constantemente enfrentado os conflitos da luta pela terra.

Apesar das características rurais acima apresentadas, o Maranhão apresenta um alto grau de distorção na distribuição da propriedade fundiária, prevalecendo a grande concentração, conforme mostram os dados na tabela abaixo:

⁵⁶ PEDROSA, Luis Antonio Câmara. A questão Agrária no Maranhão. www.scielo.org.br

**ESTRUTURA FUNDIÁRIA
MARANHÃO**

Área Total (ha)	Imóveis %		Área Total %	
	1970	1995	1970	1995
Até 10	87,6	76,9	5,6	3,1
Até 100	95,0	93,7	15,8	22,2
Mais de 1.000	0,5	0,4	41,8	36,4

Fonte: IBGE, Censo 1995

Percebe-se, com base nos dados acima, que são insignificantes as mudanças ocorridas entre 1970 e 1995, permanecendo a terra fortemente concentrada, uma característica predominante no estado do Maranhão, prevalecendo uma estrutura fundiária muito desigual comprometendo a qualidade de vida da grande maioria dos agricultores familiares maranhenses, notadamente as comunidades negras rurais, que representam o principal segmento da agricultura.

Tal estrutura agrária do estado do Maranhão, ou seja, como estão distribuídos os recursos fundiários, está diretamente ligada às políticas governamentais, que vêm sendo desenvolvidas desde a década de 60, a partir da promulgação da “Lei Sarney de Terras”, que proporcionou a transferência de grandes extensões de terras para grandes grupos empresariais e grileiros, que as adquiriram a preços baixíssimos e, pior, na maioria dos casos, ocupadas por famílias de posseiros, que já as habitavam há várias gerações, muitas delas tendo origem, ainda durante a escravidão, na própria desagregação do sistema escravista, mas que, diante dos efeitos da lei, foram obrigados a abandonar suas terras, para dar lugar aos grandes projetos.

Não cabe aqui tecer comentários sobre os graves impactos, tanto sociais quanto ambientais que esta lei de terras causou nas várias regiões do estado. Só para se ter uma idéia, o Maranhão figura, na análise dos estudiosos, como um

estado que tem exportado tensões sociais, obrigando milhares de trabalhadores rurais a se dispersar por estados vizinhos e até por outros países.⁵⁷

Como resultado dessa estrutura, as terras deixaram de pertencer a lavradores e passaram a ser ocupadas por grandes conglomerados e latifundiários, com créditos fáceis e incentivos fiscais, privilegiando os grandes conglomerados econômicos, em detrimento da agricultura de base familiar.

Entre os vários reflexos dessa política fundiária estão os grandes conflitos, que têm envolvido principalmente as comunidades negras rurais, em sua maioria formada de posseiros, conforme aponta Gistelinck.

Nos últimos vinte anos, milhares de pequenos agricultores foram expulsos de sua posse por latifundiários ou por grileiros, apoiados pela polícia e pelos governos, federal, estadual e municipal. A situação é dramática 70% dos que trabalham na terra não tem sua posse e os 30% que tem posse não tem o título, a segurança de sua posse. Há imensas áreas produtivas cercadas e grande parte das populações sem terra para trabalhar.⁵⁸

A sofisticação da violência adota inclusive contornos legais e empresariais, como cita Andrade,

a estratégia desses grandes grupos é a profusão de razões sociais de várias empresas que os integram. Para citar um exemplo: quem move a ação de manutenção de posse contra os trabalhadores de Belém, município de Buriti, Maranhão, estes sim, posseiros há gerações, é a Itapuama Agropecuária, mas quem prende, tortura e chega com os tratores,

⁵⁷ ANDRADE, Maristela de Paula. Maranhão: anti-reforma agrária, devastação e concentração fundiária. In: Seminário Reforma Agrária e Democracia: a perspectiva das sociedades civis. UFRJ, maio de 1998. www.scielo.org.br.

⁵⁸ GISTELINCK, Frans. Carajás usinas e favelas. São Luís: Minerva, 1988.

acompanhada da polícia para derrubar escola, posto de saúde e casas; quem destrói o cemitério dos anjinhos para ali plantar mudas de eucalipto, é outra das empresas do Grupo Industrial João Santos, a AGRIMEX, encarregada de administrar os projetos de manejo daquela. Ou seja, é necessário, antes de mais nada, desvendar essas várias razões sociais sob as quais diferentes empresas que integram grandes conglomerados se escondem, se metamorfoseiam, aparecem e desaparecem, até mesmo para apreender essas estratégias empresariais e assessorar a movimentação dos trabalhadores, assim como para subsidiar ações judiciais.

No caso citado, de uma das empresas do Grupo Industrial João Santos, a função da AGRIMEX- Agro-industrial e Exportadora Excelsior - aparentemente, seria puramente técnica, ou seja, administrar o chamado projeto de manejo. Consultando-se os documentos do IBAMA, as profissões que aparecem nesses documentos são as de engenheiro florestal, agrônomo, técnico agrícola. Não se poderia imaginar esses técnicos sobre caminhões e tratores de esteira da empresa, fortemente armados, sem mandado judicial, derrubando escolas, casas, posto médico, conforme observamos *in loco*, em 1995, em companhia de cinegrafistas, sindicalistas, pesquisadores, jornalistas, religiosos e, até mesmo, do subprocurador da República e sua assessora.

Neste caso, tudo se mistura: competência técnica e repressão, soldados e empregados da empresa agindo como jagunços, à revelia do direito, sob às vistas de representantes do Ministério Público Federal, de Universidades e de entidades de apoio a os trabalhadores rurais. Foi este o caso, também, em episódio recente, no mês passado, no povoado Mangueira, Município de Urbano Santos, quando dois técnicos da Agro-industrial e Comercial Paineiras , do Grupo Suzano Papel e Celulose, invadiram uma reunião de trabalhadores que discutiam as conseqüências do plantio do eucalipto na região, e passaram a anotar seus nomes e povoados de origem e só se retiraram quando as mulheres que, da cozinha, estavam

observando sua movimentação, interromperam a reunião e exigiram que saíssem. Como se negassem, os cento e trinta trabalhadores presentes, por votação, os convidaram a se retirar do recinto.⁵⁹

A situação mencionada por Andrade coloca em evidência os efeitos da Lei Sarney de Terras sobre a região do vale do rio Munim, ao citar municípios dessa região envolvidos em conflitos agrários.

Outro caso de extrema violência ocorreu no município de Vargem Grande, vizinho a Nina Rodrigues: no dia 19 de maio de 2006, cerca de cem policiais, dois tratores, caminhonetes, dez jagunços foram à Comunidade de Malaquias, uma comunidade quilombola, e lá houve a destruição total daquele povoado.

O requinte de arbitrariedade que envolveu o fato beira a barbárie, não sendo respeitados os dispositivos básicos da Constituição Federal, ou seja, a inviolabilidade do domicílio do cidadão, pois suas casas foram totalmente destruídas com tratores e incendiadas. É a visão dos dominantes, que consideram que casebre coberto de palha e tapada de palha não é domicílio, é a visão do dono de fazenda que tratava os negros e continua tratando os moradores descendentes destes povos e que ocupam esses territórios na atualidade.

O grau de barbaridade chegou ao ponto de, no ato do despejo não ser respeitado nem o cadáver, do “seu” Teixeira: ele foi picado por uma cobra cascavel, no dia 18, faleceu às cinco e meia da manhã do dia 19, e, às oito horas da manhã, foi “despejado” pela força policial, portanto sem ao menos o direito de ser velado. Constam desse episódio algumas ilegalidades praticadas, pois não havia uma ação de despejo, e sim uma ação de interdito proibitório contra 10 famílias: primeiro, houve uma reintegração, quando não havia ação; segundo, a ação, era contra 10 famílias e a execução foi contra 30 famílias. Portanto, mais de 100 pessoas, incluindo idosos, gestantes e crianças, foram atingidas sem estarem na relação processual; terceiro, do mandado não consta a demolição, o mandado apenas

⁵⁹ ibid ANDRADE, Maristela de Paula.

determina a proibição para que os réus se abstivessem de praticar qualquer ato que impedisse o exercício da posse.⁶⁰

Pode-se constatar, com base nos episódios acima, que a situação das *terras de preto*, no Maranhão e na região do vale do Munim, envolvendo essas comunidades é bastante complexa, vale destacar que, no caso, não se trata de ocupação, trata-se de comunidades centenárias.

Não se intenciona aqui citar os muitos casos de violências envolvendo os trabalhadores rurais maranhenses, citam-se apenas os dois casos, por se tratarem de conflitos ocorridos em municípios daquela região.

No município de Nina Rodrigues, região tradicionalmente composta de várias comunidades negras, e também palco de lutas contra a opressão, como a Guerra da Balaiada, que arregimentou mais de 3.000 quilombolas e se espalhou, como fogo no mato seco, por quase todo o Estado, contemporaneamente ressurgem tensões e lutas contra as abusivas cobranças de foro e pela desapropriação da terra, que resultaram no Assentamento Balaiada, objeto desta pesquisa, e tantos outros assentamentos. No município prevalecia, até os anos 1990, praticamente dois proprietários de quase todo o território.

Esses dois territórios, antigos latifúndios, atualmente constituem os dois PAs. – Projetos de Assentamentos do INCRA no município.

- O P.A. Palmares, que incorporou os povoados de São Domingos, Santa Isabel, Assentamento Balaiada, Macacos, Amapá dos Lucindos e Campinho.

- O P.A. Mangueira, que incorporou os povoados de Santa Rita, Amapá dos Catarinos, Mucambinho, Volta do Mundo, Buriti, São José dos Pretos e Vila Esperança.

Considerando esta intervenção do INCRA pode-se dizer que houve uma reforma agrária no município, uma vez que as duas propriedades tornaram-se assentamentos. Fugindo um pouco da realidade do estado, nesse município houve uma regularização fundiária em benefício dos moradores.

⁶⁰ DUTRA, Domingos. Relatório. São Luís. Assembléia Legislativa do Maranhão. Grande Expediente, 23 de maio de 2006. www.elo.com.br.

Ressalte-se que, nesse movimento, não houve incorporação de trabalhadores de outras regiões e nem o surgimento de novos povoados, à exceção do Balaiada, composto de sujeitos de vários povoados do entorno. Os outros povoados já existiam e são compostos, em sua maioria, por sujeitos de antigas comunidades negras, que se uniram e se organizaram contra a opressão dos latifundiários. Esses assentamentos são resultado da ação das próprias famílias, que lutaram para permanecer na terra e livrar-se do pagamento do foro, ressaltando-se que a ação oficial, via mediação do MST, ocorreu após a ação dos trabalhadores.

A luta que se inicia nos finais da década de 70, perpassa a década de 80 e 90 e continua intensa nos anos 2000, constituindo uma nova configuração para a estrutura fundiária do município.

Aos trabalhadores, permanece a luta na busca dos benefícios das políticas voltadas a esse segmento. Essa luta passa a ser interna também, pois nota-se que se constituiu uma cúpula, como se pode perceber no depoimento de Braga, ao se referir a uma liderança do MST local, que segundo ele

este é dono disso tudo- referindo-se aos assentamentos, e do Sindicato Rural -, por isso é que facilitou muita coisa pra ele. Esse pessoal, tão mais sabido que doutor são sabido demais. Eu me espantei quando eu vi uma menina de lá discursando na eleição.

Fica evidente no depoimento acima, o papel de tutela que tem assumido o MST local, como *“facilitador das coisas”*, ou seja, mediador das questões relacionadas aos assentamentos. Nota-se também a sua articulação com partido político, participando inclusive da campanha eleitoral, gerando um descontentamento naqueles que tanto lutaram contra a violência e arbitrariedades. São esses com os quais essa cúpula fez alianças na última campanha eleitoral no município.

1.4 Terras de preto, muito além do território

Os quilombos são conhecidos na História do Brasil como uma das formas de resistência dos negros contra a escravidão e a busca pela liberdade, embora essa não tenha sido a única forma de resistência, como tem sido apontado pelos mais novos estudos sobre as experiências vividas por esses grupos.

Gomes traz essa contribuição ao citar que:

É claro que nem sempre o ato de fugir, a revolta aberta e a organização de quilombos foram as únicas e inexoráveis formas de protesto negro. Havia outras possibilidades de enfrentamento, incluindo conflitos e agenciamentos. As estratégias de resistência eram paulatinamente ampliadas e reinventadas. Em algumas ocasiões, as ações de enfrentamento significavam, por exemplo, obter maior controle sobre o tempo e o ritmo das tarefas diárias de trabalho, residir próximo aos seus familiares, visitar nos domingos de folgas suas esposas, filhos e companheiros em outras fazendas, ou mesmo cultivar suas roças e ter autonomia para vender seus produtos nas feiras.⁶¹

Ainda nesse sentido, vêm os estudos de Chalhoub, que mencionam as próprias concepções que os negros tinham sobre o cativo, portanto, inserindo novas visões sobre os estudos até então relacionados aos negros.⁶²

Esses estudos são de grande importância, pois nos possibilitam o alargamento de nossa compreensão sobre as lutas atuais, tornando visíveis os

⁶¹ GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos na Brasil (século XVII – XIX)*. São Paulo, Ed. UNESP/Ed. Polis, 2005.

⁶² CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

territórios negros, que contemporaneamente são denominados de *terras de preto*, termo este usado no Maranhão para designar os vários territórios, surgidos a partir do novo sentido que toma a economia brasileira no pós-abolição, envolvendo não apenas os ex-escravos, mas também outros setores da sociedade. Na maioria dos quilombos, sobre os quais se tem informações mais detalhadas, consta que havia pessoas livres, que podiam inclusive exercer algum tipo de liderança; por isso, pode-se constatar que outros setores da sociedade também se envolveram e resistiram, por séculos, chegando aos dias atuais. Foram essas alianças que deram origem as *terras de preto*.

Em geral, no Nordeste, o ex-escravo continuou dependente do antigo senhor, com exceção do Maranhão, onde os escravos, após abandonarem suas fazendas de origem, se instalaram, como posseiros, nas terras desocupadas.⁶³ Assunção traz este contraponto, quando menciona que, diferentemente do nordeste açucareiro, que apresentava uma pequena faixa relativamente estreita do litoral, o Maranhão apresentava, em quase toda a parte norte de seu território, abundantes matas, com muitos rios e riachos, o que, de certa forma favoreceu o estabelecimento de quilombos. Outro fator que contribuiu foi que grande parte dessas matas, no centro da província, escapava ao controle do Estado, tornada fronteira onde podiam se sentir seguros.⁶⁴

São esses núcleos que deram origem ao que hoje se denomina *terras de preto*, disseminando-se por todos os cantos do estado.

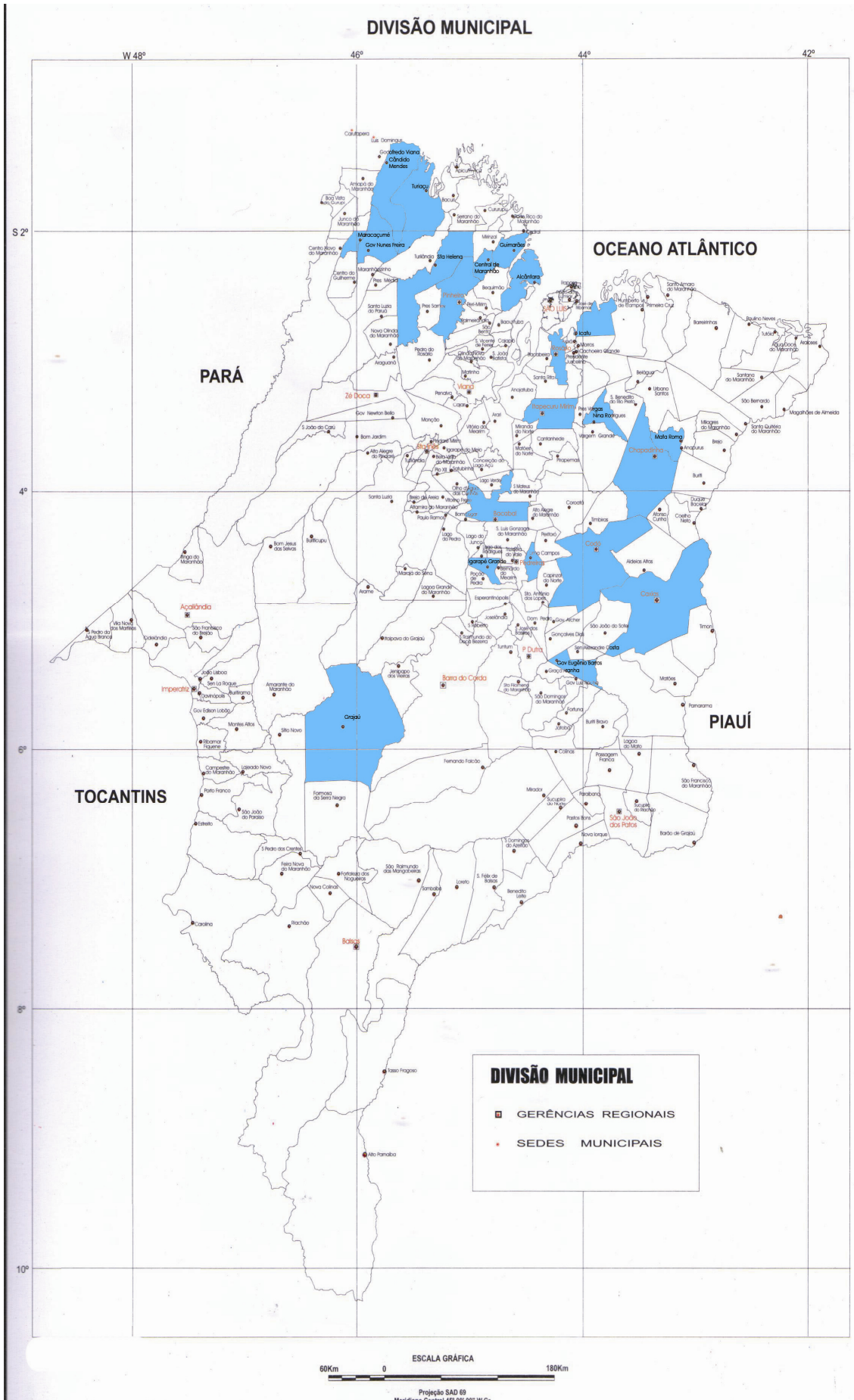
As chamadas *terras de preto* são encontradas atualmente em todas as regiões do Estado do Maranhão, localizam-se nos vales do Itapecuru, pelo Baixo e Médio Mearim, pelo Baixo Pindaré, pelo Munim até o Baixo Parnaíba e por todas as Baixadas Ocidental e Oriental e região do rio Turi. Segundo dados recolhidos recentemente, tais comunidades constituíram-se a partir do século XIX.⁶⁵

⁶³ FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

⁶⁴ ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Quilombos Maranhenses In: Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil (org.) REIS, João José, GOMES, Flavio dos Santos. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

⁶⁵ PVN – Vida de Negro no Maranhão: Uma Experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas. Coleção Negro Cosme Vol. IV, São Luís-MA: SMDH/CCN-MA/PVN 2005.

O mapa a seguir traz importante visualização das *terras de preto* no espaço geográfico do Maranhão, chamando a atenção para a grande quantidade desses territórios, entre os vales dos rios Itapecuru e Parnaíba, região onde se insere o vale do rio Munim, no qual estão os povoados desta pesquisa



1.5 Territórios negros: terras de identidades e liberdade

Libertar a terra, para essas famílias, muito mais que uma questão física, significou criar um território de homens e mulheres livres de todas as imposições até então estabelecidas. Foi o que os motivou e os tem motivado nas lutas atuais por infraestrutura e melhores condições de vida e de trabalho.

Esse processo de luta pela terra e contra as imposições do proprietário ocorreu, segundo depoimento de Netão, quando:

nós começamo a trabalhar pra não pagar mais foro. Aí nós conseguimos não pagar foro, foi uma pressão danada a humilhar a gente, mas a gente resistiu na terra. Falavam em expulsar a gente. Aí depois nós não tinha..., só tinha porco, não tinha animal grande, prendemos os bichos e resolvemos trabalhar no aberto, fazer roça sem cerca e conseguimos também.

No depoimento de Netão, percebemos como os trabalhadores foram forjando sua própria consciência de classe, aqui entendida, segundo Thompson, como

a forma como as experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.⁶⁶

São essas experiências que se constituem em aprendizado e estratégias para garantir a permanência na terra e, com isso, a resistência contra relações sociais tão opressoras ainda vigentes na região.

⁶⁶ THOMPSON, Eduard P. A formação da classe operária. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

A resistência não foi isolada, uma vez que, ainda segundo Netão,

tanto a comunidade do Morro da Filó, quanto a de São José dos Pretos, elas nunca “arredaram”⁶⁷ dessa história, todo mundo tava sempre junto.

No Pirinã tinha uma turma boa também, e o Palmares (na época Santa Isabel e Santo André) também tinha uma equipe mais nova que também não tava querendo tudo de volta, né. Aí se juntaram conosco, aí reforçamos a história.

Sente-se aí que há uma forte consciência, por parte desses sujeitos, de que a história é forjada na própria luta e com a participação de todos e que, a partir daí, as transformações se processam, não arredando, ou seja, a partir da resistência à dominação e à imposição de seus oponentes. Essa luta se dá no coletivo, foram forjadas além de um povoado, para além dos territórios. E aí também está se dando a luta de classe, como fenômeno histórico a partir das relações sociais.⁶⁸

Os territórios negros ou *terras de preto* têm um sentido de resistência, de luta, pois os sujeitos têm enfrentado as mais variadas formas de violência perpetradas contra eles. Foi nesta circunstância que, ao longo da história desses povos, se deram as relações com outros segmentos da sociedade brasileira. Esse contexto leva à reflexão sobre os sentidos dos territórios negros, que não devem apenas ser considerados como palco da história, mas como agente, um elemento constitutivo das relações sociais que neles, e por meio deles, se estabelecem; é preciso encará-los como histórica e culturalmente produzidos.⁶⁹

⁶⁷ Termo regional que significa abandonaram, saíram.

⁶⁸ *ibid*, THOMPSON, Eduard P.

⁶⁹ KHOURY, Yara Aun. Apresentação. In: Projeto História: espaço e cultura nº 18. São Paulo: EDUC, 1999.

Para os que vivem nas chamadas terras de preto, a territorialidade se constitui num forte fator de identidade. Ela envolve as relações com os recursos naturais e contribui para que os aspectos culturais se consolidem. Não pode ser, pois, reduzida à simples noção de “terra”.⁷⁰

Certamente é nessa atmosfera que se constituem os territórios das *terras de preto*, em Nina Rodrigues, e assim podem ser melhor compreendidos, pois é através das relações sociais e culturais que se forjam tais territórios, muito além das fronteiras físicas.

Portanto, o direito à terra é um dos pilares de fortalecimento destas comunidades, pois é também daí que eles sobrevivem, tiram seu sustento, reforçam suas relações afetivas e culturais.

Possuidoras de costumes e culturas diversificadas, estas comunidades caracterizam-se por ainda praticarem a herança cultural de seus ancestrais, embora possuam algo que lhes é peculiar: a terra é de usufruto comum, o que estabelece uma forte identidade do grupo, refletida na força e na defesa do território.

Dessa forma, o usufruto comum da terra funciona, para essas comunidades, como agregador social, fortalecendo as ações cotidianas da vida comunitária, seja no trabalho, seja na vida social.

Uma atividade ainda muito presente nas comunidades e que reforça essas ações, é o ato de “tapar”⁷¹ a casa, atividade que mostra uma outra concepção de identidade, estruturada no coletivo. Sem a cooperação do grupo, não se realizaria, pois é uma atividade que envolve até as crianças, pois a forma de sobrevivência dessas comunidades não está totalmente presa à relação financeira, mas muito mais às relações de parentesco; sendo, portanto o que contribui para uma vida fora dos padrões estabelecidos nas perspectivas do mercado. Nessas comunidades a

⁷⁰ PVN – Vida de Negro no Maranhão: Uma Experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas. Coleção Negro Cosme Vol. IV, São Luís-MA: SMDH/CCN-MA/PVN 2005.

⁷¹ Forma coletiva local utilizada para cobrir as casas de palhas de babaçu, bastante comum ainda em diversos povoados do município.

cooperação os fortalece como sujeitos e lhes dá força, embora haja outras formas de relação econômica, presas às regras do mercado.

Todos os elementos acima mencionados funcionam também como coesão de luta para assegurar o acesso à posse da terra, como a luta que deu origem ao Assentamento Balaiada, cuja ocupação foi promovida por moradores de vários povoados do entorno, ou seja, uma região que convencionou chamarem-se “*territórios negros*”, uma analogia à expressão “*campo negro*”, cunhada por Gomes ao se referir à região de Iguaçu.⁷²

Muitos desses sujeitos, que ajudaram no processo de ocupação, logo após a situação ter se acalmado, optaram por retornar e permanecer em suas comunidades de origem, com exceção do Morro da Filó, que deixou de existir, pois todos os moradores transferiram-se definitivamente para o Balaiada, fato que se deu em função da melhor topografia dessa nova área e por oferecer melhores condições para construção de mais moradias. Um dado curioso em relação aos antigos moradores do Morro da Filó é que os mesmos mantêm uma relação ainda muito forte com aquele território, pois lá estão as jaqueiras, mangueiras, cajueiros, laranjeiras e demais fruteiras que ancestralmente lhes pertencem e os abastece de frutas ainda hoje, embora no assentamento os moradores já comecem a ter fruteiras produzindo também.

O processo de ocupação da terra, que deu origem ao assentamento Balaiada, é uma das mais significativas experiências ocorridas em Nina Rodrigues, 161 anos depois da Guerra da Balaiada, ressignificando e fortalecendo as relações de identidades com a terra, a partir de traços culturais e relações coletivas, o que justifica o seu direito à terra. Trata-se de um território impregnado de significações, e é isso que os difere dos latifundiários e grileiros, que vêem a terra apenas como uma mercadoria.

São essas situações que geram as tensões vividas por esses sujeitos, nessa região do Maranhão, haja vista que os ocupantes da terra não são de outras regiões, são de origem dessa região e lá residem; a luta se deu para que a terra fosse

⁷² GOMES, Flávio dos Santos. História de quilombos: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Ed. Ver e ampl, São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

desapropriada. Trata-se de uma experiência ímpar, pois, em outras regiões, os que fazem ocupação de área geralmente se deslocam de outras regiões e dirigem-se para as áreas a serem ocupadas. Nota-se com isso uma organização desses sujeitos, objetivando alterar a estrutura fundiária concentrada e opressora.

Segundo eles, não houve invasão da área. Diferentemente dos demais movimentos que ocorrem no Brasil, não ficaram embaixo da lona preta. (sic).

Podemos afirmar, nesse caso, que o território comum e as relações de parentesco são elementos de grande importância para essas populações, servem como referência para a permanência na terra, porque constitui identidades.

A situação em que se constituiu o assentamento demonstra as identidades desses sujeitos, em suas próprias experiências de lutas. Embora de povoados diversos, a unidade se deu na luta pela desapropriação e pela posse da terra. Nesse caso, cabe dizer que a identidade é extraterritorial, extrapola o espaço físico.

Nessa perspectiva, territorialidades referem-se às relações dos grupos sociais, manifestando-se nas várias escalas geográficas: local, regional ou mesmo de um país, o que expressa várias identidades, sentimento de pertencimento e um modo de agir em um espaço geográfico.⁷³

Assim, territorialidades quilombolas ou terras de preto, tornam-se um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo; são as relações vividas que constituem o sentido de territorialidade.

Compreende-se dessa forma, território como categoria fortemente relacionada à cultura de um povo, portanto, algo construído a partir das relações estabelecidas, sendo assim mutável e constantemente construído e reconstruído historicamente e a partir de contextos, muitas vezes singulares, como é o caso do Assentamento Balaiada e o povoado Amapá dos Catarinos, sendo este um território constituído em sua maioria por negros descendentes de antigos escravos e que já estão

⁷³ ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinicius (org.) Território em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. RJ: Relume Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

secularmente no mesmo local, portando diferente do Balaiada, um assentamento do INCRA de formação recente, embora ambos possam ser considerados como terras de preto.

Assim o território sugere o fortalecimento da solidariedade entre os sujeitos que o compõe, o que permite, muitas vezes, superar possíveis desavenças internas, na busca da resistência contra os grupos opressores.

Terras de preto, identidades e territorialidades estão profundamente imbricados, constituindo-se territórios de liberdade.

Capítulo II

O VALE DO RIO MUNIM

2.1 A Região

Nina Rodrigues é um dos 217 municípios que formam o atual estado do Maranhão⁷⁴, e está inserido no vale do rio Munim.

O estado do Maranhão compreende um território maior que o de muitos países, como Uruguai, Bélgica, Itália e Nicarágua; no entanto a riqueza e as potencialidades da terra não garantem conforto e vida digna para a imensa maioria de sua gente.

O estado apresenta discrepâncias das mais diversas ordens, nas quais se incluem *diferenças populacionais*: enquanto no entorno da capital se aglomeram mais de 1 milhão de habitantes, no cerrado Sul Maranhense a densidade demográfica é de 3,9 hab/km². Tais dados nos mostram as disparidades da distribuição da população no estado.

Configura-se também como o estado que tem o maior número de municípios na linha de pobreza absoluta, sendo 23, do total de 47 em todo o Brasil.⁷⁵

Para exibir a gravidade desse panorama de carências, um só indicador é suficiente: a taxa de analfabetismo, que é alarmante. Conforme dados do Censo Demográfico do IBGE 2000, a taxa de analfabetismo da população maranhense entre 10 e 14 anos é de 17,8% enquanto a do Brasil é de 7,3%; se observarmos a população com 15 anos e mais, a taxa maranhense é de 28,4% enquanto a do Brasil é de 13,6%.

⁷⁴ Atlas do Maranhão, UEMA, São Luís: GEPLAN, 2002

⁷⁵ Artigo: Família Sarney mantém pobreza do Maranhão. Jornal Brasil de Fato, 27/01/2004.

Sabe-se também que o Maranhão ocupa o penúltimo lugar do país no Índice de Desenvolvimento Humano, da ONU ⁷⁶, ficando à frente apenas do estado de Alagoas.

Embora economicamente o estado tenha ganhado notoriedade no transcorrer dos anos 80, com o impulso do minério de ferro da Serra de Carajás, transportado até o porto de São Luís, favorecendo o surgimento de indústrias metalúrgicas, a meio caminho da via férrea e também o cultivo em larga escala de soja no sul do estado, com a introdução da mecanização agrícola assim como a pecuária, o que contribuiu para um crescimento do PIB maranhense em 10,7%, mesmo assim isto pouco significou para provocar visíveis melhorias dos padrões de vida dos maranhenses. A caminho de encerrar-se a primeira década do novo século, o Maranhão continua na mesma situação paradoxal que é o marco de sua história: um estado rico, uma população pobre ⁷⁷.

Esse é o contexto em que se insere a região do vale do Munim, situada ao nordeste do estado.

A região é composta por 20 municípios, com uma extensão de 15.800 km² e, conforme dados do IBGE 2000, sua população é de 416.615 habitantes.

A tabela a seguir mostra os indicadores sociais dos municípios dessa região, como de médio desenvolvimento. Embora os dados considerem o município de Nina Rodrigues nesse patamar, o que se percebe na realidade é que a maioria da população rural sequer tem acesso aos bens mínimos, - educação, saúde, saneamento básico-, causando aí um contraste com esses indicadores sociais oficiais, que pouco revelam sobre como vivem essas populações, em sua maioria composta por negros. Fato que confirma Durvalina, professora e atual secretária municipal de educação do município ao dizer que: "*Nina Rodrigues é um município quilombola*", referindo-se ao número expressivo de negros que compõem a população do município.

⁷⁶ PNUD, 2005.

⁷⁷ OLIVEIRA, José Augusto Silva et al. Um espelho para a universidade: o paradoxo chamado Maranhão. In: Plano de Gestão Universidade Estadual do Maranhão 2007/2010. São Luís: UEMA, 2007.

Faz-se necessária a apresentação destes dados, uma vez que servirá de referencial para melhor se compreender a região na qual está inserido o município deste estudo.

Os dados a seguir indicam o contexto acima esboçado, embora não se proponha a fazer uma análise mais aprofundada dessas questões, pois o objetivo é apenas situar o leitor, pouco familiarizado com a região, para um melhor conhecimento dos dados sociais da mesma.

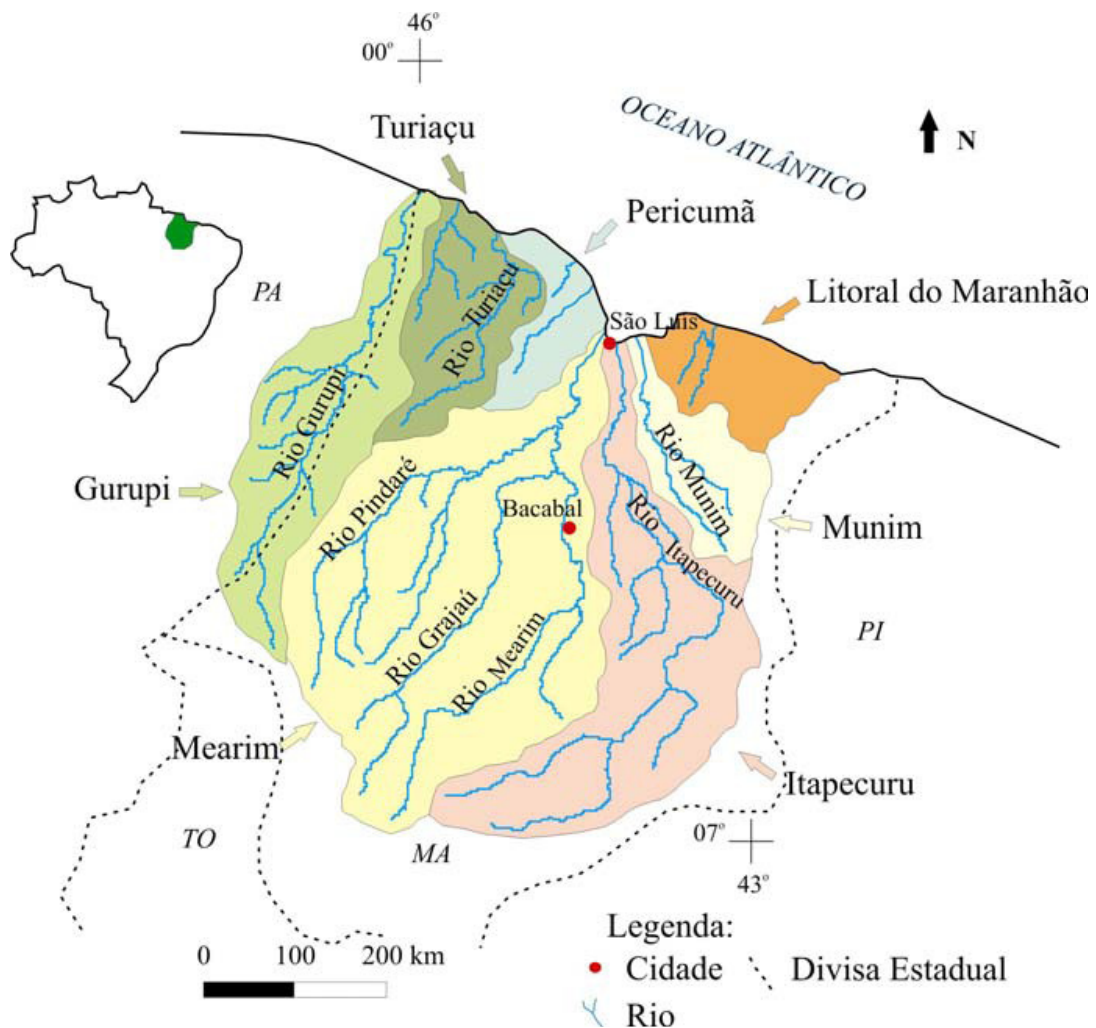
MUNICÍPIOS DA BACIA DO MUNIM

Nome	População*	IDH**
Aldeias Altas	18.735	0,549
Afonso Cunha	4.683	0,558
Chapadinha	60.640	0,588
Duque Bacelar	9.396	s/d
Vargem Grande	34.603	0,544
Nina Rodrigues	8.289	0,550
Pres. Vargas	10.370	0,543
S.Benedito do Rio Preto	16.648	0,543
Urbano Santos	17.566	0,556
Buriti	24.108	0,552
Anapurus	10.057	0,592
Belágua	5.473	0,495
Brejo	27.510	0,552
Mata Roma	11.801	0,567
Milagres do Maranhão	5.180	0,563
Pres. Juscelino	10.194	0,506
Cachoeira Grande	7.382	s/d
Morros	14.005	0,561
Icatú	21.522	0,572
Axixá	10.108	0,619

Fonte: * Censo Demográfico IBGE, 2000. ** PNDU, 2000.

Como curso principal da bacia, o rio Munim nasce em Aldeias Altas e deságua na Baía do Arraial, entre as cidades de Axixá e Icatu, região do Golfão Maranhense, após percorrer 275 km.

Essa região está inserida na *Região Hidrográfica Costeira do Nordeste Ocidental*⁷⁸, conforme mapa abaixo.



É de grande importância a localização da Bacia do Munim, pois está entre as Bacias do Itapecuru ao oeste e sul; do Parnaíba ao leste na divisa com o estado do Piauí; e ao norte, seguindo caminho natural para o litoral. Portanto uma região estrategicamente importante desde os tempos coloniais.

⁷⁸ Região Hidrográfica Costeira do Nordeste Ocidental e suas unidades hidrográficas.

Segue-se a caracterização geral da região elaborada pela Agência Nacional de Águas, órgão ligado ao governo federal, que apresenta um panorama sócio-econômico do estado do Maranhão, onde se concentra a maior parte da bacia na qual está o município de Nina Rodrigues.

A Região tem uma **área** de 254.100 km², cerca de 3% da área do Brasil. A distribuição da região nas unidades da federação é: Pará, 9% e Maranhão, 91%.

Um panorama social e econômico da região hidrográfica Costeira do Nordeste Ocidental praticamente se confunde com aquele que traduz a situação do estado do Maranhão, que tem grande parte de sua área circunscrita na região. Esse panorama pode ser observado a partir de três indicadores principais: **Produto Interno Bruto (PIB)** per capita, com valor de R\$ 1.402, ou 24% do PIB per capita brasileiro que é de R\$ 5.740 (IBGE, 1999); a taxa de **mortalidade infantil**: 52,79 (por 1.000 nascidos vivos), uma das mais altas do País, cuja média é de 33,55 (IBGE, 2000); e **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**, varia de 0,647 (Maranhão) a 0,720 (IPEA, 2000).⁷⁹

O município de Nina Rodrigues está a 113 km da capital, São Luís, partindo desta, segue-se pela BR 135 até o distrito de Entroncamento (Itapecuru-Mirim), prosseguindo pela BR 222, até a cidade de Vargem Grande, daí o acesso a Nina Rodrigues se faz pela MA 020, vale dizer que todo o percurso é asfaltado, encontrando-se em condições precárias apenas o trecho que liga Vargem Grande a Nina Rodrigues.

Ressalte-se a ausência de transporte público coletivo ligando as duas cidades, distantes apenas 9 km. O transporte mais utilizado é moto-táxi.

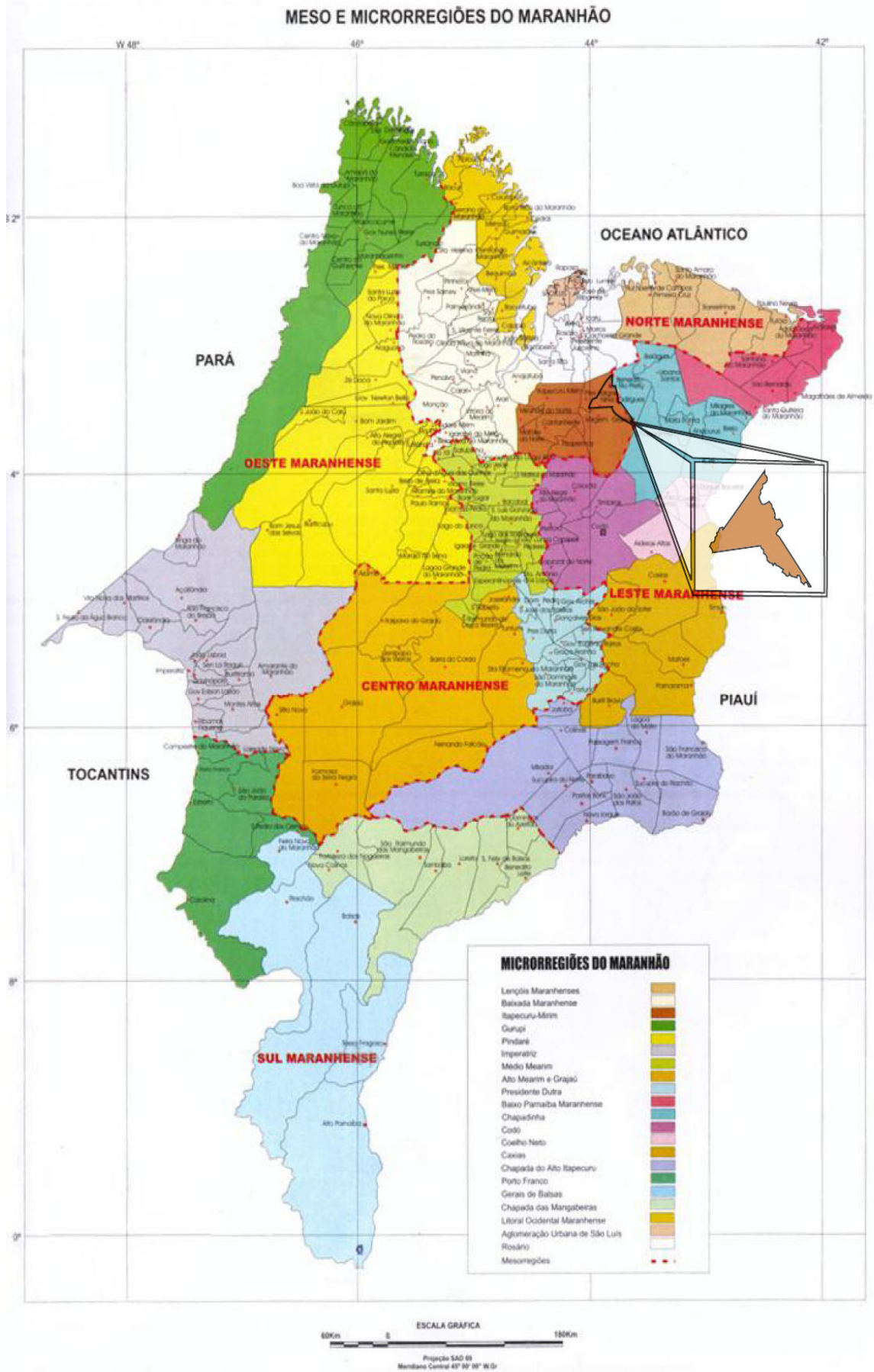
Para São Luís o transporte é feito por vans particulares, uma vez ao dia, com saída de Nina Rodrigues às 5h00 com retorno às 20h00. Tal situação contribui para

⁷⁹ ibid

o pouco contato com a capital, o que faz com que a população, de um modo geral, permaneça alijada de contatos com outras realidades, outros grupos.

O mapa do estado do Maranhão a seguir nos mostra a localização de Nina Rodrigues⁸⁰

⁸⁰ Atlas do Maranhão, UEMA, São Luís: GEPLAN, 2002



Nina Rodrigues, conforme o mapa está inserido na mesorregião norte maranhense, compondo a microrregião do Itapecuru-Mirim, tendo uma área territorial de 552,4 km², com uma altitude de 15 m.⁸¹

A sede do município situa-se na confluência dos rios Preto e Iguará, que lá deságuam no rio Munim. Nota-se com isso, uma situação bastante privilegiada do seu território, uma vez que estes três rios percorrem boa parte das terras do município.

Apenas para se ter uma idéia dessa riqueza hidrográfica destaca-se os principais afluentes do rio Munim:

Margem direita: rios Preto, Mocambo, Boa Hora e Una, além dos riachos Feio e Estrela.

Margem esquerda: rios Iguará e Paulica e os riachos Caraíbas e Mutuns.

Segundo o Plano Municipal de Inclusão Social das Comunidades Quilombolas 2005-2008, elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e da Ação Social, da Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues, assim se configura a realidade do município:

O município possui uma população de 8.289 habitantes, sendo 3.363 residentes na zona urbana e 4.926 na zona rural. Tem um IDH ⁸² de 0,550, que segundo a classificação do PNUD o município é considerado de médio desenvolvimento, tem renda per capita média de R\$ 47,4, proporção de pobres de 84,4%, 13,2% da população tem acesso a água encanada, 61,8% a energia elétrica.

Percebe-se com base nos dados acima, que a maior parte da população do município encontra-se na zona rural, mostrando uma característica pouco comum no

⁸¹ bid

⁸² Este índice é formado com dados de três informações básicas para o desenvolvimento humano: esperança de vida ao nascer, escolaridade e distribuição média da riqueza produzida.

Brasil atual. Os dados revelam ainda o município como de médio desenvolvimento⁸³, embora tal fato não se reflita nas condições de vida da população, como os próprios indicadores apresentam.

O índice de analfabetismo é revelador dessa situação: entre a população de 15 anos e mais, conforme os dados do Censo Demográfico do IBGE, 2000, essa taxa na população urbana do município é 22,1%, a do Brasil é 10,2%; na população rural essa taxa é 50,9%, enquanto a do Brasil é 29,8%.

Nota-se que os dados de analfabetismo no município são alarmantes, uma vez que a maior parte da população encontra-se na zona rural.

Ainda com base nos indicadores do IBGE 2000, comparando-se as taxas de analfabetismo da categoria brancos e amarelos no município é 25,3%, a do Brasil é 8,3%; ao se tratar da categoria pardos e negros essa taxa é 41,4% no município, enquanto a do Brasil é 18,7%.

Por tratar-se de um município onde a maioria da população concentra-se na zona rural e com grande concentração de negros, os dados são suficientes para revelar o perfil social dessas comunidades, ou seja, muito distantes do médio desenvolvimento apontado pelo IDH, onde o item educação é um dos indicadores para a composição deste índice.

Nesse contexto se insere a realidade das comunidades remanescentes de quilombos do município que, Segundo o Plano Municipal⁸⁴ é de “*grande vulnerabilidade e risco social*”.

O município possui oito comunidades remanescentes de quilombos: Pirinã I, Amapá dos Catarinos, Amapá dos Lucindos, Ilha, São José dos Pretos, Assentamento Balaiada, Campestre e Boa Esperança; residem nessas comunidades 274 famílias, perfazendo um total de 1.173 pessoas, 421 crianças, 263 adolescentes, 37 idosos. Das 08 comunidades,

⁸³ PNDU, 2000.

⁸⁴ Plano de Inclusão Social das Comunidades Quilombolas 2005-2008
Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues-MA, 2005.

apenas 03 tem acesso a energia elétrica, só uma tem poço artesiano, 02 tem escola de alvenaria, apenas 01 possui posto de saúde.

Os dados apresentados pelo Plano evidenciam ainda mais o perfil do município e as condições em que se encontram essas comunidades, carentes de estrutura básica.

Este Plano, elaborado pela Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues tem como objetivo,

promover o acesso das comunidades remanescentes de quilombos às políticas públicas, ampliando os direitos de cidadania existentes nestas comunidades e fortalecer a identidade cultural e política das mesmas.

Nesse sentido, o Plano apresenta propostas de intervenção nessa realidade, como é o caso da proposta de eliminação do subregistro⁸⁵, que conforme Pereira,⁸⁶

Nina Rodrigues foi o primeiro município do Brasil a trabalhar a questão do subregistro, onde todas as pessoas tinham que fazer seu registro, sua identidade, foi uma ação conjunta das secretarias. Em dois anos nós conseguimos eliminar o subregistro.

A tabela a seguir nos apresenta os povoados considerados quilombolas pela Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues, assim como o número de famílias em cada um deles, na qual destacamos os dois povoados de que trata nossa pesquisa.

⁸⁵ Elaborado e executado com a participação de outras secretarias municipais: Assistência Social, Educação e Saúde.

⁸⁶ Secretário de Agricultura do município de Nina Rodrigues.

POVOADOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

NOME	Nº DE FAMÍLIAS
AMAPÁ DOS CATARINOS	18
AMAPA DOS LUCINDOS	51
ASSENTAMENTO BALAIADA	69
BOA ESPERANÇA	38
CAMPESTRE	28
ILHA	37
PIRINÁ I	27
SÃO JOSÉ DOS PRETOS	06

Fonte: Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues
Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, 2005

Este trabalho está direcionado apenas ao Assentamento Balaiada e Amapá dos Catarinos, perfazendo um total de 87 famílias, por tratar-se de povoados que constituem praticamente um mesmo território, não só do ponto de vista geográfico, mas também cultural, aqui entendido como os elementos que conforme Hall⁸⁷, “*dão sentido e refletem suas experiências comuns*”.

O Balaiada é um assentamento gestado a partir de uma ocupação de área e posteriormente titulada pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

O Amapá dos Catarinos é um povoado de ocupação antiga, remontando o tempo da escravidão, portanto remanescentes de quilombos, embora ainda não titulada conforme prevê o Artigo 68 do ADCT- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e demais regulamentações posteriores.

Embora com realidades bem distintas, os dois povoados apresentam traços em comum, baseiam-se no uso comum da terra, são em sua maioria compostos por negros e outros originários desta própria região. Ambos podem ser caracterizados como terras de preto, embora sejam considerados pelo poder local, como remanescentes de quilombos, citados no Plano Municipal de Inclusão Social das comunidades Quilombolas 2005-2008, da Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues.

⁸⁷ HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte:Ed. UFMG, 2006.

2.2 Nina Rodrigues: terras de preto

O atual município de Nina Rodrigues, outrora vila da Manga, tem sua origem no processo de colonização português, colocado em prática após a expulsão dos franceses.

É a partir da chamada frente litorânea que a colonização atinge a bacia do Munim, tornando sua ocupação necessária, sendo que, tanto o rio Munim como seu afluente, Iguará, possibilitavam o acesso ao Piauí e às regiões mineiras, açucareiras e pastoris.

Nesse contexto, várias medidas foram tomadas, sob recomendações régias, visando a garantir o domínio do território. Exemplo disso é a construção da fortaleza do Iguará, favorecendo a penetração e ocupação do interior. É essa situação que posteriormente propicia a criação da Vila da Manga, através da lei provincial de 14/06/1838, conforme citamos:

Manga. Nova villa da provincia do Maranhão, na confluencia do rio Iguará com o rio Moni-Mirim, na comarca d'Itapicuru. Era em outro tempo a freguezia da Manga-do-Iguara, cuja matriz tinha por padroeira N.S. das Dores. Tendo sido criada villa, uma lei provincial de 14 de Junho de 1838.⁸⁸

A criação da vila, através da lei provincial, nos leva a perceber a importância da região, tanto do ponto de vista de sua localização na confluência do Iguará com o rio Munim e também como ponto estratégico entre os vales dos rios Itapecuru e do Parnaíba, região economicamente importante e que toma maior vulto a partir da agricultura algodoeira e do arroz.

Coincidência ou não, a criação da vila seis meses antes da eclosão da Guerra da Balaiada, leva a pensar em uma possível tensão em que se encontrava essa localidade, uma região de disputas e interesses distintos, algo que merece investigação.

¹⁰ Dicionário Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brasil, Pariz, 1845. In: BRAGA, José Mercedes. Remanso. São Luís: LITHOGRAF, 2005.

As poucas fontes sobre a história do atual município de Nina Rodrigues não trazem informações sobre essas questões, assim como também ao que se refere à presença dos negros, revelando apenas a presença dos portugueses como os primeiros moradores. Os poucos documentos que trazem alguma informação não fogem à regra, do ponto de vista dos dominantes, mostrando apenas as experiências desses sujeitos.

Sabe-se da importância do rio Munim, para a colonização do interior, assim como seu afluente o rio Iguará, canal de acesso à região de Goiás, Bahia e Minas, corredor de comércio de fios de algodão, trocados por ouro em barra e em pó⁸⁹.

Essa região, por estar próxima ao vale do rio Itapecuru, onde havia grande concentração de escravos, em função das fazendas produtoras de algodão e arroz, são evidências que levam a pensar sobre a origem das comunidades de negros na região do Munim.

Conforme a Monografia História e Vida de Nina Rodrigues, assim aparece sobre seu povoamento:

Antes da Guerra da Balaiada a cidade de Nina Rodrigues era chamada de Fortaleza, onde viviam poucas famílias. Em 1838 passou a denominar-se Manga e era governada por um subprefeito.

A guarnição da cidade era composta de 22 praças e um alferes: tinha dois quartéis na beira do rio Iguará (...).

(...) existiam aqui dois quartéis, um convento de freiras, um prédio da subprefeitura, a igreja e uma paróquia de Nossa Senhora da Conceição.⁹⁰

⁸⁹ CANEDA, Eneida V. da Silva Ostria. Organização do espaço agrário maranhense até os anos 80: a distribuição da terra e atividades agrícolas. 2ª edição. São Luís: Interativa, 2008.

⁹⁰ MARANHÃO, Secretaria de Educação. História e vida de Nina Rodrigues. São Luís: PROMUNICIPIO, 1982.

Pode-se constatar, a partir das informações acima, que se tratava de uma vila importante, em virtude de toda a estrutura ali existente, dando a impressão de um lugar fortificado, o que confirma a importância que o rio Munim desempenhava ao longo de seu curso.

Em outros estudos, nota-se também que a vila era ponto de convergência da região dos rios Preto e Iguará, daí seguindo para Morros e Icatu e daí para São Luís; o local também constituía-se como ponto de passagem de boiadas que circulavam entre a região do rio Mearim e do rio Parnaíba. Daí surge inclusive uma das hipóteses do nome vila da Manga,

por haver na época duas cercas de arames que servia de apoio para a travessia de gado no rio Munim, e esta cerca era chamada manga de gado.⁹¹

As evidências da presença dos negros, na vila da Manga, são percebidas quando se referem ao festejo de São Benedito, santo que antigamente era de devoção em lugares onde havia uma grande população de negros. Fato evidenciado no depoimento de Braga⁹² ao dizer que:

a festa de São Benedito é mais aperfeiçoada do que a de Nossa Senhora da Conceição que é a padroeira. Festejo bom, concorrido. A produção do leilão era muito grande, chegou a ter, no leilão, 60 sacos de arroz. Caboclo dava aquela pilha de arroz.

Percebe-se com esse depoimento a grandeza da festa e da participação dos devotos, assim como também a importância do arroz, como produto de grande cultivo na região.

⁹¹ PIRES, Dulcenil dos Anjos Pereira. Formação Histórica de Nina Rodrigues. São Luís: UEMA, 1998.

⁹² Um dos moradores mais antigos de Nina Rodrigues, bastante conhecedor das histórias do município.

A presença dos negros também é percebida quando se refere às danças, que ainda hoje fazem parte da cultura dessa população, conforme mencionado por Pires,

O Tambor de Crioula é uma dança de influência negra, deixada pelos escravos que aqui viveram e muito contribuíram para a nossa formação cultural.⁹³

Aqui novamente é citada a presença do negro na região. O que surpreende é a forma como o negro adentra a história do município, trazendo como parte de sua experiência a religiosidade e a dança. Mesmo assim não são mencionados, nos documentos pesquisados, embora apareçam como construtores da história do lugar, através das manifestações culturais e religiosas, como é o caso do Tambor de Crioula, presente em todos os festejos em diversos povoados do município.

Tão representativa é esta manifestação e significa um misto de dança, diversão e devoção, trazendo consigo elementos da tradição africana. Nessa região, apresenta um sotaque⁹⁴ próprio, que é o *guaraense*, fazendo referência ao rio Iguará, diferindo-se da região de Vargem Grande, por exemplo, que tem o sotaque chamado *paraense*.

Segundo Ferretti,

No Maranhão, uma das danças que retém traços africanos é o Tambor de Crioula, tendo como uma das características principais a realização em louvor a São Benedito – santo preto. É ainda praticada predominantemente por descendentes africanos, tanto no meio rural, como no meio urbano.⁹⁵

No município, atualmente se destacam dois tambores como mais importantes, ambos com finalidades bem distintas, o que demonstra uma adaptação aos novos tempos: o tambor organizado por Odete Costa Mesquita, mais conhecido como

⁹³ Ibid. PIRES, Dulcenil dos Anjos Pereira.

⁹⁴ Característica exclusiva do tambor desta região.

⁹⁵ FERRETTI, Sérgio et al. Tambor de Crioula. FUNARTE, Rio de Janeiro, 1981.

tambor do Chiquito, seu pai já falecido; esse tambor é feito como pagamento de promessa, em louvor às almas e acontece na sede da antiga Fazenda São Domingos, atualmente o Assentamento São Domingos.

O outro tambor é o do Chico Gomes, irmão de Odete e um dos sessenta e quatro filhos de Chiquito, feito em retribuição aos seus eleitores e amigos desde 1976, quando da sua eleição como vereador. Vale ressaltar que Chico é atualmente vice-prefeito do município. Esse tambor inicialmente era feito no povoado de Boa Esperança na zona rural, mas desde 2003 foi transferido para sede do município. Interessante é que Chico manda transportar os tocadores e também as pessoas dos povoados mais distantes.

A prática do Tambor de Crioula se mostra presente em festejos na região (...). É um importante elemento de ligação entre diversão e fé católica, um traço preponderante para permanência de elementos da música e da dança repassados culturalmente, e determinantes para a manutenção das tradições de origem africanas.⁹⁶

Essas práticas culturais ainda hoje são muito presentes nas comunidades, não no sentido de preservação de uma cultura pura ou como uma busca da essência africana, mas de manutenção dos fortes laços entre as pessoas.

Embora se considerem as várias mudanças que vêm ocorrendo na região, com a forte presença das radiolas nas festas populares, ainda é muito forte a presença desta manifestação cultural no município, considerado terra dos bons tambozeiros.

As situações acima citadas não deixam dúvidas sobre a forte presença dos negros na vida da comunidade, embora pouca informação encontre-se em relação à população de negros que chegaram à vila da Manga, apenas o citado por Braga em sua obra “Remanso”, que menciona a compra de 20 escravos, por Manoel do Lago Cantanhede, o Manin, por volta do ano de 1873. Assim ele diz:

⁹⁶ BRAGA, Ana Socorro Ramos (coord.) et al. Tambores do Piqui, cartas de liberdade: memória e trajetória da comunidade Piqui da Rampa. São Luis, 2007.

Como naquela época havia tráfico de escravos, quando de suas viagens à capital do estado conseguiu, por compra, 20 escravos à sua escolha, levando-os em sua companhia até Santa Rosa, aumentando assim, sua força de trabalho na lavoura, que era seu ideal.⁹⁷

Vale mencionar que o período aqui citado, de aquisição desses escravos, é o momento de crise do escravismo, em quase todas as províncias e da proliferação de inúmeros quilombos. Momento também posterior à Guerra da Balaiada, que teve a grande participação dos negros da região.

Segundo Moura,

ao chegar Caxias no Maranhão a coisa que mais lhe interessou foi esmagar os quilombolas. Em 1840 assistiu pessoalmente um ataque à concentração de escravos do preto Cosme.⁹⁸

O quadro acima não deixa dúvida quanto à forte presença de negros na região.

É notável, a partir dos documentos, a invisibilidade do negro como sujeito que constituiu também os primeiros moradores da região. A invisibilidade, provavelmente, se deve ao fato de as poucas fontes existentes apenas se referirem aos grandes feitos como sendo apenas baseados na tradição de uma história de cunho eurocêntrico.

Vejamos:

De 1841 a 1842 , chegaram nesta vila várias famílias, dentre eles as de: (...) Alexandrina Carvalho, tendo sido esta senhora, a primeira comerciante nesta vila, com fábrica de descaroçar algodão. Mais tarde chegaram, Pedro Brabo, português velho,

⁹⁷ BRAGA, José Mercedes. Remanso. São Luís: LITHOGRAF, 2005.

⁹⁸ MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas. RJ: Conquista, 1972.

cheio de dinheiro; (...) Raimundo Santos, português, que foi residir no povoado Racimo, distante da sede 3 km, feitor das fazendas do comendador Vasconcelos.⁹⁹

Mais uma vez é ressaltada a forte presença do branco português, como fundador dessa vila, dando a impressão da necessidade de branqueamento da origem do lugar, embora não esclareça de onde vieram e o que os atraiu para lá.

Sabe-se também que foi aí o berço de um dos mais importantes movimentos populares do império, A Guerra da Balaiada, que agregou vários segmentos sociais, notadamente a força dos quilombolas de Lagoa Amarela, um dos maiores e mais importantes quilombos da região, próximo a então vila da Manga, localizada nas cabeceiras do rio Preto, povoado que atualmente pertence ao município de Chapadinha. Esse quilombo foi liderado por Negro Cosme, sendo até hoje uma referência na história de luta e de determinação dos negros daquela região.

Na sua história recente, o município de Nina Rodrigues tem sido palco de uma das mais importantes lutas contra a estrutura fundiária ali estabelecida desde os tempos da colônia. Os impactos dessa luta se fazem notar pela grande quantidade de assentamentos do INCRA no município, pois segundo Braga,

o INCRA comprou a Santa Isabel, a Boa Esperança, Ilha, Buriti. Tudo aí é assentamento. Ali no São Domingos tem assentamento. Também tem uns mais novos aí, mas o maior mesmo é o da Santa Isabel.

Há no município uma estrutura do MST, possuindo um centro regional de capacitação de trabalhadores rurais, em que se formam também professores para atuarem nos assentamentos, sendo um dos mais importantes da região. Curioso é que esse centro localiza-se no imóvel sede da antiga Fazenda São Domingos, marco de um dos latifúndios da região.

⁹⁹ MARANHÃO, Secretaria de Educação. História e vida de Nina Rodrigues. São Luís: PROMUNICIPIO, 1982.

Compreende-se o atual município de Nina Rodrigues como um grande paradoxo às idéias do seu patrono, pois o território é composto por vários povoados, que se caracterizam como *terras de preto*, com fortes traços culturais remanescentes dos antigos quilombos existentes na região, o que os fortalece culturalmente e também na luta por seus territórios, tornando a sua população sujeito de sua própria história, com representação nos vários setores da sociedade local, seja no legislativo, na secretaria da educação, na secretaria de agricultura. A inserção desses sujeitos demonstra a forte presença dos negros que constituem a população do município. Também têm contribuído para viabilizar políticas e ações voltadas aos povoados rurais, como a construção de escolas.

Segundo Teixeira,¹⁰⁰ em seu mandato de vereador,

Conseguiu conquistar para a região, seis escolas, quatro poços artesianos o ensino médio e também professores.

Com base no depoimento de Teixeira, percebe-se a importância desse parlamentar na conquista de melhorias para as comunidades, portanto representando os interesses dessa população.

2.3 Nina Rodrigues X Raimundo Nina Rodrigues: um paradoxo

O atual município recebeu esse nome, a partir da sua emancipação do município de Vargem Grande, em 30 de dezembro de 1961, processo iniciado desde a década de 50, quando seus habitantes se posicionaram contra a exploração política e econômica dos detentores do poder de Vargem Grande sobre a vila. Essa luta se amplia e toma vulto na esfera estadual, especialmente envolvendo interesses opostos, entre políticos de Vargem Grande que pretendiam preservar seus interesses eleitoreiros, portanto contra a emancipação e as lideranças de Nina Rodrigues, que pretendiam enfraquecer estes poderes, ou seja, os favoráveis à

¹⁰⁰ Ex-vereador (2005-2008), morador e liderança do Assentamento Balaiada.

emancipação. Foi no bojo dessa luta que se realizou o plebiscito e o resultado foi a favor da emancipação.

Nota-se que a emancipação foi resultado de um jogo de interesses políticos eleitoreiros, entre a elite política de Vargem Grande e a elite política de Nina Rodrigues, liderada por José Rodrigues de Mesquita (Zé Macêdo), então grande latifundiário da região, pouco significando em melhorias para a população, pois há quase meio século depois desse episódio os avanços sociais no município ainda são poucos.

A partir dos fatos, sente-se o pouco envolvimento da população em geral, pois ainda hoje, quando se referem ao nome do lugar é comum chamarem de Manga e não de Nina Rodrigues, demonstrando a pouca relevância que tem esse nome para eles, que pouco ou quase nada sabem sobre Raimundo Nina Rodrigues. Esse pouco significado também fica claro, nos próprios slogans da prefeitura, que sempre faz destaque a *Nina*, sem ênfase ao Rodrigues, demonstrando o total desconhecimento desse sujeito, por parte da população do município, notadamente na população dos povoados.

O curioso nesse jogo de interesses é que o nome inicialmente sugerido para o novo município foi “Osvaldo Cruz”, mas, durante a tramitação na Assembléia Legislativa, foi mudado, o que sugere também uma disputa, em que prevaleceu a influência do grupo de Vargem Grande. A partir de então, a vila da Manga torna-se Nina Rodrigues, em homenagem a Raimundo Nina Rodrigues, nascido em Vargem Grande, médico, etnólogo e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, autor do livro “Os africanos no Brasil”, que, na transição do século XIX para o XX, coloca o problema do negro brasileiro como um problema social, obra de grande importância para a compreensão da formação racial brasileira, embora de uma perspectiva racista, pois via a cultura negra de forma inferior como segue:

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os

generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo.¹⁰¹

Contrariamente ao que pensou Nina Rodrigues, que imprime em sua obra uma visão pessimista, preconceituosa em relação à presença do negro na sociedade brasileira, acreditando não ser possível a prosperidade do país baseada na miscigenação, a realidade vivida atualmente pelos trabalhadores rurais dos povoados de Balaiada e Amapá do Catarinos, manifestados em suas experiências, mostram-se sujeitos do seu tempo, construindo modificações em suas realidades, reivindicando e reinventando melhorias para todos, como mudanças na estrutura fundiária e infraestrutura para seus territórios.

Sabe-se hoje que a maior parte do território do município é composto de “25 assentamentos, entre os quais 24 pertencem ao INCRA”¹⁰² fruto da movimentação dos trabalhadores rurais que, juntamente com o MST, fizeram a reforma agrária naquelas terras, antes concentradas nas mãos de poucos latifundiários.

A aproximação dos moradores dos povoados com o MST se deu através das lideranças desses povoados com as lideranças do MST, que já estava apoiando a luta dos trabalhadores do município de Presidente Vargas, próximo a Nina Rodrigues. Foi a partir dessa aliança que os trabalhadores partiram efetivamente para a ocupação que gerou o Balaiada e daí para vários outros assentamentos.

A realidade do município apresenta um paradoxo com o pensamento de Raimundo Nina Rodrigues em relação aos negros, pois constitui-se de vários povoados híbridos, compostos em sua maioria por negros, que, em seus modos de vida, têm muito das tradições herdadas dos seus ancestrais e também outras formas de culturas heterogêneas e híbridas.

Em sua musicalidade, um dos traços muito forte nessas comunidades, atualmente é a grande presença do “reggae”, tocado nas radiolas, que fazem parte do cotidiano da juventude.

¹⁰¹ RODRIGUES, R. Nina. Os Africanos no Brasil. São Paulo: Nacional, 1988.

¹⁰² DUTRA, Domingos. Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 14/11/2007.

Aqui se faz valer a grande contribuição de Barbero, que, ao abordar a cultura popular e a vida urbana, traz uma reflexão sobre a presença do popular no espaço urbano a partir da perspectiva histórica e

nos permite compreender que no processo de formação das massas urbanas o que se produz não é unicamente um acréscimo do conjunto das classes populares na cidade, mas sim uma profunda hibridização cultural.¹⁰³

Barbero aponta o espaço social como o lugar onde melhor se expressa a dinâmica social. Portanto, esses povoados representam um local de resistência e luta pela terra, com desdobramentos para outras formas de lutas como educação, saúde, moradia, política agrária e infraestrutura, tornando-se um espaço de reconhecimento e construção de identidades.

São as relações estabelecidas nas diversas atividades do cotidiano que fortalece os povoados como grupo; é nesse processo que são forjadas suas identidades.

Neste sentido Rolnik, diz que,

ao falarmos de territórios negros, estamos contando não apenas uma história de exclusão, mas também de construção de singularidade e elaboração de um repertório comum,¹⁰⁴

É isso que vem se tornado esses territórios negros, constituindo-se em espaços como lugar de construção de novas possibilidades. O Assentamento Balaçada tem mostrado ser um espaço de construção de novas possibilidades, pois, a partir da ocupação da terra, outras experiências têm sido construídas, como a conquista de uma escola de ensino médio.

¹⁰³ BARBERO, Jesus Martin. *Ofício de Cartógrafo. Travesías Latinoamericanas de la comunicación em la cultura*. México, Fondo de cultura económica, 2002.

¹⁰⁴ ROLNIK, Raquel. *Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade em São Paulo e Rio de Janeiro)*. In *Estudos Afro-Asiáticos*, n.17. Rio de Janeiro, 1989.

Presença também marcante do modo de vida dos negros, nesse município, são as suas formas de luta, que remontam à então vila da Manga, onde se inicia a Guerra da Balaiada ou Guerra dos Bem-te-vis, como é mais conhecido o movimento pela população do interior, embora, como diz Assunção,

a maioria das pessoas que entrevistei não estabelecia uma diferença clara entre os dois termos. Esse contraste já foi uma interpretação minha, a partir da constatação que a historiografia usava apenas o termo Balaiada, e quase sempre de maneira pejorativa, negando um caráter político à revolta. Balaiada é derivado de Balaio, o líder rebelde de reputação sanguinária, sempre apontado como exemplo da malvadeza dos ‘facínoras’ balaioes. Já falar em Guerra dos Bem-te-vis enfatiza que os rebeldes se autodenominavam assim os liberais maranhenses eram conhecidos como bem-te-vis naquela época. Significa não denigrá-los como bandidos, mas reconhecer que eles consideravam-se os verdadeiros defensores dos princípios liberais na província.¹⁰⁵

A Balaiada tem sido referência para as lutas contemporâneas, pois as lutas desses povos continua, principalmente em busca de corrigir algumas distorções, como no caso da terra e fazem parte não só da história desse município, mas da história do Maranhão e do Brasil.

A memória dessas lutas se faz presente no próprio nome de um dos territórios, fruto dessa luta recente, que é o Assentamento Balaiada.

O território foi “batizado” de Assentamento Balaiada, por sugestão do Padre Laurindo,¹⁰⁶ que conforme Caxico “*foi em homenagem a Guerra da Balaiada*”.

¹⁰⁵ ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Entrevista. In: Revista Outros Tempos Volume 5, dezembro de 2008. www.outrostempos.br.

¹⁰⁶ Pároco de Vargem Grande desde 1986, grande incentivador das CEB's – Comunidades Eclesiais de Base, na região.

Percebe-se que a memória da Balaiada permanece viva, como uma das formas de reivindicação da resistência e da luta do povo maranhense. Em Nina Rodrigues, é referenciada através de nome de logradouros, como a sede do Executivo Municipal que é “Palácio dos Balaios”; o Morro do Nazaro ou Morro da Balaiada, como é conhecido o morro que serviu de trincheira durante a Balaiada; o Assentamento Balaiada, que traduz a luta recente dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por terra e trabalho; o grupo folclórico de bumba-meu-boi o “Brilho da Balaiada”, que mantém presente a memória do lugar através de suas músicas.

Vale ressaltar que recentemente, em março de 2009, o “Acampamento Balaiada” em frente ao Palácio dos Leões, sede do governo do Maranhão, e também a “Marcha Balaiada em defesa do voto” como forma de apoio à permanência de Jackson Lago no governo do estado, que sofria uma ação de cassação movida junto ao TSE pelo clã Sarney, sob a alegação de abuso do poder econômico na eleição de 2006, confirmam essa reivindicação.

Parte dessa luta política é reflexo de um modo de governar, instaurado a partir da vitória de José Sarney para governar o Maranhão, em 1966 com o aval do regime militar e que se estende até o momento, interferindo em todos os setores, inclusive com forte influência no governo Lula, com o qual tem feito alianças, desde seu primeiro mandato, conforme relata Emílio de Azevedo em seu artigo: *“Família Sarney mantém pobreza no Maranhão”*,

Nos primeiros dias deste ano (2004), quando os operadores políticos do governo intensificavam as articulações visando à reforma ministerial, o ministro chefe da casa civil, José Dirceu, foi à cidade de São Luis, para uma reunião com os senadores Renan Calheiros, José Sarney e Roseana Sarney. Os dois primeiros são do PMDB, o partido que reivindicou ministérios no governo Luis Inácio Lula da Silva. Roseana, no entanto é do PFL – participando da reunião, aparentemente, na qualidade de filha do dono da casa onde ocorreu o encontro: José Sarney.

Muito poderiam estranhar o fato de Roseana, filiada a um partido que faz oposição ao governo Lula, participar de uma

reunião onde seriam tratados assuntos relacionados à escolha de ministro do PMDB. Porém, no Maranhão a política tem sido tratada como coisa de família, onde público e privado normalmente se confundem. Essas são as características lamentáveis da política do Maranhão.¹⁰⁷

Mais enfático, ao se tratar dessa aliança, é o Prof. Dalmo Dallari, ao dizer que,

Sarney é um oligarca do velho estilo, que impede a correção de injustiças sociais. Bem ao contrário disso, ele explora a pobreza para tirar proveito eleitoral.¹⁰⁸

É dessa forma que tem sido conduzida a política no Maranhão, há praticamente cinquenta anos, sob a tutela de José Sarney, que tem usado a política em benefício próprio e daqueles que lhes são fiéis.

Toda essa postura política vigente no estado pode ser percebida, em Nina Rodrigues, ao se tratar da construção de uma ponte sobre o rio Munim, ligando a sede do município aos assentamentos e que embora o superintendente regional do INCRA,

Raimundo Monteiro, em reunião histórica com dezenas de lideranças de Movimentos Sociais, Sindicatos, associações de trabalhadores e trabalhadoras dos municípios de Presidente Vargas, São Benedito do Rio Preto e Nina Rodrigues. Na ocasião, Monteiro assumiu o compromisso de construir a ponte sobre o rio Munim, destacando que trata de uma obra muito importante para os assentamentos do município e para toda a

¹⁰⁷ Artigo: Família Sarney mantém pobreza do Maranhão. Jornal Brasil de Fato, 27 de outubro de 2004.

¹⁰⁸ Revista Caros Amigos, edição nº 81, dezembro de 2003.

sociedade da região e que a ponte é uma antiga reivindicação dos movimentos sociais daquele município.¹⁰⁹

Ainda nesse sentido, vem a retomar o Deputado Domingos Dutra, a partir de uma audiência entre ele, o Presidente do INCRA Dr. Rolf e a Prefeita de Nina Rodrigues, Iara Quaresma ao dizer que

A construção da ponte sobre o Rio Munim é fundamental para o desenvolvimento daqueles assentamentos. Sem ela estão os assentamentos inviabilizados, assim como os investimentos feitos pelo INCRA tornam-se praticamente inúteis, já que durante o inverno, que dura 6 meses, o acesso àquele local fica praticamente interrompido. Desapropriar, investir, mas não ter estradas, não ter canais para escoar a produção faz com que o recurso público em investimentos seja desperdiçado. Dessa forma o maranhão será beneficiado com mais um investimento, estado que tem sofrido bastante por conta das disputas políticas que prejudicam a população.¹¹⁰

Apesar de todas essas promessas e comprometimentos públicos, inclusive dos recursos, de diversas autoridades diante da importância da ponte para os assentados da região, até o momento a obra sequer foi iniciada, levando à conclusão de que se trata de interesses políticos em jogo, pois o governo do município de Nina Rodrigues não faz parte do grupo aliado de Sarney, o que dificulta a viabilização de projetos e obras para o município. (sic)

¹⁰⁹ Jornal Pequeno, São Luis – MA, 03 de março de 2007.

¹¹⁰ DUTRA, Domingos. Câmara dos Deputados, Brasília DF, 14/11/2007.

2.4 Tecendo o balaio: histórias e experiências

Aqui há a apropriação da idéia do “balaio” como algo que é tecido e que toma forma de um cesto grande, ainda muito utilizado por essas populações “para guardar ou transportar objetos”, como assim é explicado o verbete no dicionário Houaiss.¹¹¹

Compreende-se a dificuldade em tecer e dar forma a essas novas abordagens, que propõe a história. Diante deste desafio entende-se assim como Khoury que,

Ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade, a partir do seu próprio ponto de vista. Nesse sentido temos esses enredos como fatos significativos que forjam na consciência de cada um, ao viver a experiência que é sempre social e compartilhada, e buscamos explorar modos como narrativas abrem e delineiam horizontes possíveis na realidade social.¹¹²

As lutas dos povoados de Nina Rodrigues ressurgem, a partir dos anos 1980, em torno da questão da terra, pois até esse momento o território ninense restringia-se praticamente a dois proprietários, que concentravam a maior parte das terras, desde o tempo do Major Horácio, figura de história controversa, grande comerciante e proprietário de terras locais, que se tornou major, através de uma patente comprada da Guarda Nacional. Tratava-se de um sujeito de grande influência política e econômica, na região da vila da Manga, durante toda a primeira metade do século XX. Consta que foi o primeiro a explorar comercialmente o babaçu, introduziu o rádio na vila e instalou luz elétrica particular e construiu o primeiro prédio de

¹¹¹ HOUAISS. Dicionário da Língua Portuguesa. RJ: Objetiva, 2008.

¹¹² KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: Muitas memórias, outras histórias. Orgs. Déa Fenelon et al.SP: Olha d'água, 2005.

alvenaria e mosaico; fazia estradas para facilitar o escoamento da produção agrícola de seus agregados¹¹³ até o seu comércio na sede da vila.

Era considerado o pai dos pobres, em função dos favores prestados aos moradores, pois matava bois e vendia com prazo de seis meses para pagar. Não há menção de como era feito esse pagamento. Sabe-se que ele estocava farinha e arroz e que, durante o inverno, tempo normalmente de escassez desses produtos, ele vendia um paneiro¹¹⁴ de arroz ou farinha para receber uma carga, ou seja, a cada um paneiro vendido ele recebia dois. Mesmo assim,

era um homem bom, porem um tanto rude, dominava quase toda a vila e os povoados que dela faziam parte, dos quais era dono absoluto¹¹⁵

Trata-se de um grande latifundiário que dominava as terras e vidas. Com seu falecimento entra em cena o Sr. José Rodrigues de Mesquita (Zé Macedo), que assume o papel de liderança política e econômica da vila.

Conforme Braga, *“o Major Horácio e o Zé Macedo eram praticamente os donos do município, os dois tinham bastante gado e produziam bastante”*, levando à compreensão de que o município era constituído praticamente de dois latifúndios.

Diante dessa realidade recorre-se aos depoimentos dos sujeitos das comunidades como fontes importantes de construção da história, ou seja, os sujeitos da própria história, para, com isso, trazer suas experiências no que se refere à questão da terra.

¹¹³ Morador nas terras sem ser proprietário e que dá dias de trabalho ao proprietário das terras como pagamento de sua estadia ali.

¹¹⁴ Um tipo de cesto feito da palha do babaçu, que após ser forrado o seu interior com folhas, serve como embalagem para farinha, arroz e etc., ainda muito utilizado na região.

¹¹⁵ MARANHÃO, Secretaria de Educação. História e vida de Nina Rodrigues. São Luís: PROMUNICIPIO, 1982.

Os depoentes, em sua maioria, são moradores dos povoados do Balaiada e do Amapá dos Catarinos e nascidos na própria região, sendo que todos os moradores do Balaiada participaram do processo de ocupação da área.

A aproximação com esses sujeitos aconteceu de maneira informal e calorosa, a partir de algumas visitas que foram feitas aos povoados, cujos moradores sempre muito receptivos. O Sr. Braga e o Pereira são moradores da sede do município.

Braga é um profundo conhecedor das histórias do município, e relatou, da varanda de sua casa.

O Pereira é secretário de agricultura do município, muito envolvido com as questões relacionadas aos povoados de Nina Rodrigues, que conhece bem e do qual revelou fatos importantes, sobre a questão fundiária relacionada a esses povoados.

Muitos dos depoimentos utilizados neste trabalho foram colhidos em cenários bem distintos, ou seja, em uma roda de conversa no terreiro desses povoados, sob a sombra das mangueiras, cajueiros, pitombeiras, de maneira muito informal. Outras vezes essas situações se deram em praça pública, como foi com Teixeira, no sindicato e na própria residência.

Foi a partir daí que se teceu, com base nas histórias e memórias, este “balaio” que ora é apresentado, não apenas para guardar, mas para transportar as experiências vividas por estes sujeitos ao conhecimento de todos.

Esta etapa do trabalho, com base nos vários depoimentos, traz contribuições importantes para uma caracterização do Assentamento Balaiada e da comunidade Amapá dos Catarinos.

A partir dos primeiros contatos, alguns aspectos chamaram a atenção; um deles foi que, embora esses povoados constituam-se, em sua maioria de negros, não é entre eles recorrente o termo quilombolas para se identificarem; mais usual é o termo povoado ou associação, sendo este, mais relacionado aos assentamentos do INCRA, que são muitos na região.

Teixeira diz, em relação ao seu entendimento sobre o que é ser quilombola:

eu tenho pouca noção disso, mas no meu entendimento, ser quilombola é ser descendente dos negros que foram escravos na época e que foram beneficiados com aquela terra.

Este depoimento chama a atenção para a compreensão de pertencimento, relacionado àquele território, “*ser quilombola é ser descendente dos negros*”, buscando na ancestralidade reforçar esse pertencimento.

Outro aspecto é o fato de que todos os moradores são originários da própria região, a própria ocupação do território que atualmente é o Balaiada, “foi feito por pessoas dali mesmo”, conforme nos disse Braga.

Diante disso, *terras de preto* é a categoria que mais se aproxima da realidade desses povoados. Será utilizada essa categoria em razão de suas práticas culturais e de uso da terra.

Vale ressaltar que esse termo também não é usual entre eles. Novamente é Teixeira quem nos esclarece, quando lhe é indagado sobre sua compreensão em relação a *terras de preto*. Ele foi enfático ao dizer: “*não sei, a gente não parou pra pensar nisso*”, deixando claro que *terras de preto* é uma categoria não utilizada entre eles e que pouco importa o uso de categorias.

Nossas conversas com os depoentes concentraram-se basicamente sobre as origens, lutas e experiências em torno de seus territórios.

2.4.1 Assentamento Balaiada: resistências e conquistas.

"foi um movimento de pessoas em busca de lugar bom"

Trata-se de um assentamento regularizado pelo INCRA, a partir de uma ocupação, promovida por moradores de vários povoados da região. Segundo Caxico¹¹⁶

a ocupação se deu em 28/06/1999. A terra ocupada pertencia a um grande latifundiário da região.

Embora não se caracterize como comunidade remanescente de quilombos, sua população é procedente de vários povoados do entorno, que têm sua origem com tais características.

Os povoados que formaram o Balaiada foram: Morro da Filó, Mucambinho, Salomão, Salgador e São José dos Pretos.

Como pode-se perceber, aqui se configura um grande conflito em torno do significado de quilombos, pois esses moradores são remanescentes de antigos povoados, cuja origem está nas comunidades de escravos, se fazendo notar, nos próprios nomes dos povoados Mucambinho e São José dos Pretos. Nesse sentido, pode-se dizer que esse assentamento pode ser caracterizado como *"Terras de Preto"*, passando a prevalecer outras identidades, fora dos moldes tradicionais, uma vez que,

identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada.¹¹⁷

¹¹⁶ Morador e liderança do Assentamento Balaiada. Atualmente ainda está à frente das lutas por melhorias na comunidade.

¹¹⁷ HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

Conforme mencionado, a ocupação foi organizada por vários moradores dos diversos povoados, com a participação do MST e, após a ocupação, alguns preferiram retornar e permanecer em suas comunidades de origem.

Em depoimento, Caxico disse que:

Na época da ocupação, as terras pertenciam ao Dr. William ¹¹⁸ que as adquiriu a partir de um “negócio muito porco”.

As terras anteriormente pertenciam a João Cândido¹¹⁹ e Zé Pretinho, ambos irmãos. O William comprou do Zé Pretinho. Na venda da terra a gente não ficou muito satisfeito porque ele fez um negócio muito porco, obrigando o velho (João Cândido) a assinar no cartório, o documento, porque o velho não queria vender.

Com base no depoimento acima, é possível notar um quadro bastante complexo em relação à questão da terra nessa região, sendo ela muitas vezes, incorporada aos grandes proprietários através de “negócio muito porco”, ou seja, através de negociatas fraudulentas, numa relação desigual, em que, muitas vezes, a pressão dos grandes proprietários não deixa outra saída a não ser ter a atitude que João Cândido teve, assinando o documento de venda.

Percebe-se a insatisfação declarada dos sujeitos diante dessa realidade de injustiça. Sente-se, através dos depoimentos, a necessidade de mudança desse estado de coisas, como segue abaixo:

¹¹⁸ Proprietário, na época da ocupação, das terras onde atualmente é o Assentamento Balaiada.

¹¹⁹ Um dos moradores mais antigo da região, ex-proprietário das terras, que foram vendidas conforme Caxico, a partir de um “negócio muito porco”, portanto ele deixando a terra serviria de exemplo aos demais para abandonarem também as terras.

Depois no decorrer de um tempo a gente tinha muita vontade de trabalhar assim com projeto ¹²⁰, mas toda vez que a gente levava o projeto lá pra fazer, esbarrava na tecla de que não tinha terra. Foi a partir daí que o Ivaldo¹²¹ conversou com o William e ele disse que doou terras pra nós, sendo: 10 hectares, aqui; 11 na Santa Isabel e 10 no São Domingos. Aí nós fizemos a demarcação, abrimos os picos, só que na hora que nós terminamos de cortar a terra, ele não deu o comprovante, o documento, como ia dar a terra para a comunidade. Daí a gente começou a se zangar logo. Ele tinha feito o negócio com o homem lá, o Ivaldo, e ele chegou aqui e disse: “o negócio tá feito, vocês podem cortar a terra”, veio o agrimensor, nós tinha passado mais de um mês cortando os picos, cortamos todinho, os quatro cantos. Daí quando foi na hora de entregar o documento ele não deu. Foi aí que nós começamos a ocupar a terra. Nós se reunimos e começamos a fazer a limpeza, antes isso aqui era só mato, medonho. Começamos a fazer o limpo das casas aqui mesmo.

O depoimento acima revela o contexto em que foi forjada a ocupação da área, pois o trato feito de doação das terras pelo William não foi cumprido, o que acirrou a luta e ocupação da terra. A luta pela terra representa a própria luta contra a opressão a que estavam submetidos, ou seja, a luta contra relações desleais e trapagens, que desconsideram os sujeitos envolvidos na luta.

O passo seguinte, na organização para a ocupação da terra veio do contato com o MST, como diz Caxico:

¹²⁰ Iniciativas da comunidade, que permitem captar recursos públicos para melhorar suas condições de produção e vida.

¹²¹ Ivaldo Rodrigues Cruz, Prefeito Municipal (1993-1996), simpatizante das causas dos trabalhadores.

daí quando surgiu esse negócio do Movimento Sem Terra, tava lá no Presidente Vargas. Aí o Teixeira foi lá conversar com o presidente, o Pereira.

Ressalta-se que os trabalhadores já estavam organizados e já haviam iniciado a ocupação, quando entraram em contato com o MST.

Fato relevante desse contato foi o fortalecimento do movimento de ocupação.

Segundo Caxico:

logo depois do contato do Teixeira como o MST, no outro dia o Pereira chegou aqui pra gente fazer uma reunião. Daí logo convocamos uma reunião de ocupação. Esta reunião aconteceu no Cento de Formação, na Manga, e foi muita gente, só daqui foi oitenta e poucas famílias. Saímos de lá 4 horas da tarde, de mala e cuia pra chegar aqui e ocupar, ai fechamos aqui. Aí começou...

Nesse processo, pode-se notar a aliança articulada pelos trabalhadores com o MST, em torno da questão da terra, no sentido de fortalecer ainda mais a sua luta; e o respaldo da Igreja Católica, que contribui também com o uso do seu espaço para a reunião de organização e conscientização da luta e ocupação definitiva da terra, bem como o apoio do Padre Laurindo, que sempre esteve ao lado deles.

É também muito significativo quando ele diz “*aí começou...*”; na realidade, após a ocupação da terra é que se iniciou efetivamente a luta.

E continua Caxico contando que:

Antes os funcionários do William vinham maltratando a gente, mas daí a gente ficou unido e crescemos logo. A revolta maior foi porque o William humilhou o Netão e o Teixeira, ameaçando para eles saírem da terra.

Aí, eu, Netão e Teixeira se recusamos a pagar foro. Por conta disso foi marcada uma reunião na Santa Isabel. O Netão fechou a reunião lá, no dia tinha muita gente lá no pátio. Daí ele convocou só o Netão e o Teixeira pra conversar aí fechou a porta, eu e o João Cândido ficamos de fora. Lá dentro eles, William e mais outros tentaram humilhar o Netão e o Teixeira. Aí ele deu 24 horas para o João Cândido deixar a propriedade dele. Por causa disso o João Cândido começou a botar as coisas dele pra vender pra ir embora, aí nós chamamos ele e perguntamos: que negócio é esse?

Esta fala, “que negócio é esse?”, tem o sentido de dizer não faça isso, não vamos sair daqui, ou seja, não se intimide nós estamos ao seu lado, demonstrando coragem e resistência para a luta.

Caxico percebeu que,

essa foi uma estratégia usada, pois ele pensou, expulsando o João Cândido, que é o mais velho do lugar, os outros, genros, netos, filhos e nós que era vizinho ia se espantar e acompanhar. Daí nós chamamos o Netão, o Teixeira e dissemos senhor é daqui que o senhor vai embora? Só se ele matar todo mundo, só se ele viesse buscar a gente nas costas, depois que matar tudo aí pode ir embora.

Aí nós se revoltamos e ficamos esperando, quando foi oito horas da noite ele mandou um grupo lá do São Domingos vir da o recado que era pro João Cândido desocupar até bem cedo, que era pra ele ir embora.

Trata-se de estratégias usadas pelo poder para submeter o outro, tentativa de aniquilar uma força política.

Com isso percebem-se as tensões aumentando, deixando bem clara a luta de classes, que se acirrava.

Diante disso, eles se organizaram para resistir às pressões do proprietário. No dizer de Caxico,

aí a revolta começou, pois agora nós não vamos pagar foro, mais ninguém, e também não vamos mais trabalhar com cerca, porque tinha que fazer cerca para o boi não comer as plantação da roça.

Notam-se as atitudes de enfrentamento dos trabalhadores na luta e na conquista de espaço, apesar da grande pressão do “dono da terra”. Não pagar o foro significou um rompimento com a estrutura opressora e humilhante a que estavam submetidos secularmente.

Romper com a cerca e plantar, de agora em diante, sem a cerca, significa uma grande libertação, percebem-se com essa atitude, o rompimento com um poder simbólico, no sentido de legitimador do confinamento dos moradores da terra à falta de liberdade, representada pela cerca que permitia liberdade ao gado e prisão aos homens.

Daí em diante, a luta foi se radicalizando, os trabalhadores estavam organizados para resistir e fecharam praticamente toda a região, assumindo controle da área, não permitindo a passagem de quem não estivesse na luta.

Tal fato se confirma através do depoimento de Braga, ao dizer que,

teve um tempo em que a gente nem podia passar lá, eles não deixavam. Se a pessoa fosse amiga, passava se não fosse não passava.

Diante disso eles declaram que a pressão foi grande e também veio de alguns povoados vizinhos, que, embora estivessem na mesma condição, achavam que isso era coisa do Movimento dos Sem Terra.

“Hoje não, todo mundo já tá se beneficiando dos projetos, das leis”, ressalta Caxico.

Os projetos e leis indicam a luta dos trabalhadores para obter direitos.

Interessante é que, no momento em que se travava o embate, o Caxico, segundo declara, era recebedor de foro para o William,

eu recebi foro pra ele durante dois anos, recolhia 560 sacos de arroz por ano, só eu.

Percebe-se, nessa fala, a grande riqueza da região, embora isso pouco se refletisse nas condições de vida da população, explicitada nos indicadores de analfabetismo que persistem ainda hoje, como se vê.

Os moradores disseram que, após a ocupação, a pressão foi muito grande, tanto por parte da prefeitura local, quanto da polícia; no entanto, a resistência também foi muito grande *"pois havia organização"*, estavam juntos na luta pela terra, processo que vem se construindo, desde quando se negaram a pagar o foro e quando romperam com a forma de produzir, até então, fazendo cerca para poder plantar sem que o gado do fazendeiro comesse as plantações.

Os desafios têm sido grandes, desde a ocupação.

A Igreja Católica, teve importante papel, na figura do Padre Laurindo, *"que sempre esteve junto, quando foi pra desapropriar ele chegou junto"*, assim fala Caxico.

Nos primeiros dias da ocupação, Caxico declarou que:

Um dos momentos tensos foi quando estavam na missa de batismo da terra, isso oito dias depois da ocupação, e então no meio da missa chega o oficial de justiça que veio trazer uma intimação pra nós, uma ordem de despejo. Aí nós fizemo ele ir lá no meio do povo ler. Depois que ele leu, nós dissemo pra ele levar de volta, quando foi no dia seguinte nós fomos lá no

fórum. Essa ordem de despejo deixou todo mundo assombrado, neste dia muita gente foi embora daqui, todo mundo ficou com medo, porque dizia que quando vinha pra despejar, vinha trator que passava por cima de tudo, derrubava tudo.

Aqui, as casinhas era tudo de palha. A gente fazia umas trinta dessa por dia.

A pressão era muito grande, muita gente não aguentou e foi embora, nós ficamos e encaramos, fomos pra audiência. Daí chegamos lá, fomos buscar o Padre Laurindo, nós explicamos tudo pra ele. E quem falou com o promotor foi só ele mesmo. A gente não falou não.

O padre era “macho”, teve uma hora que ele levantou da cadeira, deu um murro em cima da mesa, que derrubou todos os livros e disse:

“quer saber se é verdade ou não, vamos lá amanhã, pra ver se é homem ou vagabundo que tem lá. Lá não tem invasor não, tem proprietário e pai de família. Eu conheço ali muitos anos, trabalhei lá de casa em casa lá. Lá não tem nenhum vagabundo, lá só tem lavrador”.

Daí o promotor se embananou todinho, e suspendeu logo a liminar, mandou dar fim logo. Daí pronto, nunca mais. Daí teve outra missa em comemoração a vitória.

Percebe-se que as lutas se deram em várias trincheiras, o desespero e a necessidade de uma vida digna, assim como os valores daquela comunidade, foram elementos de grande importância para a luta e a resistência na conquista do território.

O termo utilizado por Caxico “*o padre era macho*”, sintetiza toda a forma de luta por eles enfrentada, significa força e resistência. Esse depoimento legitima o padre como liderança importante nos embates políticos enfrentados; o padre era firme, exaltava-se, indignava-se diante da situação.

Mas as dificuldades enfrentadas foram grandes e não pararam por aí, como Caxico, relata:

a perseguição também se deu por parte do poder local, o prefeito, que não era a nosso favor, ele mandou polícia aqui umas duas vezes, uma vez foi pra buscar o material elétrico, que era nosso lá do outro povoado, solicitamos que a prefeitura colocasse energia pra nós, mas ele dificultou muito, toda as vezes que ele marcou não cumpriu, aí resolvemo nós mesmo colocar, arranjamo um eletricista mas ele não teve coragem de vir (filho da mãe!), os eletricistas da Manga ninguém teve coragem de vir. Fomo arranjar um lá no Itapecuru que teve coragem de vir, aí marcamo para o outro dia logo, aí nós passamo um aviso lá pra Santa Isabel e veio um monte de gente, uns cento e poucos macho pra carregar o material, era gente que parecia saúva trabalhando nesse dia.

Neste relato fica clara a aliança política estabelecida entre o prefeito e a polícia, nesse embate, mostrando as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores nessa luta, que exige persistência e firmeza.

Caxico diz ainda que:

um dos grandes marcos de resistência foi quando nós solicitamo a instalação da rede elétrica para o povoado e foi negada, aí nós se juntamo e arrancamo um poste de cimento lá do Morro da Filó e trouxemo nas costas até o local e lá instalamo por conta própria, trouxemo a eletricidade até o local.

Quando a gente menos espera chega o delegado e mais sete policiais a mandado do prefeito, aí nós fomo avisados de que tinha polícia no Balaiada, aí fomo pra lá – nesse tempo nós tinha um sistema de uma taboca que a gente buzina e ouvia lá adiante. Quando era uma buzina longa, era pra vir com

calma; quando buzinava duas vezes em seguida, avexado mesmo, era pressa pra vir correndo. Aí desceu macho de tudo quanto é lado, e mulher também, uns correram com medo, nesse dia fazia uns quatro dias que eu tinha trazido minha mãe pra cá, ela se ajoelhou ali, botou os peitos pra fora e disse: “meu filho pelo amor de Deus vamo embora daqui”, ela morava em São Luís.

Mas não era nada demais era só pra conversar e pra marcar uma audiência. Era pra ir só uma comissão de cinco pessoas. Era pra intimidar.

Nesta situação apresentada, percebe-se que a luta, a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras vai sendo construída na própria experiência em que os sujeitos estão envolvidos. Ficam claros os fortes laços de solidariedade entre homens e mulheres que atuam igualmente na luta, construindo suas próprias histórias, se fazendo sujeitos. Neste contexto, são criadas as estratégias de luta e enfrentamento, inclusive a de construir a relação com o poder público, aproveitando sua passagem por lá, quando pediram uma escola.

Caxico falou também de outra situação de confronto que,

foi quando teve uma festa na Santa Isabel e o prefeito mandou polícia e eles iam passar pelo Balaiada.

A gente resolveu que ia cortar aquela ponte ali. Já ia cortar, mas resolvemo deixar pra lá e eles passaram. Nesse dia ia dar tiroteio pra desgraça. Eles vieram reforçado mesmo.

Nesse dia da festa, quando o prefeito passou a gente chamou e ele veio. Aí sentamo lá com ele e pedimo uma escola.

Fica visível, na fala de Caxico, quando diz “*pedimo uma escola*”, a capacidade e o poder de negociação dos trabalhadores.

Nota-se ainda, diante da situação descrita, também a capacidade dos trabalhadores de ceder em momento que lhes é estratégico, algo que aprenderam na própria luta.

Um confronto também se deu quando a escola foi construída. Pois conforme Caxico,

no dia da inauguração do colégio veio um tanto de policiamento de novo junto com o prefeito. Dissemo a ele, você pode ficar, mas a polícia não, aí ele mandou embora.

Aí quando foi entendendo como eram as coisas, aí foi melhorando.

Nessa situação, nota-se que os trabalhadores identificam a polícia sempre como violência, repressão; daí a proposta para que se retirem, a partir da negociação com o prefeito, sendo prontamente atendidos, demonstrando a força e a capacidade de organização que esses trabalhadores construíram.

Nota-se, nessa luta, o que diz Thompson em seus estudos sobre a luta de classes

a classe acontece quando alguns homens como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.¹²²

Assim sendo, a luta de classes acontece em qualquer circunstância e lugar, surge como força e tensão na disputa de interesses antagônicos.

¹²² THOMPSON, E.P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Caxico diz que:

o Balaiada foi o primeiro assentamento do município de Nina Rodrigues. Depois o pessoal viu que o negócio dava certo. A partir daí outras áreas foram também desapropriadas pelo INCRA, formando-se outros assentamentos.

O exemplo de resistência e conquista se espalhou por todo o município, a partir dessa ocupação, desencadeando uma luta pela desapropriação de terras, resultando em vários outros assentamentos.

Em conversa com o Netão, também morador do Balaiada e que participou de todo o processo de luta pela terra, ele disse que:

atualmente a comunidade caminha no sentido de desenvolver projetos para melhoria das condições de vida. Para isso contamos com a orientação do MST.

Sente-se, a partir dessa fala de Netão, que os moradores do Balaiada, nesse momento, estão voltados a potencializar seus esforços na busca de implementar novas frentes para melhorar a produção e a educação para os jovens. Em parceria com o MST, que representa para eles um símbolo de luta e resistência pela terra, há um aprendizado a ser transmitido.

Netão disse também, que:

tem um técnico agrícola que é filho daqui e também outro que se formou em história. E que tem uma equipe nova daqui também fazendo magistério pelo MST, lá no São Domingos, onde se reúnem vários assentamentos para formar pessoas.

A luta pela educação significa apropriar-se de conhecimentos, algo que em uma sociedade desigual, é direito de poucos. Nota-se que a educação, para eles, tem um valor importante. Logo no início da luta, nas negociações, a instalação de uma escola foi a primeira medida que pediram ao prefeito.

Atualmente a comunidade está desenvolvendo um projeto voltado para a questão da água, pois segundo Netão,

é uma das maiores necessidades. Pretendem construir açudes para organizar uma cultura diferente, produzir mais. O rio passa longe daqui.

Como resultado da organização desse assentamento, apesar de novo, pois completará dez anos de ocupação, no dia 28/06/2009, várias são as conquistas:

As casas são todas de alvenaria, com energia elétrica e abastecimento de água.

A infraestrutura escolar é muito boa, tem creche, tem curso de EJA - Educação de Jovens e Adultos, tem ensino médio.

Segundo eles quase todo mundo vai à escola.

Nós temos uma turma de adultos que já aprendeu a ler e quer mesmo é fazer o ginásio.

Recentemente o assentamento foi declarado como “*Território Livre do Analfabetismo*”¹²³, em função da erradicação do analfabetismo em seu território. Trata-se de uma das metas do MST para os assentamentos.

Segundo Maria Divina, da Direção estadual do MST e Coordenadora do Programa.¹²⁴

¹²³ Assentamento no Maranhão torna-se território livre do analfabetismo Oficializado pela Secretaria de Estado da Educação.
www.mst.org.br – acesso em 23/09/2008.

O que aconteceu no Balaiada é o resultado de uma série de esforços, que através do método cubano “*Sim, eu Posso*”¹²⁵, vem deixando o Movimento mais próximo dessa meta.

O assentamento ainda não dispõe de posto de saúde. Apenas o médico da família, que vai uma vez por mês. Os outros atendimentos são feitos no hospital da sede do município.

Não dispõem de horta medicinal, embora haja pessoas que fazem remédio de ervas do mato e xarope.

Consideram-se as conquistas acima como resultado da luta destes sujeitos, ao longo desses dez anos, uma luta especialmente dos negros, que permeia outros momentos da história, em busca de fazer valer os direitos básicos de cidadania.

Como bem disse Raimundo Teixeira¹²⁶ morador do Assentamento Balaiada:

nós somos descendentes de escravos, 90% dessa comunidade é de negros.

O depoimento de Teixeira coloca a questão da negritude como de grande importância na luta, na experiência, no passado e no presente.

Este depoimento é muito significativo, pois, como já foi mencionado, apesar de tratar-se de um assentamento do INCRA, proveniente de uma ocupação gestada pela população com o apoio do MST, elucida a luta pela posse da terra como parte da luta dos remanescentes de quilombos, ou, como se disse, “*descendentes de escravos*”.

¹²⁴ ibid

¹²⁵ O método cubano “sim, eu posso”, é aplicado através de vídeo, com o auxílio de monitores, que ensinam a ler e escrever em 35 dias. São cinco aulas de uma hora e meia de segunda a sexta-feira.

¹²⁶ Raimundo Teixeira, morador do Balaiada.

Isto chama a atenção para a insistente tentativa, de desconsiderar a luta dos negros pela terra, por parte até, muitas vezes dos próprios dados e estudos não apresentarem resultados da participação dos negros nessa luta, tornando-a invisível.

Este trabalho tem a intenção de contribuir para tornar visível a luta dos negros pela terra, em Nina Rodrigues.

No cenário de luta pela terra, lutam

diferentes categorias que o senso comum e a mídia reduziram a uma categoria só e abstrata, a de sem-terra, uma designação que acoberta diferenças de propósito, de necessidades e de reivindicações dos próprios trabalhadores.¹²⁷

Ainda em relação à questão da terra, João Cândido, 78 anos, é enfático ao dizer que "*são poucos os que acreditam nos idosos*". Ele declara isto, ao mencionar que "*meus avós eram escravos*", o que reforça ainda mais a idéia dessa população como os legítimos donos das terras que ocupam, um contraponto à desconsideração e à desvalorização dos seus ancestrais, como os reais donos da terra.

João Cândido coloca questões referentes à posse das terras, fala no descrédito em relação aos mais velhos, atitude que demonstra desrespeito.

Diante desses depoimentos, percebem-se as lutas e tensões constantes e que essa região, que engloba tanto o Balaiada quanto o Amapá dos Catarinos, trata-se de *terras de preto*, uma definição que vai além do estabelecido no Artigo 68 do ADCT, que, de certa forma, traz uma visão congelada desses povos, não levando em consideração toda a dinâmica viva e vivida por esses povos na atualidade.

Ressalta-se o Assentamento Balaiada como exemplo de conquistas concretas, por tratar-se de uma área regularizada pelo INCRA. Apresenta uma boa infra-estrutura, ao ser comparado ao Amapá dos Catarinos, o que fortalece ainda mais a luta pela titulação das terras quilombolas, como meio de ter acesso a

¹²⁷ MARTINS, José de Souza. O Sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

benefícios disponibilizados, conforme legislação pertinente e que envolve embates e confrontos.

2.4.2 Amapá dos Catarinos: quilombo do século XXI.

"temos terra para criar netos, bisnetos, tataranetos"

O povoado é composto, em sua maioria, por membros de uma mesma família e que estão ali há vários séculos, conforme os depoimentos de seus moradores e as evidências que trazem os depoimentos de outros sujeitos ao longo deste trabalho.

Conforme Braga,

aquela região, o Amapá dos Catarinos e São José dos Pretos. São José dos Pretos eu acho que não tem mais ninguém lá. Tinha muito preto lá, agora no Amapá ainda tem bastante. Aquela região era deles, eles ocuparam, sempre foi deles.

O depoimento de Braga revela a situação de pertencimento da população ao território.

Seus moradores se auto-intitulam herdeiros de Dona Ambrosina. Segundo depoimentos das gerações atuais, a origem da terra está em D. Ambrosina, uma escrava que as recebeu como doação de um senhor para quem ela trabalhava, como forma de reparação, em razão de um relacionamento que manteve com ela ainda muito jovem.

D. Ambrosina, posteriormente casou-se com um senhor por nome Catarino, daí a origem do nome do lugar, Amapá dos Catarinos. Naquela época, fatos como esses eram muito comuns, os lugares receberem o nome de seus donos.

Nota-se aí, que o povoado, recebe o nome do marido, em detrimento do nome dela, evidenciando um patriarcalismo e superioridade de gênero.

Nada foi revelado sobre a origem de Ambrosina. José Marques, um dos mais antigos moradores do Amapá dos Catarinos, segundo ele *“só é mais velho o Mundico, que é meu primo, o pai dele é irmão de mamãe”*, ambos tem 65 e 78 anos respectivamente, apenas disse que:

só sei que era dona de uma banda do mundo. Era dona de terra demais. Daí foi se acabando e ficou essa área aqui, 888 hectares, um pedacinho pequeno.

Segundo José Marques, bisneto de Ambrosina, neto de Inês, *“Inês quando casou veio morar aqui, e que se ela fosse viva teria 105 anos”*, portanto tendo como referência o ano de 2008, quando do seu depoimento, Inês nasceu em 1903, o que nos leva a concluir que Ambrosina, mãe de Inês, viveu a escravidão.

Neste depoimento, José Marques coloca como elemento importante, entre eles, a ancestralidade, ao discorrer praticamente a genealogia de sua família na região.

Esse dado revela a terra como de remanescentes de quilombos, conforme previsto no Artigo 68 do ADCT e regulamentado pelo Decreto 4887/2003, e também amparado pelo Artigo 229 da Constituição Estadual do Maranhão de 1989.

Embora o Amapá dos Catarinos já tenha sido identificado como comunidade remanescente de quilombo ¹²⁸ até o momento não houve avanços no sentido de sua titulação.

Segundo relato de Maria da Guia ¹²⁹, a região do Amapá dos Catarinos pertence a eles há aproximadamente 300 anos e que inicialmente a região tinha o equivalente a 3000 hectares de extensão, restando atualmente apenas 888 hectares, área que diz respeito exclusivamente ao povoado Amapá dos Catarinos.

Na área dos 3000 hectares do Amapá dos Catarinos, estão os atuais povoados de São José dos Pretos, Ilha, Troncos, Pirinã I e Morro da Filó. Vale ressaltar que o povoado Morro da Filó não existe mais, seus moradores hoje fazem parte do Assentamento Balaiada, que faz parte deste território.

¹²⁸ Revista Palmares 5. Quilombos no Brasil. Fundação Cultural Palmares. Brasília, 2000.

¹²⁹ Pertencente a 8ª geração de D. Ambrosina.

Em seu depoimento, José Marques evoca gerações, demonstrando a importância das relações com os mais velhos, que, por vezes, asseguraram a posse da terra:

A minha bisavó (Ambrosina) tinha muitas terras, os filhos iam casando e ela ia dando. O São José dos Pretos, ela deu pra Genoveva. O Amapá ela deu pra Inês, minha avó. Então o São José passou para outros donos, não sei como, e quem morava lá veio pra cá para o Amapá e se misturaram com os filhos da Inês. E hoje todo mundo é dono. Todo mundo trabalha na terra.

Pode-se concluir, a partir dos depoimentos acima, que se tratava de uma grande extensão de terra e que se transformou em vários povoados, inclusive recentemente o Assentamento Balaiada aí se insere.

Nota-se também que a população está baseada em parentesco, conforme nos revela o depoimento de José Marques e que é uma terra de uso comum, como está explicitado em sua própria fala, *“hoje todo mundo é dono. Todo mundo trabalha na terra”*. São esses conjuntos de povoados, baseados nestas características que são denominados *terras de preto*.

É corrente entre os moradores do Amapá dos Catarinos, que Inês costumava dizer: *“temos terra para criar netos, bisnetos, tataranetos”*, o que reforça, nos herdeiros e moradores, o sentimento de pertencimento a este território, explicitado na própria linguagem; portanto, algo ativo, em constante transformação.

Esse depoimento, para eles, serve como referencial para que a luta pela terra seja algo presente entre todos.

Comprovadamente há registro da terra, disponível para consulta, e que afirma o pertencimento das terras àquela comunidade. Existe também um testamento registrado em cartório, referente a um forno de cobre para torrar farinha, que pertence a todas as gerações dos Catarinos, conforme é corrente entre eles: *“é para ser usado por todas as gerações dos Catarinos”*. (sic)

José Marques disse que *“esse forno aí tem mais ou menos uns 200 anos, era do meu avô, pai da mamãe”*.

Todos esses fatos são de conhecimento de todos e são elementos que contribuem para que se sintam pertencentes ao território e fortaleçam suas identidades, pois os objetos não são apenas um bem material, eles trazem consigo experiências concretas das histórias dos sujeitos.

Ainda segundo Estácio ¹³⁰, tudo isto não deixa dúvida de *“que somos descendentes de quilombolas”*.

Maria da Guia disse que ao consultar a lista de quilombolas do NEPE - Núcleo de Programas Especiais, órgão integrante da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Maranhão, *“não encontrei o nome do Amapá dos Catarinos, o que me deixou muito triste e preocupada e chorei muito quando cheguei em casa”*. Embora não se tenha esclarecido o motivo de o povoado não constar da lista, ficou claro a Maria da Guia que o processo de conquista é moroso e árduo.

Estácio disse que esse processo de lentidão,

é resultado de uma tentativa que houve por parte de um Sr. Fábio Braga, de incorporar o território a São Josezinho, o que logo foi regularizado, pois foi comprovado com a documentação que se tratava de terras de quilombolas.

Esses depoimentos chamam a atenção para o grau de tensão em que vive a comunidade em relação ao seu território. Embora haja muitos elementos que apontem para as terras como de remanescentes dos quilombolas, ainda falta muito para que obtenham o reconhecimento, para a posterior titulação, conforme previsto pela legislação federal e estadual, que regulamentam as terras.

130 Morador e liderança no Amapá dos Catarinos, também da geração dos Catarinos.

A titulação das terras é um elemento facilitador de acesso dessas comunidades a recursos disponibilizados pelo governo federal, para que possam melhorar suas condições básicas de sobrevivência, ou seja: produção, alimentação, saúde, moradia e educação. A luta pela terra significa também a luta pela educação e pela saúde.

Atualmente a comunidade está fragmentada, em função de uma questão relacionada à derrubada de umas árvores para roçado. Trata-se do genro do José Marques, casado com sua filha Alzira.¹³¹

José Marques se mostra profundo conhecedor da realidade local e com elementos pautados nos costumes que,

não tem fundamento, é aqueles pauzinhos, que derruba na roça todo dia e põe fogo. Por que o cidadão da minha idade acho que já dá pra eu conhecer uma árvore que produz, eu nasci e me criei aqui no mato, devo conhecer, não é possível?.

A questão foi parar na justiça, pois alguns membros da comunidade discordam da derrubada e queimada da mata.

Segundo Alzira, o desentendimento

começou quando eles levaram pra justiça o caso do meu marido, que teve uma roça e lá tinha um bacuri brabo e ele roçou e o caso foi parar no promotor. Daí eu fui na Nina Rodrigues, no pessoal do meio ambiente, aí eles disseram que não podia queimar. Daí eu fui na delegacia procurar o que eu podia fazer. O delegado disse que não podia resolver porque fazia parte do IBAMA. Aí ele chamou o funcionário, aí ele disse que eu podia convocar a comunidade, pedir uma reunião, e pedir apoio, se a maioria me apoiasse, eu podia queimar a

¹³¹ Filha do José Marques, moradora do Amapá dos Catarinos.

roça, do contrário, não podia queimar. Daí eu voltei, fui na casa do presidente, o Estácio e ele marcou a reunião para explicar. No dia da votação, não deu nem tempo, os que não iam apoiar, já se levantaram e saíram.

Alzira busca apoio e orientação das instituições locais, para que possam ajudar a legitimar certas práticas, seguindo a orientação do IBAMA.

A partir do depoimento de Alzira, nota-se a fragmentação da comunidade, as disputas internas, os costumes se alterando. Outro fato, ainda segundo Alzira, foi o rompimento do mandato do Dim ¹³², como presidente da associação

eles não deixaram vencer o mandato do Dim, fizeram uma eleição pra lá que nós não sabia, elegeram outro presidente.

Sem maiores detalhes Alzira disse que,

agora o presidente da associação é o Estácio, antes ele fazia parte do Balaiada. Daí veio pra cá.

Esse depoimento revela o distanciamento dessa comunidade com o Balaiada, aparentando ser uma relação conflituosa.

As evidências apontam uma disputa pela hegemonia ou liderança na comunidade, mostrando que interesses e valores estão em confronto.

José Marques declarou:

que hoje tá todo mundo desunido, porque acabou a associação, a comunidade se acabou e a gente não se une mais não. Porque depois de te levar na justiça eu não estou sendo seu amigo não. Nós temos que resolver a coisa aqui,

¹³² Morador e liderança do Amapá dos Catarinos.

conversando. Lá não é acordo mais. Lá nós estamos brigando na justiça.

Associação tem sentido de união e solidariedade, o que, hoje não está mais existindo entre eles, conforme visto nos depoimentos. O apelo à justiça representa a ausência de união.

Sente-se na fala de José Marques, que questões como essas antes eram resolvidas na base da conversa entre eles. Levar para a justiça significou o rompimento com um costume. Possivelmente sua fala aponte para a sua visão da justiça, que não leva em consideração os saberes, uma vez que nivela todos.

Percebe-se aí o que traz Thompson ao dizer que:

o costume tem força de lei, uma vez que é desenvolvido e criado entre as pessoas comuns.¹³³

Há nesse episódio uma fragmentação desse costume, até então muito valorizado na vida da comunidade, causando um enfraquecimento das relações entre estes sujeitos.

Vale ressaltar que o povoado não tem envolvimento diretamente com o MST, embora esteja rodeado de assentamentos e sinta os efeitos dessa mudança introduzida pela nova forma de produzir, plantar sem fazer cerca.

Conforme José Marques,

pra mim não deu muito certo. Antes eu criava uns leitões, tinha duas vaquinhas. Antes dessa confusão de trabalhar em aberto eu tinha 70 cabeças de porco. Hoje ninguém cria nada, só se for amarrado.

¹³³ THOMPSON, E.P. Costumes em comum. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Os fatos evidenciam uma forte hegemonia do MST na região que vem imprimindo novos costumes a essa população. Ao que parece não tem sido assimilado pela comunidade de Amapá dos Catarinos, que pelo fato de estar rodeado de assentamentos do INCRA, sofre as pressões desse novo modo de produzir, o plantar sem cerca que, para os assentados, significou a libertação da terra, não tem sido compreendido ou absorvido pelos moradores do Amapá dos Catarinos. Há um descontentamento a esse modelo, como pode-se notar na fala de José Marques, evidenciando as divergências com o próprio MST.

Ainda em relação a essas transformações todas por que a estrutura fundiária do município está passando, percebe-se o reflexo também no modo de vida, como disse José Marques *“eu tinha um cavalo, mas troquei por uma moto”*. Ao lhe perguntar se a situação melhorou, na troca do cavalo pela moto, ele foi categórico em dizer que não.

Com o cavalo você não tem despesas e agora tem uma despesa doida. O cavalo deu um problema e eu soltei ele lá naquela fazenda, faz uns dois anos que ele tá lá. Eu não achei quem comprasse e eu não tenho condições de dar comida pra ele, então ele fica solto lá, liberado.

Sente-se uma tristeza imensa em José Marques, ao se referir ao abandono do seu cavalo; parece que ele ainda não tinha pensado nesse episódio da mudança. Na narração, há emoção demonstrada pela perda do cavalo que o acompanhou em parte de sua vida.

Isto se faz presente quando diz que,

Hoje quando eu olho a estribaria e lembro do cavalo me vem água nos olhos, eu gostava muito do cavalo.

Nota-se, na fala de José Marques, uma contradição, ao dizer que não tem condições de dar comida ao cavalo. Embora a despesa seja menor e, ao mesmo tempo, reconheça que a moto da muita despesa, ficou com a moto. São os novos

valores impostos, pela sociedade capitalista que tem a incrível capacidade de submeter as camadas pobres a sistemas modernos de consumo, sem com isso proporcionar-lhes condições dignas de vida ou direitos básicos de cidadania. A vida adquire hoje um novo ritmo, maior agilidade e é isso que transforma modos de vida, culturas.

Diante dos contatos com a realidade das comunidades rurais do município de Nina Rodrigues, depara-se com um verdadeiro universo de experiências, tensões e disputas pela terra, vários assentamentos do MST, compostos, em sua maioria, por sujeitos das antigas comunidades negras, que se uniram e se organizaram contra a opressão dos latifundiários, luta que se iniciou nos finais da década de 70, perpassa a década de 80 e noventa e continua intensa nos anos 2000.

Ao longo desses anos, várias foram as conquistas, emergindo daí vários assentamentos no município, sendo que alguns dispõem de uma boa infra-estrutura: abastecimento de água, energia elétrica, escolas. Vale ressaltar que é comum no município os assentamentos serem nomeados de associações, o que leva a pensar tratar-se de uma forma de escamotear o sentido que tem ser remanescente de quilombos, um estereótipo negativo, o que segundo Pereira,

tem dificultado muitas vezes os sujeitos se aceitarem como negros, pois uma grande maioria não aceita isso não.

Associação também tem o sentido de distanciá-los do que representa o MST, relacionado normalmente com sujeitos retirantes de outras regiões que ocupam terras.

Saliente-se, o que se alterou foi a estrutura fundiária do município, promovida pelos próprios sujeitos moradores de lá mesmo, sem a participação de trabalhadores de outras regiões. Embora sem o apoio em dados precisos, sabe-se que hoje 75% das terras do município está nas mãos dos trabalhadores e trabalhadoras, imprimindo uma reforma agrária, que contrasta com a realidade do estado em que, a terra está, de modo geral, concentrada nas mãos de poucos.

Nesse contexto, também se constituíram as associações comunitárias, instituição burocrática, para que esses moradores captem recursos para o desenvolvimento de projetos para resolver os principais problemas que os afligem, o que nem sempre vem acontecendo, pois, conforme depoimento de Pereira,

essas associações foram criadas não para ajudar os trabalhadores, elas são manipuladas por grupos fora das comunidades.

Ainda no sentido do que representam as associações dos povoados, Teixeira nos diz que

os projetos que saíram não produziram absolutamente nada. Os técnicos que vem não incentiva nada. As Associações são atravessadas por sujeitos da região que não incentiva a produção. O trabalhador rural por mais analfabeto que seja, se pegar R\$ 15 mil reais e produzir por conta própria ele pega dinheiro pra pagar. O atravessador ele administra um monte de associações faz “parceria” com as lideranças do MST desse município e com gente lá do INCRA-MA. Então ele tem acesso direto dentro do INCRA. Enquanto os outros demoram seis meses, um ano lutando para liberar um projeto, ele libera em um mês.

Fica claro nos depoimentos acima um novo tipo de coronelismo institucionalizado, uma vez que isto se dá no próprio seio das associações que, em princípio, estariam a serviço do desenvolvimento dessas comunidades, mas que se encontram atreladas e manipuladas por sujeitos que têm influencia, tanto local quanto junto aos órgãos do governo, o que, de certa forma, cria um novo tipo de clientelismo, contribuindo para a manipulação dos caminhos a serem percorridos pelas comunidades. Sai um tipo de mandonismo e surge outro.

Há evidências de que atualmente esses movimentos passam por algumas transformações, o que é natural, em qualquer organização, ao longo do tempo, algumas lideranças estão sendo cooptadas a fazerem parte da política institucionalizada, o que, de certa forma, está conduzindo a organização das comunidades a novos rumos, deixando em aberto quais serão seus próximos passos e ações.

Uma das situações que apontam é a que está contida na declaração de Teixeira sobre o tempo presente da luta, fazendo uma crítica enfática às lideranças, com um certo pessimismo e desilusão, mas propondo novas estratégias para esta luta, que apresenta novos desafios,

grande parte das lideranças viraram pelo avesso, colocando de lado todos os princípios que estudávamos juntos e ensinávamos para os trabalhadores. Agora usam a mesma linguagem que o fazendeiro usava antes, e virar aquele mesmo monstro e com isso perseguir os trabalhadores. Aí eles começaram a ficar do lado do latifundiário, do fazendeiro, se aliaram a ele e assim chegou até o sindicato, tomaram o sindicato das mãos dos legítimos que se revoltaram e criaram outro sindicato o SINTRAF- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar , mas que fomos impedidos de registrar, foi alegado que no município já existia um sindicato, entramos na justiça e depois de três meses foi autorizado.

A criação desse novo sindicato surge como uma nova frente para reanimar a luta dos trabalhadores. Percebe-se que faz parte também das disputas atualmente estabelecidas no âmbito da organização sindical, pois o sindicato rural está sob controle do grupo que se atrelou aos antigos fazendeiros, latifundiários.

O novo sindicato, o SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar, segundo Teixeira,

é pra gente continuar a trajetória de luta que nós começamo e garantir os recursos que vêm pro povo, na mão do próprio povo, esse é o objetivo deste novo sindicato.

No que diz respeito ao Amapá dos Catarinos que pelas evidências trata-se de uma comunidade remanescente de quilombo, a luta pela titulação de suas terras, como previsto pelo art. 68 do ADCT e demais legislações pertinentes, poucos avanços são registrados, pois percebe-se uma carência de informação a esse respeito, algo que leva a pensar fazer parte da própria dinâmica local de disputa pelo poder.

Capítulo III

QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS

“sei que somos quilombolas, mas nem sei como começar”.

Teixeira

3.1 Em busca de significados

O quilombo será tratado aqui como uma categoria em movimento, procurando refletir o seu significado na atualidade, o que leva ao rompimento com o mero discurso jurídico formal, há muito apregoado na nossa historiografia, redutor à situação de fuga-resistência, o que, de certo modo, inviabilizou, por muito tempo, a visibilidade para as experiências dos sujeitos dessas comunidades, produto de uma história oficial que, propositadamente tornou “invisível” outros efeitos da escravidão na sociedade brasileira.

É no contra-fluxo desta corrente que acontece a proposta de se compreender essas comunidades além de um conceito cristalizado. Quilombo significa um modo de vida, uma concepção de mundo, enfim, um modelo de sociedade que se apresenta como contraponto ao modelo de sociedade capitalista, daí a crueldade como foi e é combatido.

Nesse texto, a atenção é para as terras de preto, termo que se relaciona às comunidades remanescentes de quilombos no Maranhão. Para isso, recorre-se a Matthias Röhrig Assunção, que apresenta os quilombos maranhenses e suas peculiaridades, o que pouco tem sido destacado na historiografia maranhense: aqueles que se localizavam próximos às fazendas, geralmente pequenos e que se dedicavam a atividades predatórias; os que estavam mais distantes das fazendas e que tinham uma economia própria e comercializavam seus excedentes; outros que eram um misto de agricultura de subsistência com garimpo.

O Maranhão se destaca como uma das províncias onde mais se constituíram comunidades quilombolas e que se espalharam por quase todo o território. Segundo Assunção, a partir do século XIX, intensificou-se o surgimento dessas comunidades,

que ele denomina de “quilombos tardios” e aponta alguns fatores que contribuíram para sua multiplicação como a elevada proporção de escravos em relação à população livre no norte da província; a abundância de matas com muitos rios e riachos; a existência de uma vasta fronteira não controlada pelo Estado e a instabilidade política que tomou conta da província entre 1820 e 1841.¹³⁴

Pode-se, a partir daí, compreender porque atualmente o Maranhão apresenta-se como um dos estados brasileiros que conta com o maior número desses territórios: são 650 territórios identificados como remanescentes de quilombos.

Mundinha Araújo traz elementos que subsidiam essa questão ao dizer que

no que se refere a comunidades de pretos, o número de comunidades é maior aqui no Maranhão. Porque está na zona de colonização antiga, onde se concentrou a população escrava justamente para trabalhar na produção de algodão. Mas não são tão populosas, essa é a verdade. Tem povoados de dez, 15 famílias.¹³⁵

Vários foram os quilombos no Maranhão com estas características, abrigando um grande número de escravos e também outros segmentos sociais como índios e caboclos.

É dessa forma que Assunção lança seu olhar sobre essas comunidades, trazendo estas diversas formas de organização dos grupos no Maranhão.

A historiografia dá conta de que, no século XVIII, já existiam quilombos em terras maranhenses, mas foi a partir do século XIX que se intensificou a formação dessas comunidades, por todas as regiões da província, proporcionando o envolvimento destes sujeitos nos movimentos que a sacudiram, após a independência, em virtude das disputas políticas e também por causa das péssimas

¹³⁴ ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Quilombos Maranhenses In: Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil (org.) REIS, João José, GOMES, Flavio dos Santos. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

¹³⁵ PEREIRA, Amílcar Araújo et al (org.) Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

condições em que vivia a maioria da população, conforme menciona Mundinha Araújo,

As revoltas dos excluídos ocorridas no interior maranhense, formariam em pouco tempo uma massa grandiosa de rebelados contra a opressão, violência e desumanidade com que eram tratados os escravos, os pretos libertos, a população livre de cor, que viviam marginalizados em uma sociedade estratificada. Os brancos pobres, vítimas da exclusão social, aderiram ao movimento.¹³⁶

Não é objetivo da pesquisa tratar com profundidade o desfecho desses movimentos, apenas ressaltar a participação dos negros aquilombados, bem como de outros segmentos marginalizados e excluídos nos movimentos contra a situação a que estavam submetidos.

As lutas dos negros e demais segmentos de oprimidos do Maranhão perpassam todo o século XVIII, tomam vigor durante o século XIX, fazendo parte das lutas que estão acontecendo em outras províncias brasileiras no pós independência e pós abolição e adentram o século XX, resistindo cada vez mais na busca de direitos onde prevaleça a justiça social, em um Estado que chega ao século XXI ainda com grandes distorções, como mostra Teixeira em seu depoimento sobre a ocupação da área do Assentamento Balaiada:

o objetivo da luta era conquistar a terra para que todos tivessem terra, casa e escola para estudar em casa, sem ser preciso os filhos da gente sair na adolescência servindo de escravo para os outros para poder estudar.

¹³⁶ ARAÚJO, Mundinha. Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas – Negro Cosme: tutor e imperador da liberdade. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

Ressaltamos que a região foco de nosso estudo traz essas marcas de lutas, foi aí que, no século XIX, se iniciou a Guerra da Balaiada. Atualmente, nessa mesma região, os trabalhadores rurais vêm enfrentando o latifúndio e transformando a estrutura fundiária do município.

Não que as lutas do passado se apresentem da mesma forma contemporaneamente, mas elas trazem a memória daquelas. Ressaltamos que a memória é vista aqui, não como coisa do passado, mas que nos chama a atenção para a relação passado-presente, visto que este passado se apresenta ativamente como força política importante.¹³⁷

Conclui-se que os avanços têm sido significativos, apesar da resistência de vários segmentos conservadores. Essa luta vem avançando e ocorrendo no plano jurídico também. Como exemplo, temos o caso das comunidades negras de Alcântara, no Maranhão, apenas para se citar uma situação de grande visibilidade nacional e internacional, que lutam pelos seus territórios, ameaçados pela Agência Espacial Brasileira, um empreendimento binacional, do Brasil e Ucrânia, que constituiu a empresa Alcântara Cyclone Space e Fundação Atech, responsáveis pelo projeto e viabilização para lançamento do veículo espacial Cyclone-4.

É cada vez maior a organização dessas comunidades, em todo o estado do Maranhão, envolvendo vários segmentos sociais; são esses agrupamentos que se caracterizam como terras de preto, que traduzem um sentido de compartilhamento de um território e de uma identidade, ampliando a visão identificada apenas como remanescentes de quilombos. Como nos antigos quilombos, que lutavam por liberdade, atualmente esses grupos buscam garantir o direito de permanecerem em seus territórios.

As evidências se dão na constituição destes grupos, pois, além dos negros, há outros sujeitos que, nesse momento, compartilham dessa luta por terra e para que também os direitos básicos assegurados na Constituição Federal possam se tornar realidade para estas comunidades.

¹³⁷ Memória popular: teoria, política e método. In: Muitas memórias, outras histórias. Orgs. Déa Felon et al.SP: Olha d'água, 2005.

3.2 Assentamentos e quilombos: terras de preto, povoados híbridos

A proposta aqui, através dos próprios sujeitos moradores do Balaiada e do Amapá dos Catarinos, é a compreensão do significado de quilombos e se a partir dessa compreensão se concebem ou não como quilombolas.

Nota-se que os dois povoados, embora circunscritos à mesma região, concebem-se de formas distintas, fruto talvez do modo como interpretam a própria experiência.

Em relação ao Assentamento Balaiada é Netão quem fala sobre esta questão

na verdade, aqui nós não se sente quilombola, no Amapá dos Catarinos eles tinham essa visão e tentaram colocar pra gente, mas a gente não sabia que era, mas diretamente a gente sabia que era.

O depoimento de Netão evidencia a grande falta de esclarecimento que permeia entre eles sobre a questão de ser ou não ser quilombola, pois ao mesmo tempo que ele considera que são quilombolas, não se sentem como tal; parece que é algo bem distante deles, essa preocupação do que significa ser quilombola. É provável que sua visão venha da própria experiência atual de conquista da área do assentamento.

Teixeira diz que,

a gente descobriu há pouco tempo que nós somos remanescentes de quilombos e a área que está em processo de titulação é só a do Amapá dos Catarinos.

Na fala de Teixeira fica claro que, embora não estejam em processo de titulação, são oriundos das áreas remanescentes, fazendo entender que mesmo sendo morador do assentamento, diz: *“somos remanescentes de quilombos”*.

Percebe-se, tanto na fala do Netão, quanto na fala do Teixeira um sentimento de identidade quilombola, embora sem muita clareza, pois o que há de comum entre ambos é a luta pela terra e melhores condições de vida e trabalho.

Esse sentimento de identidade fica claro quando Teixeira diz que

nós já conversamos a respeito de quilombola e a gente percebeu um entendimento sem preconceito. As pessoas se identificam.

Ao ser indagado sobre o termo *terras de preto*, se já ouviu falar e o que entende, Teixeira diz que

“não sei o que é, a gente não parou pra pensar nisso”,- mas é enfático ao dizer que: “quilombo seria uma comunidade, e comunidade se forma de preto e branco”.

Teixeira mostra, em sua fala, um modo de pensar o quilombo hoje não como constituído apenas de negros, mas um território híbrido.

Percebe-se que a origem do Balaiada também é uma terra de herança, segundo Teixeira

a terra do Balaiada é uma terra de herança, que um feitor deu pra uma escrava, que ele fez família nela e aí deu aquela posse de terra pra ela. Chamada de Filó. Aí essa Filó construiu essa família e aí ficou essa terra de herança.

Nesse depoimento, é possível constatar que tanto o território onde hoje é o Balaiada quanto o Amapá dos Catarinos são áreas que têm sua origem nas terras de herança dos quilombolas, o que confirma a não fronteira entre os territórios. O que os diferencia em relação à titulação são os procedimentos adotados para tal, embora ambos sejam titulados pelo INCRA. A titulação dos assentamentos é regida pela Lei 8629/93, e se dá em duas etapas: primeiro, recebem o título de *concessão de uso* e tem caráter provisório assegurando aos assentados o acesso a terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do governo federal; a

segunda etapa é o *título de domínio*, que tem caráter definitivo de transferência do imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária.

Ao se tratar dos remanescentes de quilombos, a titulação se dá conforme o disposto no Decreto 4887/2003, e, além do INCRA, essa competência pode se dar também pelos órgãos estaduais, que no Maranhão é o ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão, tendo como mediador a Fundação Cultural Palmares, responsável pela certificação de auto definição da Comunidade.

Diante desses fatos optou-se em trabalhar a partir da categoria terras de preto, pois amplia o olhar e a compreensão sobre esses territórios contemporâneos, rompendo com a visão essencialista dessas comunidades, como remanescentes dos quilombos, pois, assim como Mundinha Araújo, conclui-se que

fica muito reduzido quando a gente generaliza e chama tudo de 'quilombo'. Porque aí a gente perde de vista a origem e história da resistência para eles permanecerem.¹³⁸

O Projeto Vida de Negro em parceria com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos PVN/SMDH, localizou centenas de território com estas características.

Esse projeto é uma das ações do Centro de Cultura Negra do Maranhão CCN-MA, que se inicia em 1988 e

tem como objetivo mapear as Terras de Preto ou Terras de Quilombos do Maranhão, registrando suas formas de uso da terra, seus costumes e tradições culturais e religiosas, bem como a posterior intervenção jurídica naquelas que se

¹³⁸ PEREIRA, Amílcar Araújo et al (org.) Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

encontram com problemas fundiários, visando à legalização e à titulação de suas terras seculares.¹³⁹

Vale ressaltar que, a partir de 1980, o CCN-MA já havia iniciado essa pesquisa de forma voluntária, através da pesquisadora e militante Mundinha Araújo, que resultou, em 1983, na elaboração do Projeto “*Comunidades Negras no Meio Rural Maranhense*”, trazendo à tona os primeiros conflitos agrários nas terras de preto no Maranhão, oriundos do processo de concentração de terras pelo qual passou o estado, a partir da década de 60, com a “Lei Sarney de Terras”.

Com base no exposto, percebe-se que a luta e a mobilização do povo negro maranhense tem se caracterizado como forma de resistência, busca de direitos básicos de cidadania, articulação com outras entidades nos demais estados brasileiros, culminando com a proposta de garantia dos direitos das comunidades negras rurais.

Presença marcante tem esses povos e pode-se percebê-la através do adjetivo “dos pretos”, em mais de 33 povoados, o que caracteriza uma força presente em suas próprias territorialidades.

A tabela a seguir, resultado do levantamento do PVN,¹⁴⁰ traz a incidência de remanescentes de quilombos ou *terras de preto* no estado do Maranhão

¹³⁹ Zumbido. Informativo do Centro de Cultura Negra do Maranhão, 12ª Edição Especial, setembro de 2006.

¹⁴⁰ Projeto Vida de Negro (CCN-MA e SMDH) 1988 a 2007.

Município	Povoado
Chapadinha*	Centro dos Pretos
Pinheiro	Santana dos Pretos
Turiaçu	Santa Rita dos Pretos
Itapecuru-Mirim	Oiteiro dos Pretos
Eugênio Barros	São Paulo dos Pretos
Caxias	Mandacaru dos Pretos
Codó	Santo Antonio dos Pretos
Icatu*	Jacaraí dos Pretos
Igarapé Grande	Mandi dos Pretos
Presidente Juscelino*	Juçaral dos Pretos
Lima Campos	Bom Jesus dos Pretos
Turiaçu	Jamary dos Pretos
Codó	Cipoal dos Pretos
Santa Helena	Pau Pombo dos Pretos
Itapecuru-Mirim	Santa Maria dos Pretos
Cândido Mendes	Bom Jesus dos Pretos
Cândido Mendes	Carará dos Pretos
Grajaú	Santo Antonio dos Pretos
Bacabal	São Sebastião dos Pretos
Central do Maranhão	São Sebastião dos Pretos
Santa Helena	Mocambo dos Pretos
Guimarães	São José dos Pretos
Guimarães	Fortaleza dos Pretos
Bacabal	Barraca dos Pretos
Rosário	Boa Vista dos Pretos
Codó	Inaranha dos Pretos
Itapecuru-Mirim	Santa Rosa dos Pretos
Mata Roma*	Bom Sucesso dos Pretos
Codó	Piritoró dos Pretos
Caxias	Lagoa dos Pretos
Alcântara	Santana dos Pretos (ilha do Cajual)
Maracaçumé/Nunes Freire	Cachimbo dos Pretos
Chapadinha*	Tabuleiros dos Pretos

*Municípios situados no Vale do Munim

Embora não conste dos dados levantados pelo PVN, constata-se na pesquisa, que no município de Nina Rodrigues encontra-se um povoado chamado de São José dos Pretos, que compõe o elenco de povoados com o adjetivo “dos pretos”, confirmando a forte presença das terras de preto como fator de identidade também nessa região.

Constata-se com isso uma explicitação de pertencimento a estes territórios e vice versa, sugerindo a necessidade de afirmação de identidades.

Não se quer dizer com isso que as identidades sejam fixas e que remontem a um tempo passado e puro, onde a cultura negra seja preservada, entendemos assim como Stuart Hall que a identidade negra é atravessada por outras identidades, inclusive de gênero e orientação sexual, portanto identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada¹⁴¹.

Percebe-se que terras de preto não se trata apenas do espaço físico, mas traz consigo todo um significado cultural, o que certamente alarga a compreensão sobre esses territórios. Territórios vistos dessa perspectiva significam religiosidade, tradição cultural, aqui vista como uma maneira pela qual o argumento histórico opera como uma força política,¹⁴² laços familiares, ou seja, espaços de identidades historicamente construídos a partir das experiências vividas por esses povos.

Novamente recorre-se a Stuart Hall, que remete a uma reflexão muito apropriada sobre identidade cultural.

Acho que identidade cultural não é fixa, é sempre híbrida. Mas é justamente por resultar de formações históricas específicas, de história e repertórios culturais de enunciação muito específicos, que ela pode constituir um “posicionamento”, ao qual nós podemos chamar provisoriamente de identidade. Isto não é qualquer coisa. Portanto, cada uma dessas histórias de

¹⁴¹ HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

¹⁴² Memória popular: teoria, política e método. In: Muitas memórias, outras histórias. Orgs. Déa Fenelon et al.SP: Olha d'água, 2005.

identidade está inscrita nas posições que assumimos e com as quais nos identificamos. Temos que viver esse conjunto de posições de identidade com todas as suas especificidades.¹⁴³

São as relações e experiências vividas pelos sujeitos desses povoados que levam à compreensão de suas lutas, pois, como Thompson, acredita-se que:

as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias (...). Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.¹⁴⁴

A categoria *terras de preto* pode representar várias coisas: a luta por uma identidade, a luta pela terra buscando assegurar a posse de seus territórios, a luta contra a discriminação racial, a luta por uma sociedade pautada na igualdade e na justiça social, indo além da visão simplificada de quilombo. É no contexto dessas lutas que se inserem as chamadas *terras de preto* como nova interpretação de quilombo, flexibilizando esse conceito. Entende-se que aí se inserem as comunidades de Balaiada e Amapá dos Catarinos, em função de suas próprias realidades. Para isso, busca-se o apoio na perspectiva teórica da História Social, através de documentos, depoimentos, ações de enfrentamentos, as reelaborações ocorridas nas relações entre proprietários e moradores, bem como as mudanças introduzidas no processo histórico no qual estavam inseridas.

Contemporaneamente o significado de quilombo tem se construído a partir de novos referenciais, a partir dos próprios agentes envolvidos nas situações sociais das comunidades classificadas como tal.

¹⁴³ HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

¹⁴⁴ THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

(...) observa-se que os agentes sociais que se auto-representam ou são definidos, direta ou indiretamente, através da noção de quilombo, evidenciam que ela adquire sentido ao expressar o reconhecimento de suas formas intrínsecas de apossamento e uso dos recursos naturais e de sua territorialidade, descrevendo uma nova interlocução com os aparatos de poder.¹⁴⁵

No Maranhão, diversas foram as formas de constituição dos quilombos: os que se formaram como comunidades independentes, tendo como base atividades camponesas integradas à comunidade local; os que se caracterizavam pelo protesto reivindicatório em relação aos seus senhores e ainda os que formavam os pequenos grupos de fugitivos encontrados ao redor das fazendas e povoados, que, conforme Assunção,¹⁴⁶ trata-se do primeiro tipo de quilombo e se espalhou em torno das grandes fazendas, inclusive na Manga do Iguará. Atribui-se a esses grupos a origem dos povoados de que trata a pesquisa, sugerindo a constituição dos atuais territórios negros rurais, que, ao longo da história, tem se colocado como resistência ao modelo agrícola implantado desde a colonização, baseado na concentração fundiária.

Atualmente essa resistência manifesta-se a partir de situações sociais específicas, convergindo para a construção de uma identidade étnica e sociocultural, forjando os atuais territórios genericamente denominados de terras de preto.

Enfim, compreende-se que o significado de quilombo, inserido na Constituição Federal, através do Artigo 68 do ADCT, deve contemplar todas as categorias forjadas, não só a partir das lutas e resistências contra a opressão do cativo, mas de todas as comunidades de negros e também aqueles que têm como base o uso comum da terra, grantindo-lhes o direito às terras que ocupam.

¹⁴⁵ Projeto Vida de Negro (CCN-MA e SMDH) 1988 a 2007.

¹⁴⁶ ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Quilombos Maranhenses In: Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil (org.) REIS, João José, GOMES, Flavio dos Santos. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

Ilka Boaventura Leite diz que quilombo na atualidade significa, sobretudo, um direito reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado. A partir daí surge uma nova pauta na política nacional: afro-descendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas¹⁴⁷.

Este debate foi iniciado com a visita a um lugar comum, os quilombos. É necessária essa retomada, em razão da própria dimensão que essa categoria tem tomado a partir dos anos 80, com o advento das mudanças que a sociedade civil brasileira conduz no campo da política, visando à constituição de um estado democrático.

À luz de Gomes, faz-se a reflexão sobre a questão das identidades quilombolas, em uma perspectiva contemporânea, embora se saiba tratar-se de questão controversa.

Como se sabe, os quilombos sempre estiveram presentes na historiografia brasileira, através de vários estudos, mas de certa forma sem muitos avanços, em se tratando de conceituações e identidades dos sujeitos que os compunham, dando a impressão, muitas vezes, de que se tratava de grupos prestes à extinção. Para isso, era só uma questão de tempo.

Foi com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que o debate se abriu, pois ela trouxe em seu texto o Artigo 68 do ADCT, colocando à sociedade, de um modo geral, a discussão acerca dos territórios quilombolas que, em sua redação, aparece como *“remanescentes das comunidades dos quilombos”*, o que não contempla os vários segmentos que aí tiveram origem, restringindo-os ao que ficou, ao que restou dessas comunidades, desconsiderando as transformações ocorridas nestes territórios e em suas composições populacionais.

Desde então, várias são as manifestações voltadas a ampliar o debate sobre os quilombos contemporâneos.

¹⁴⁷ LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. Etnográfica, vol. IV (2), 2000.

Na tentativa de traçar um significado que contemple a realidade das comunidades negras ou quilombos na contemporaneidade, depara-se com muitas dificuldades, uma delas é como atribuir identidades a esses grupos, sabendo-se que suas composições e realidades são diversas e híbridas.

Outra dificuldade é o próprio significado de quilombo, pois não interessa apenas lançar mão de um conceito historicamente construído, desde o período colonial, a partir da clássica definição introduzida pelo Conselho Ultramarino¹⁴⁸ e outros subseqüentes que dominam a historiografia brasileira, não deixando praticamente margens para outras significações aos territórios constituídos pelos negros a partir da fuga dos horrores da escravidão.

Curioso é que na província do Maranhão,¹⁴⁹ após a independência, este termo foi reeditado quase sem nenhuma modificação, permanecendo uma conceituação congelada do que é quilombo.

Não muito diferente será com o advento da república, pois

não há uma legislação republicana a respeito e nem qualquer redefinição formal desta categoria quilombo, que idealmente teria sido extinta com a abolição da escravatura, em 1888.¹⁵⁰

O que prevaleceu, ao longo da história colonial, imperial e parte da republicana foi um conceito cristalizado do que é quilombo, construído a partir da ótica do poder instituído, negando todo um modo de vida e culturas dos sujeitos dessas comunidades, suas formas de lutas e resistências contra a exploração desses mesmos senhores que assim conceituavam os quilombos.

¹⁴⁸ Conselho Ultramarino Português de 02/12/1740 definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”

¹⁴⁹ Lei Provincial nº 236 de 20/08/1847 art. 12 “reputa-se há escravo aquilombado, logo que esteja no interior das matas, vizinho, ou distante de qualquer estabelecimento, em reunião de dois ou mais com casa ou rancho”. In: Projeto Vida de Negro, Frechal - Terra de Preto: Quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN-PVN 1996.

¹⁵⁰ Projeto Vida de Negro, Frechal - Terra de Preto: Quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN-PVN 1996.

Incrivelmente que só após um século da abolição formal da escravidão é que legalmente foi restabelecido o termo quilombo na Constituição Federal de 1988, e embora de forma ainda muito presa ao passado, pois o termo da lei menciona “*aos remanescentes das comunidades dos quilombos*”, não trazendo atualidade ao termo, dando a impressão de comunidades fora de seu tempo, ainda refugiados em uma concepção colonialista, remetendo ao significado de comunidade como algo do passado, destituído de qualquer contemporaneidade, vinculado a um espaço e a um tipo fixo de ocupação.

O interesse nesta pesquisa é a busca da compreensão de como as populações atuais, tanto do Balaiada como do Amapá dos Catarinos se constituem nesta ótica do Artigo 68 do ADCT e dar sentido a esses povoados, para além das conceituações jurídicas e historiográficas amplamente difundidas. Para isso investigaram-se as experiências dos sujeitos dessas comunidades, à procura de compreender como são forjadas as novas identidades, formadoras dos atuais territórios que ocupam, percebe-se que estas identidades se fortalecem através das manifestações culturais como o Tambor de Crioula, em que todas as comunidades participam. Pereira considera a questão cultural um ponto positivo no sentido de união entre eles e assim disse em seu depoimento,

é impressionante como as pessoas levam fé a questão do tambor de crioula e passa a noite todinha brincando, fazendo roda, fogueira; é impressionante como as pessoas levam fé a questão da brincadeira do côco. Então a gente percebe, eles tem muito presente a questão cultural deles, e isso anima, quando o povo preserva a sua cultura, ele tem vontade de quebrar essa corrente.

Embora a cultura aqui se refira apenas à questão das danças, sente-se que aí também está a força de coesão desses sujeitos, portanto, elemento de fortalecimento de suas identidades.

Sabe-se que as identidades adquirem sentidos através da linguagem, aqui vista como consciência prática, que surge da própria necessidade dos sujeitos se

relacionarem, portanto, dinâmica que se recria num processo constante¹⁵¹. Nesse sentido é que se entende a categoria *terras de preto*, advinda da própria constituição de muitos desses povoados, como aqueles que trazem em seu nome o adjetivo “dos pretos”, fator que externa a identidade desses sujeitos a partir da incorporação de elementos da própria linguagem; e também dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas. A representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior. Nesse sentido, pode-se afirmar que a identidade é relacional, pois, para que essa identidade exista, depende de algo fora dela, ou seja, de uma identidade diferente da sua, mas que lhe ofereça condições para existir.¹⁵²

Com base nesta premissa, apresenta-se a realidade das *terras de preto*, onde a identidade é marcada por meio da linguagem e dos símbolos. O Tambor de Crioula, no Maranhão, por exemplo, funciona como um significante da diferença e da identidade, uma vez que representa a cultura maranhense como produto de venda ao turismo e ao mesmo tempo como forma de resistência e herança da cultura trazida pelos africanos, portanto uma forma de representação das comunidades afro-maranhenses.

As identidades também são históricas, localizam-se em um determinado tempo, no caso dos quilombos ou *terras de preto*, remete-se a um passado, é através desse passado que se aglutinam, criam-se novas identidades e se fortalecem nas lutas atuais por terra, pelo direito de permanecer em seus territórios e pelo direito de ter direitos.

Essa recorrência ao passado se faz presente no próprio nome do Assentamento Balaiada, pois remete esses sujeitos à busca de seus antecedentes, de sua memória, ou seja, à Guerra da Balaiada, iniciada naquele município, fortalecendo suas lutas atuais contra as mais variadas formas de opressão, impostas pelos proprietários de terras, contribuindo para o desmantelamento da estrutura fundiária local, proporcionando a construção de novas identidades.

¹⁵¹ WILLIANS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

¹⁵² SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Assim diz Silva que,

a redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade que está ocorrendo neste exato momento e que, ao que parece é caracterizado por conflito, contestação e uma possível crise.¹⁵³

É a partir daí que se forjam novas identidades, focadas nas lutas atuais, por terra, moradia, educação, infraestrutura e novas formas de produzir.

Muitas vezes, para se compreender como a identidade funciona, deve-se recorrer às suas várias dimensões. Aqui, neste caso, baseia-se na natureza étnica, que está vinculada às condições sociais e matérias dessas comunidades.

Com base nesta perspectiva, concebem-se as identidades quilombolas, construídas historicamente e conectadas na contemporaneidade de um mundo marcado por mudanças constantes, o que tem fortalecido outras concepções de classe para além da visão marxista, marcada pelo estruturalismo social. Estas novas identidades construídas pelas comunidades de quilombos ou *terras de preto*, devem ser vistas a partir da cultura, vista aqui como um modo de vida, portanto dinâmica, levando em consideração especialmente as experiências vividas pelos sujeitos históricos de seu tempo, de maneira cambiante.

Sabe-se que a construção de identidades também são atos de poder, o que possibilita refletir sobre a constituição do território do Assentamento Balaiada, como ato de poder, pois se trata de um povoado formado após uma ocupação de terra por sujeitos de vários povoados, desafiando o modelo fundiário até então vigente, desde o tempo dos antigos proprietários, concentrador e opressor.

Segundo depoimento de João Cândido, as terras *“aqui era tudo nosso, todo mundo trabalhava junto”*. Este depoimento traz a idéia de uma terra de uso comum, conforme mencionado anteriormente, que é uma das características das terras de

¹⁵³ ibid

preto, portanto um dos elementos de constituição de identidades entre estes sujeitos.

Mais adiante ainda é João Cândido que diz:

depois um senhor chamado Major Horácio, por usucapião tomou conta da maior parte das terras. Com sua morte a confusão por terra começou, pois seus familiares queriam a herança, e com isso queriam ficar com a melhor parte. Foi aí que o povo que tinha terras ali, não permitiu que o agrimensor fizesse a medição para a partilha.

Percebe-se, a partir da situação descrita, as alianças que em torno das quais esses sujeitos constituíram suas identidades, o que os aglutinou na luta contra a expropriação de suas terras, sabendo que se trata de um bem coletivo conforme assinalou João Cândido. Sendo assim, a identidade naquela comunidade, se forjou a partir de uma necessidade coletiva de tomada de decisão por parte daqueles sujeitos, a partir de uma pressão exercida de fora, no caso o “dono” da terra.

A identidade, portanto é relacional, pois, para existir, ela depende de algo de fora dela, de uma identidade que é diferente da sua, no caso das comunidades das terras de preto, foi a diferença de interesses entre proprietário e moradores que ofereceu condições para existir a identidade entre os moradores na luta pelo seu território. Nesse sentido, conclui-se que as identidades, para existirem, dependem da diferença, neste caso, a diferença de interesses do uso das terras.

Seguramente, a luta dos povoados Balaiada e Amapá dos Catarinos, tem seu ponto de convergência a partir de suas realidades e é isto que constituem os “campos sociais”, no dizer de Bourdier, e que faz com que o sujeito se posicione e seja posicionado em sua arena de atuação.

Tais situações são as vividas por esses povos, ou seja, a não existência efetiva dos direitos mínimos de cidadania, pois no caso do Amapá dos Catarinos falta-lhes inclusive o título de posse das próprias terras em que ancestralmente moram e trabalham, e que durante muito tempo uma parte desta produção era para

pagar o “foro”, porque moravam nas terras que não lhes pertenciam, por direito, legalmente, mas de fato, baseado no “direito costumeiro” que rege a relação dos sujeitos de muitas comunidades com a terra. Foi o não pagamento do foro por todos que gerou a tensão e conseqüentemente o fortalecimento da luta. São essas situações que forjam a identidade entre estes grupos, portanto, fator de mobilização e ocupação da área que deu origem ao Assentamento Balaiada.

Pautado nessas premissas é que se devem considerar as identidades destes sujeitos, pois não se trata apenas de descendentes de negros escravizados, mas de outros segmentos que historicamente se aglutinaram e constituem hoje as terras de preto, forjando suas culturas, seus modos de vida. *Terras de preto* não é apenas uma categoria que nos remete ao passado, mas uma categoria em movimento, que deve ser considerada a partir de seu contexto e de suas complexidades.

É aqui que se inserem estes novos sujeitos em busca da legitimação de suas terras, como forma de emancipação social, portanto, uma questão de direitos humanos.

Com base no exposto, compreende-se hoje que quilombo não se trata apenas de um rememorar o passado das lutas dos negros, quilombo hoje é também *terras de preto* e mais outras definições gestadas por uma grande parcela da sociedade brasileira, na busca de reconhecimento de direitos e conquista de outros, em especial por terras.

Sabe-se que a identidade coletiva desses grupos, muitas vezes, extrapola o critério apenas de raça, pois outros segmentos são encontrados nessa luta, como índios e caboclos, o que rompe mais uma vez com o velho paradigma dos quilombos formados apenas de negros fugitivos da escravidão, vivendo isolados, refugiados em sua cultura, como assim foram vistos por alguns historiadores e antropólogos, que se voltaram aos estudos relacionados aos negros.

Considerando o que diz Hall, a identidade é definida historicamente, os sujeitos assumem identidades diferentes em diferentes momentos.¹⁵⁴

¹⁵⁴ HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro. DPA&A Ed., 1997.

No Maranhão consideram-se *terras de preto*,

o território autodenominado pelos próprios moradores que habitam estes povoados e assim são reconhecidos pelos povoados em seu entorno. Portanto o termo *terras de preto* já é em si uma forma de identidade destes grupos.¹⁵⁵

Portanto, uma categoria que traz novas reflexões para além da idéia de quilombo tão presente na historiografia brasileira e que remete sempre a um passado, sem problematizar o presente.

Alcides Moreira da Gama em seu artigo: *O direito de propriedade das terras ocupadas pelas comunidades descendentes de quilombos*, mesmo através de uma visão evolutiva e também ainda os vendo como locais onde há uma cultura pura dos sujeitos, traz grande contribuição acerca da reflexão sobre o significado dos quilombos ao longo da história.

Afigura-se, inicialmente, para uma melhor compreensão do tema, esclarecer a definição de comunidade remanescente de quilombo. Como se sabe, os quilombos surgiram na época da escravidão no Brasil, como uma forma de resistência dos escravos a toda sorte de humilhações e condições sub-humanas por que passavam. Os escravos "rebeldes" "fugiam" dos domínios do seu senhor para formarem grupos de resistência. Desse modo, por todo o País, vários núcleos se formaram, dando origem aos quilombos. Muitos líderes se destacaram nesses grupamentos, dentre eles o conhecido Zumbi dos Palmares, que liderou a Comunidade Quilombo dos Palmares, aos arredores da cidade alagoana, cujo nome presta homenagem aos quilombos: União dos Palmares. Com a abolição da escravidão, no ano de 1888, muitas dessas comunidades continuaram a existir, bem como muitos dos ex-escravos, não tendo para onde ir, à margem da sociedade e

¹⁵⁵ PVN - Projeto Vida de Negro. Terras de Preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento. Coleção Negro Cosme Vol. III, São Luís-MA: SMDH/CCN-MA/PVN 2002.

sem condições mínimas para uma existência digna, formaram novos grupamentos, que, apesar de não servirem mais como um núcleo de resistência à escravidão, serviam como um meio de ajudarem-se mutuamente e resgatar a cultura e a religiosidade da terra natal "deixada". Pois bem, essa maneira de viver foi passada de geração em geração, de modo que os atuais integrantes das comunidades quilombolas revivificam as culturas originais e a religiosidade de seus antepassados nas terras que hoje ocupam. São, pois, esses grupamentos sociais que a Constituição Federal chama, no art. 68 do ADCT, de comunidade remanescente de quilombo.¹⁵⁶

Flávio dos Santos Gomes traz uma grande contribuição aos estudos relativos aos quilombos, quilombolas, comunidades negras, remanescentes de quilombos ou *terras de preto*, pois assim com ele compreende-se que,

A história dos quilombos não faz parte apenas de um setor da história da escravidão: ela é, articuladamente, a própria história da pós-emancipação, história agrária, história do trabalho e história dos movimentos sociais no Brasil. Será muito difícil seguir em frente se não voltarmos para os séculos XVII e XVIII, tentando conectar as experiências da colonização e do trabalho compulsório com aqueles do próprio trabalho livre, e avançarmos para além das lutas rurais no final do século XIX e XX. Devemos considerar as experiências locais na formação de um campesinato sob a escravidão.¹⁵⁷

Acreditamos que não será possível se compreenderem as questões relativas a *terras de preto* sem se levar em consideração o legado da luta dos negros e demais segmentos sociais, ao longo da nossa história, pois somente assim se pode, como nos diz Thompson, interrogar "os silêncios reais".

¹⁵⁶ GAMA, Alcides Moreira da. O direito de propriedade das terras ocupadas pelas comunidades de quilombolas. www.palmares.org.br acesso em 20/04/07.

¹⁵⁷ GOMES, Flávio dos Santos. História de quilombos: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Ed. rev e ampl, São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que o objetivo maior desse trabalho não é o de trazer mais uma história dos “remanescentes dos quilombos” no interior do Maranhão ou buscar sua origem para integrar o quadro de comunidades que, nos quilombos, tiveram origem, para daí se processar trâmites para a titulação de terras para os seus habitantes, pois sabe-se que isso já vem sendo feito e pode ser encontrado em vários trabalhos já divulgados, inclusive, por parte dos órgãos oficiais.

O que interessou aqui foi compreender como vivem essas populações em Nina Rodrigues, focando o olhar para as questões relacionadas à luta pela terra. Nessa perspectiva, entra-se em contato com vários povoados do município e opta-se por trabalhar com o Balaiada, um assentamento com posse, titulado pelo INCRA e o Amapá dos Catarinos, um outro povoado que pelos parâmetros estabelecidos a partir do Artigo 68 do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e do Decreto 4887/2003, é considerado comunidade remanescente dos quilombos. O mesmo já foi reconhecido, mas o processo de titulação, que tramita desde 2005, ainda não foi concluído. Nota-se, com isso, a morosidade no sentido de viabilizar a titulação desses territórios.

Do ponto de vista do espaço físico, esses dois povoados constituem praticamente um mesmo território, tendo a mesma origem, o que permite considerá-los como *terras de preto*, categoria que melhor significa essas comunidades contemporaneamente, dado o uso que fazem da terra, que para eles é a base de sua sobrevivência e elemento de constituição de suas identidades. Daí a resistência para permanecerem nessas áreas, apesar das adversidades que enfrentam.

Fazer essa pesquisa significou ter um contato mais direto com esses povoados, com as questões fundiárias do Maranhão, onde prevalece uma tentativa de ignorar as histórias dos segmentos excluídos e, aí, se encontra o negro, que, mesmo sendo a maioria da população e tendo uma trajetória histórica que pouca dúvida deixa em relação às suas ancestralidades, pouca atenção lhe tem sido dada, por parte do poder público, em relação ao direito à posse da terra, fato que tem contribuído para muitas situações de violência e expulsão do campo.

Nota-se que a organização dos trabalhadores e trabalhadoras das terras de preto em Nina Rodrigues mostrou uma forma de resistência e tem promovido uma mudança muito significativa na sua estrutura fundiária. Hoje, mais de 75% das terras do município foram desapropriadas e estão com esses sujeitos, compondo 25 assentamentos do INCRA, e aí se inclui o Balaiada, o primeiro assentamento desse município como referência dessa resistência, conforme mostram os depoimentos dos sujeitos que encabeçaram essa luta. Essa realidade é um diferencial no estado, no qual ainda prevalece a concentração de terras, fomentada pela Lei Sarney de Terras, a partir dos anos 60.

Essa mudança na estrutura fundiária, a partir da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, já aponta uma melhoria na qualidade de vida da população, pois em 1999, o município era considerado o 5º mais pobre do Brasil.

Nina Rodrigues, sem sombra de dúvida, hoje desponta, apesar dos entraves ainda presentes, como referência de regularização fundiária no estado. As mudanças, por lá, continuam se processando. Acredita-se que a idéia da Guerra da Balaiada, que agregou vários segmentos na luta contra a opressão das classes dominantes, durante o império, ainda permaneça viva, servindo de inspiração para as lutas contemporâneas, forjadas pelo povo de Nina Rodrigues.

Percebe-se, através desse estudo, com base na realidade dos dois povoados, que o significado de quilombos, contemporaneamente, extrapola o sentido, tal como aparece no Artigo 68 do ADCT. Dessa maneira, os territórios chamados de *terras de preto* devem ser contemplados para titulação de posse, pois só assim será considerada a própria historicidade desse segmento da população, que tem sua origem nas comunidades dos quilombos.

Embora se tenha consciência de que muito ainda está por vir, em relação a esses povos das *terras de preto* no Maranhão, em particular, no que se refere à região do vale do rio Munim, a pesquisa tem o mérito de revelar essa região, de que, após 170 anos da Guerra da Balaiada, pouco se fala e sobre a qual pouco se discute, como se Caxias tivesse, efetivamente, eliminado a necessidade de mudança que estava no sentido maior daquela rebeldia.

Através deste trabalho, espera-se ter reafirmado o direito à terra, a afirmação de valores e lutas de homens e mulheres que são do passado, estão no presente e projetam um futuro transformado.

REFERÊNCIAS

FONTES

LIVROS

Atlas do Maranhão, UEMA, São Luís: GEPLAN, 2002.

CANEDA, Eneida V. da Silva Ostria de. Organização do espaço agrário maranhense até os anos 80: a distribuição da terra e atividades agrícolas. 2ª Ed. São Luis: Interativa, 2008.

Centro de Cultura Negra do Maranhão CCN/MA – Projeto Vida de Negro – PVN – 20 anos. São Luís-MA, 2008.

MARANHÃO, Secretaria de Educação. História e vida de Nina Rodrigues. São Luís: PROMUNICÍPIO, 1982.

NASCIMENTO, Maria Nadir et al. Terra das Palmeiras: geografia e história do Maranhão. São Paulo: FTD, 1996.

PIRES, Dulcenil dos Anjos Pereira. Formação Histórica de Nina Rodrigues. São Luís: UEMA, 1998.

PROJETO VIDA DE NEGRO. Frechal Terra de Preto: quilombo reconhecido como Reserva extrativista. São Luís-MA: SMDH/CCN-MA/PVN, 1996.

_____. Jamary dos Pretos Terra de Mocambeiros. . Coleção Negro Cosme Vol. II, São Luís-MA: SMDH/CCN-MA/PVN.

_____. Terras de Preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento. Coleção Negro Cosme Vol. III, São Luís-MA: SMDH/CCN-MA/PVN 2002.

_____. Vida de Negro no Maranhão: Uma Experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas. Coleção Negro Cosme Vol. IV, São Luís-MA: SMDH/CCN-MA/PVN 2005

ARTIGOS

A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS COMUNIDADES NEGRAS E TRADICIONAIS DE ALCÂNTARA. O direito à terra e à moradia dos remanescentes de quilombos de Alcântara, MA . Brasil.In:Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

Assentamento no Maranhão torna-se território livre do analfabetismo Oficializado pela Secretaria de Estado da Educação.

www.mst.org.br – acesso em 23/09/2008

A crise política e o coronelismo. Folha de São Paulo, 04 de outubro de 2005. Caderno A3

Família Sarney mantém pobreza do Maranhão. Jornal Brasil de Fato, 27 de outubro de 2004

GAMA, Alcides Moreira da. O direito de propriedade das terras ocupadas pelas comunidades de quilombolas. www.palmares.gov.br acesso em 20/04/07.

GRUPOS de quilombolas ganham títulos de terra. O Imparcial, São Luís, 26 de setembro de 2006. Economia, p. 5.

HISTÓRIA NEGRA. Sem registro oficial. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 de novembro de 2005. Cotidiano, p. C6.

HISTÓRIA DOS ENCONTROS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO. ACONERUQ. 1996 São Luís. www.elo.com.br acesso em 21/09/2006.

O Estado de São Paulo, 07/09/2008 p. A9

PEDROSA, Luis Antonio Câmara. A Questão Agrária no Maranhão. Fonte: www.scielo.org.br.

Ponte em Nina Rodrigues será construída pelo INCRA
Jornal Pequeno, São Luis – MA, 03 de março de 2007.

SOUSA, José Reinaldo M. Terras de Preto no Maranhão: reflexões sobre o Vale do Munim. In: Revista Outros Tempos Volume 4, 2007. www.outrostempos.br
Jornal O Imparcial. Encarte Viva, ano I nº 1, São Luís-MA, junho de 1996.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Plano de Inclusão Social das Comunidades Quilombolas 2005-2008
Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues-MA, 2005.

Projeto Técnico do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS das Comunidades Quilombolas. Prefeitura do Município de Nina Rodrigues-MA, 2007.

SITES

Disponível em: www.palmares.gov.br. Acesso em: 20.04.2007

www.ccnma.org.br 20.11.2006

www.revistatipiti.com.br 02.02.2008

www.mda.gov.br 15.03.2007

www.incra.gov.br 16.03.2007

www.ufma.br 10.01.2007

www.uema.br 10.01.2007

www.koinonia.org.br 05.02.2006

www.ma.gov.br 13.08.2007

www.ana.gov.br 20.04.2007

www.ibge.gov.br 20.04.2007

www.scielo.org.br 15.05.2006

www.outrostempos.br 20.03.2007

www.inep.gov.br 20.06.2008

www.zee.ma.gov.br 17.04.2007

REVISTAS

Aventuras na História, Edição 51 – Novembro 2007.

Caminhos do Maranhão, Ano VIII, nº 38, São Luís-MA.

Caros Amigos, Edição Nº 81, Dezembro de 2003.

História do Negro Brasileiro
Coleções Caros Amigos, Fascículo 1 – 2008

NAVIO NEGREIRO, BATUQUE NO QUILOMBO: Projeto em torno de Zumbi.
Estação Ciência/USP, 1995.

Outros Tempos Volume 5, Nº 6, dezembro de 2008. www.uema.br

Palmares 5. Quilombos no Brasil. Fundação Cultural Palmares. Brasília, 2000.

Projeto Vida de Negro (CCN-MA e SMDH) 1988 a 2007.

Projeto Vida de Negro: 15 anos de Luta pelo Reconhecimento dos Territórios
Quilombolas. São Luís-MA, 2003.

RETRATOS do país. Brasil negro x Brasil branco. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 de novembro de 2005. Cotidiano, p. C6.

REVISTA PUC VIVA. O negro no Brasil. São Paulo: Apropuc, Ano 7, nº 28, 2006

Revista Aventuras na História, Quilombos do século 21. Edição 51 – Novembro 2007.

Zumbido. Informativo do Centro de Cultura Negra do Maranhão, 12ª Edição Especial, setembro de 2006.

LEIS, DECRETOS, PORTARIAS

Portaria Nº 98 de 26/09/2007

BRASIL. Constituição (1988). Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Artigo 68. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

_____. Da Cultura, Artigos 215 e 216. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

BRASIL. Instrução Normativa nº 20/2005 INCRA-2005.

_____. Instrução Normativa nº 49/2008 INCRA-2008.

Decreto nº. 4887/03. Brasília, 2003.

Decreto 15.849 de 1 de outubro de 1997

Lei Orgânica do Município. Nina Rodrigues, 1990

Lei 2979 de 17/07/1969. DOM, 30/07/1969.

MARANHÃO (Estado). Constituição. Artigo 229. [s.d].
Projeto de Lei 3198/2000 – Estatuto da Igualdade Racial

DEPOIMENTOS

Assentamento Balaiada

Caxico

-Morador e liderança.

João Candido

-Um dos moradores mais antigo da região, um dos ex-proprietário das terras, que foram vendidas conforme Caxico, a partir de um “negócio muito porco”.

Netão

-Morador e liderança.

Raimundo Teixeira

-Morador do Balaiada

Teixeira

-Ex-vereador (2005-2008), morador e liderança.

Amapá dos Catarinos

(Família dos Catarinos)

Alzira

-Filha de José Marques

Estácio

-Morador e liderança

José Marques

-Um dos mais antigos moradores

Maria da Guia

-Moradora e pertence a 8ª geração dos Catarinos

Sede do município

Braga

-Um dos moradores mais antigos de Nina Rodrigues, bastante conhecedor das histórias do município

Pereira

-Secretário de Agricultura do município de Nina Rodrigues.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Maristela de Paula. Maranhão: anti-reforma agrária, devastação e concentração fundiária. In: Seminário Reforma Agrária e Democracia: a perspectiva das sociedades civis. UFRJ, maio de 1998.

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinicius (org.) Território em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. RJ: Relume Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Carajás : A guerra dos mapas. Belém, Falangola, 1994.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos do Brasil – Primeira configuração espacial. 2 ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2000.

ARANTES, Antonio A. Paisagens Paulistas: transformações do espaço público. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARAÚJO, Maria Raimunda. (org.) Documentos para a história da Balaiada. São Luís: Edições FUNCMA, 2001.

ARAÚJO, Mundinha. Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas – Negro Cosme: tutor e imperador da liberdade. Imperatriz, MA : Ética, 2008.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Quilombos Maranhenses In: Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil (org.) REIS, João José, GOMES, Flavio dos Santos. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____. A guerra dos Bem-te-vis. A Balaiada na memória oral. São Luís: SIOGE, 1988.

_____. Maranhão, Terra Mandinga [s.d]

BARBERO, Jesus Martin. Ofício de Cartógrafo. Travesías Latinoamericanas de la comunicación em la cultura. México, Fondo de cultura económica, 2002.

BARCELLOS, Dayse Macedo et.al. Comunidade Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BRAGA, José Mercedes. Remanso. São Luís: LITHOGRAF, 2005.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política. In: Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1993, vol. 1

BOTELHO, Joan. Conhecendo e debatendo a história do Maranhão. São Luis: Fort Com. Gráfica e Editora, 2008.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SECMA, 1992.

CARRIL, Lourdes. Terras de Negros: herança de quilombos. São Paulo, Scipione, 2002.

CEVASCO, Maria Elisa. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo: Boitempo, 2008.

CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Emilia Viotti. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo, Brasiliense, 1986.

DAVIS, Darien J. Afro-brasileiros hoje. São Paulo, Summus, 2000.

DUTRA, Domingos. Relatório. São Luís. Assembléia Legislativa do Maranhão. Grande Expediente, 23 de maio de 2006.
www.elo.com.br acesso em 06/06/06.

DUTRA, Domingos. Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 14/11/2007

FAORO, Raimundo. Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro, Globo, 1985.

FONSECA, Dagoberto José. A terra e os desterrados: O negro em movimento. In: REVISTA PUC VIVA. O negro no Brasil. São Paulo: Apropuc, Ano 7, nº 28, 2006.

FENELON, Déa. et al. (orgs.). Muitas memórias, outras histórias. SP: Olha d'água, 2005.

FERREIRA, Ricardo Franklin. Afro-descendente: identidade em construção. São Paulo, EDUC; Pallas, 2000.

FERRETTI, Sérgio. Andresa e Dudu – os Jeje e os Nagô: apogeu e declínio de duas casas fundadoras do tambor de mina maranhense. In: SILVA, Wagner Gonçalves. (org) Caminhos da Alma: memória afro-brasileira. São Paulo: Summus, 2002.

FERRETTI, Sérgio et al. Tambor de Crioula. FUNARTE, Rio de Janeiro, 1981.

FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Kairós, 1983

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1987.

GISTELINCK, Frans. Carajás usinas e favelas. São Luís: Minerva, 1988.

GLISSANT, Édouard. Introdução a uma poética da diversidade. Trad. Elnice do Carmo A. Rocha. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos na Brasil (século XVII – XIX). São Paulo, Ed. UNESP/Ed. Polis, 2005.

_____. História de quilombos: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Ed. Ver e ampl, São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

_____. Ainda sobre quilombos repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil. In: REIS, Elisa e et al (org) Política e Cultura: Visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo, ANPOCS/HUCITEC, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

_____. A identidade na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaciara Lopes Louro – 10ª Ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOLZER, Werther. Um adiscussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. Território, RJ, ano II, nº 3, julho/dezembro, 1997.

HOUAISS. Dicionário da Língua Portuguesa. RJ: Objetiva, 2008.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: Muitas memórias, outras histórias. Orgs. Déa Felon et al. SP: Olha d'água, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. Etnográfica, vol. IV (2), 2000.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. São Paulo: Siciliano, 2001.

MARTINS, José de Souza. O Sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral e memória: a cultura popular revisitada. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. 4ª edição, Col. Tudo é História. São Paulo nº. 12, Brasiliense, 1985.

_____. Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas. RJ: Conquista, 1972.

_____. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo, Ática, 1988.

_____. (org.) Os quilombos na dinâmica social do Brasil. Maceió: EDUFAL, 2001.

NETO, Manoel Santos. O Negro no Maranhão. São Luís: Ed. Clara, 2004.

OLIVEIRA, José Augusto Silva et al. Um espelho para a universidade: o paradoxo chamado Maranhão. In: Plano de Gestão Universidade Estadual do Maranhão 2007/2010. São Luís: UEMA, 2007.

PEREIRA, Amilcar Araújo et al (org.) Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. Notas Sobre o Registro do Tambor de Crioula: da pesquisa à salvaguarda. In: Revista Pós Ciências Sociais – São Luís, Vol. 4, nº 7, jan/jun. 2007.

RATTS, Alecsandro J. P. "(Re) conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações". In: FONSECA, Maria Nazaré Soares (org) Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

Região Hidrográfica Costeira do Nordeste Ocidental e suas unidades hidrográficas.
www.ana.gov.br

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (org). Liberdade por um fio: História dos quilombolas no Brasil. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

REIS, João José. Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil. Revista USP: São Paulo (28), dez/fev-1995/1996.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. A Desagregação do Sistema Escravista no Maranhão. (1850-1888). São Luís: SIOGE, 1990.

RODRIGUES, R.Nina. Os Africanos no Brasil. São Paulo: Nacional, 1988

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade em São Paulo e Rio de Janeiro). In Estudos Afro-Asiáticos, n.17. Rio de Janeiro, 1989.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Lígia Osório. Terras devolutas e latifúndio: os efeitos da lei de 1850. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora DA UNICAMP, 2008.

SOUZA FILHO, Benedito. Os pretos de Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum. São Luís: EDUFMA, 2008.

STEDILE, João Pedro. (org.) A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

THOMPSON, E.P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. A Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. Costumes em comum. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TORRES, Milton. O Maranhão e o Piauí no espaço colonial: a memória de Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva. São Luís: Instituto Geia, 2006.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. A Pesquisa em História. 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

_____. O campo e a cidade: na história e na literatura. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. Artigo: Família Sarney mantém pobreza do Maranhão.

ANEXO

NINA RODRIGUES

“Terras de preto”



Palácio dos Balaios: *Sede do Poder Executivo*



Praça – região central



Rio Munim



Assentamento Balaiada



Rua principal, residências





Quintal com árvores frutíferas e galinhas



Moradoras com animal



“Seu” João Cândido



Escola: Unidade Integrada Pe. Laurindo Neto (ensino fundamental e médio)



Parelha – conjunto de instrumentos do Tambor de Crioula (crivador, meio e grande)

AMAPÁ DOS CATARINOS



vista parcial: residências





escola



fazendo farinha





os Catarinos e eu

